AVISO DE SUSPENSÃO

Superintendência Estadual de Compras e Licitações

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 048/2017/CEL-PDSEAI/SUPEL/RO. Processo Administrativo: 0028.023647/2017-58. Objeto: Contratação de empresa/instituição para a realização de levantamento de coordenadas geográficas com GPS de navegação nas propriedades de até 240 hectares (04 módulos fiscais), localizadas nos vazios fundiários (vazios cartográficos), com coleta de dados cadastrais, tendo como produto final o CAR, para atender às necessidades da SEDAM/RO. A Presidente designada pela Portaria nº 115, publicada no DOE do dia 22/10/2018, torna público aos interessados, e em especial às empresas que retiraram o Edital, que o certame em epígrafe está **SUSPENSO “*SINE DIE*”**, em detrimento a solicitação da Pasta Gestora, caso haja alterações no edital e seus anexos que implique na elaboração das Propostas, a Administração promoverá o reagendamento do certame, e se for o caso, reabertura de prazo em cumprimento ao art. 21 § 4º da lei8.666/963. Publique-se.

Porto Velho/RO, 14 de novembro de 2018.

**IZAURA TAUFMANN FERREIRA**

**Presidente da CEL/PDSEAI/SUPEL/RO**

**AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 048/2017/CEL-PDSEAI/SUPEL/RO. TIPO: MELHOR TÉCNICA E PREÇO Processo Administrativo: 0028.023647/2017-58. Objeto: Contratação de empresa/instituição para a realização de levantamento de coordenadas geográficas com GPS de navegação nas propriedades de até 240 hectares (04 módulos fiscais), localizadas nos vazios fundiários (vazios cartográficos), com coleta de dados cadastrais, tendo como produto final o CAR, para atender a SEDAM/RO, através da SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL/RO, com abertura programada para o dia 13.11.2018, às 09h00min. (HORÁRIO DE RONDONIA), informa que fica ADIADO para o dia 29.11.2018, às 09h00min (HORÁRIO DE RONDÔNIA). LOCAL: Na sala de licitações da SUPEL, sito a Avenida Farquar, nº 2.986, Bairro Pedrinhas, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º andar. Disponibilidade do Edital: Consulta e retirada das 07h30min às 13h30min (horário de Rondônia), de segunda a sexta-feira, na Sede da SUPEL/RO, ou, gratuitamente no endereço eletrônico [www.supel.ro.gov.br](http://www.supel.ro.gov.br). Outras informações através do telefone: 69.3212-9272. Publique-se. Porto Velho/RO, 01 de novembro de 2018.

**IZAURA TAUFMANN FERREIRA**

**Presidente da CEL/PDSEAI/SUPEL/RO**

# ADENDO ESCLARECEDOR COM REABERTURA DE PRAZO

**CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº** 048/2017/CEL/PDSEAI/SUPEL/RO**.**

**PROCESSO ELETRÔNICO N°** 0028.023647/2017-58/SEDAM/RO**.**

**OBJETO:** Contratação de empresa/instituição para a realização de levantamento de coordenadas geográficas com GPS de navegação nas propriedades de até 240 hectares (04 módulos fiscais), localizadas nos vazios fundiários (vazios cartográficos), com coleta de dados cadastrais, tendo como produto final o CAR, para atender às necessidades da SEDAM/RO. A Superintendência Estadual de Compras e Licitações, através da Presidente da Comissão Especial de Licitação, designada por força das disposições contidas na Portaria nº 57/2018/SUPEL-CI, publicada no DOE em 17.05.2018, torna público aos interessados, em especial, as empresas que retiraram o instrumento convocatório, que houveram **alterações nos itens 15.3.2, 15.3.3 e 15.3.5, 19, 24.2.1.3, 24.2.1.4, 24.2.2.3.1, 24.2.2.3.2, 24.2.3.2 e excluído do Termo de Referência o item 24.2.2.3.5, bem como aos respectivos itens do Edital**. O Edital atualizado encontra-se disponível para consulta e retirada, gratuitamente, no site: [www.rondonia.ro.gov.br/supel](http://www.supel.ro.gov.br). Considerando que as alterações no Edital não causam alteração na formulação das propostas, todos os demais itens e condições permanecem INALTERADOS, conforme disposto no art. 21, § 4o da Lei nº 8.666/93. O certame em epígrafe fica agendada sua REABERTURA para o dia **13/11/2018 às 09h00min** (HORÁRIO LOCAL). Na sala de licitações da SUPEL, sito a Avenida Farquar, nº 2.986, Bairro Pedrinhas, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º andar. Disponibilidade do Edital: Consulta e retirada das 07h30min às 13h30min (horário de Rondônia), de segunda a sexta-feira, na Sede da SUPEL/RO, ou, gratuitamente no endereço eletrônico [www.supel.ro.gov.br](http://www.supel.ro.gov.br). Outras informações através do telefone: 69.3212-9272. Porto Velho/RO, 22 de outubro de 2018.

Publique-se.

**IZAURA TAUFMANN FERREIRA**

Presidente da CEL/PDSEAISUPEL/RO

Matrícula n° 300094012

AVISO DE LICITAÇÃO

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 048/2017/CEL-PDSEAI/SUPEL/RO**.

TIPO: MELHOR TÉCNICA E PREÇO

A **Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL/RO**, através da **Comissão Especial de Licitação - CEL/PDSEAI**, designada por força das disposições contidas na **Portaria nº 057/2018/SUPEL-CI, publicada no DOE - RO do dia 17.05.2018,** torna público a quem possa interessar que encontra-se autorizada, a realização do certame, na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA ,** sob o nº**. 048/2017/SUPEL/RO**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, na forma de **execução indireta**, no regime de empreitada por **PREÇO POR LOTE**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme condições e exigências contidas neste Edital e seus Anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e amplitude da legislação aplicável vigente**,** consignando o que se segue:

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº**.: 048/2017/CEL-PDSEAI/SUPEL/RO**

AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº.: **0028.023647/2017-58.**

OBJETO**: Contratação de empresa/instituição para a realização de levantamento de coordenadas geográficas com GPS** (*Global Position System*) de navegação nas propriedades de até 240 hectares (04 módulos fiscais), localizadas nos vazios fundiários (vazios cartográficos), com coleta de dados cadastrais, tendo como produto final o Cadastro Ambiental Rural - CAR, para atender às necessidades da **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO.**

PROJETO ATIVIDADE: 1187**,** Fonte de Recurso: **3212,** Elemento de Despesas **33.90.39**.

VALOR ESTIMADO: **R$ 8.205.618,84 (Oito milhões, duzentos e cinco mil, seiscentos e dezoito reais e oitenta e quatro centavos)**

VALOR MÁXIMO A SER PAGO PELA ADMINISTRAÇÃO: **R$ 7.985.907,75 (sete milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, novecentos e sete reais e setenta e cinco centavos).**

DATA DE ABERTURA: **13/11/2018**, às 09h00min (Horário de Rondônia).

LOCAL: Na sala de licitações da SUPEL, sito a Avenida Farquar, nº 2.986, Bairro Pedrinhas, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º andar, Fone: (69) 3212-9272

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: O Edital e seus anexos, encontram-se disponíveis para conhecimento e retirada dos interessados no site da SUPEL ([www.rondonia.ro.gov.br/supel](http://www.supel.ro.gov.br)). Outras informações através do telefones: (0XX) (69) 3212-9272.

Publique-se

Porto Velho/RO, 22 de outubro de 2018.

**IZAURA TAUFMANN FERREIRA**

Presidente da CEL/PDSEAI/SUPEL

Mat. 300094012

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 048/2017/CEL-PDSEAI/SUPEL/RO**

# S

# U

# P

# E

# L

|  |
| --- |
| **AVISO:**  Recomendamos aos Licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, formulação das propostas de preços, e documentos de habilitação, objetivando uma perfeita participação no certame.  **Dúvidas: (69) 3212-9272** |

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 048/2017/CEL-PDSEAI/SUPEL/RO**

**PREÂMBULO:**

A **Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL/RO**, através da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL/PDSEAI, designada por força das disposições contidas na **Portaria nº 057/2018/SUPEL-CI, publicada no DOE - RO do dia 17.05.2018,** torna público que se encontra-se autorizada, a realização de licitação do **Processo Administrativo nº.: 0028.023647/2017-58/SEDAM/RO,** na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA ,** sob o nº**. 048/2017/SUPEL/RO**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, na forma de execução **indireta**, no regime de empreitada por **PREÇO POR LOTE**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e amplitude da legislação aplicável vigente**.**

**O Edital poderá ser retirado** gratuitamente no endereço eletrônico [www.rondonia.ro.gov.br](http://www.rondonia.ro.gov.br)/supel, ou das **07h30min** às **13h30min**, de **segunda a sexta-feira,** na Sede da SUPEL situada na Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar, Bairro Pedrinhas -Tel.: (69) 3212-9272, CEP.: 76.820-408 - Porto Velho – RO.

**As propostas e os documentos de habilitação deverão ser entregues na sala de licitações da SUPEL**, **no endereço supracitado, na forma prevista neste Edital,** quando dar-se-á início à sessão inaugural do procedimento licitatório, com a abertura dos respectivos envelopes. Caso a Licitante opte por não comparecer com representante na sessão, poderá encaminhar os envelopes ao Setor de Protocolo da SUPEL, até a data e horário estipulados.

**DATA: 13/11/2018.**

**HORÁRIO LOCAL: 09h00min. (horário oficial de Rondônia)**

VALOR ESTIMADO: **R$ 8.205.618,84 (Oito milhões, duzentos e cinco mil, seiscentos e dezoito reais e oitenta e quatro centavos)**

VALOR MÁXIMO A SER PAGO PELA ADMINISTRAÇÃO: **R$ 7.985.907,75 (sete milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, novecentos e sete reais e setenta e cinco centavos).**

**ENDEREÇO PARA RETIRADA DO EDITAL:**[www.rondonia.ro.gov.br](http://www.rondonia.ro.gov.br)/supel**.**

**1 – DA AUTORIZAÇÃO E FORMALIZAÇÃO**

1.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada através do Processo Administrativo n.° **0028.023647/2017-58/SEDAM** e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

1.2. Todo o procedimento licitatório terá seus avisos divulgados no endereço eletrônico [www.supel.ro.gov.br](http://www.supel.ro.gov.br/), onde permanecerão disponíveis, juntamente com os demais documentos relativos às fases da licitação, bem como disponibilizados para consulta, integralmente, o instrumento convocatório e seus elementos para leitura e retirada, obrigando-se os interessados a acessá-los para conhecimento das devidas notificações.

1.3. Sempre será admitido que o presente Edital e seus anexos tenham sido cuidadosamente examinados pelas **LICITANTES**, não se isentando do fiel cumprimento de seu conteúdo, após a apresentação da proposta, devido à omissão ou negligência oriunda de alegação de desconhecimento, discordância de seus termos ou interpretação equivocada de quaisquer de seus itens, já que oportunizado o prévio esclarecimento, conforme disposto neste Edital.

1.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, inclusive Decreto de Ponto Facultativo, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, sem a necessidade de qualquer aviso complementar, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL/PDSEAI em contrário.

1.5. O PROJETO BÁSICO e demais elementos integrantes, juntamente com os anexos, compõem os elementos necessários e indispensáveis à formalização das propostas pelas empresas interessadas.

2 – DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS E SUBPRODUTOS

2.1 Contratação de empresa/instituição para a realização de levantamento de coordenadas geográficas com GPS (Global Position System) de navegação nas propriedades de até 240 hectares (04 módulos fiscais), localizadas nos vazios fundiários (vazios cartográficos), com coleta de dados cadastrais, tendo como produto final o Cadastro Ambiental Rural – CAR, para atender às necessidades da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM/RO.

2.2. As especificações dos produtos subprodutos são aquelas estabelecidas no **PROJETO BÁSICO, ANEXO I DO EDITAL.**

2.3.**DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA PARA LEVANTAMENTO DAS COORDENADAS GEOGRÁFICAS, COLETAS DE DADOS CADASTRAIS E ELABORAÇÃO DO CAR, DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

De forma geral, as atividades previstas neste Instrumento incluem a contratação de serviços técnicos para realizar o levantamento das coordenadas geográficas por meio de GPS de navegação com precisão de no máximo 5 metros, atendendo as especificações: Projeção Cartográfica UTM, Sistema de Referência – Datum Sirgas2000.

O levantamento dos dados cadastrais deverá ser efetuado por meio de ficha técnica que conterá obrigatoriamente, a identificação de seu proprietário/possuidor, comprovação da propriedade ou da posse; croqui indicando a área do imóvel rural, a localização de remanescentes de vegetação nativas, áreas de preservação permanente (indicando o curso d’água o nascente, áreas de uso restrito, consolidadas, servidão administrativa e, no caso, se existente, também da localização da Reserva Legal averbada, proposta e não averbada ou indicar onde o proprietário indicar sob manifestação a localização da mesma.

A realização do Cadastro Ambiental Rural – CAR é uma atividade que contempla cinco momentos distintos, a saber: I-levantamento dos vértices dos imóveis por meio de GPS de navegação, contemplando no mínimo 04 (quatro) pontos de coordenadas geográficas; II – coleta de todos os dados cadastrais da propriedade ou posse rural, além das informações ambientais, como: remanescentes de vegetação nativas, as áreas de preservação permanente,de uso restrito, consolidadas, servidão administrativa e, no caso, se existente, também da localização da Reserva Legal; III – recebimento dos documentos da propriedade e de seu proprietário ou possui dor; IV –análise dos dados espaciais e informações cadastrais e ambientais coletados em campo; e, V - a inserção de informações no Sistema de Cadastro Ambiental Rural – CAR.

2.3.1 Do levantamento das coordenadas geográficas em campo

O levantamento dos pontos de coordenadas geográficas dos vértices dos imóveis rurais de até 240 ha (04 módulos fiscais) deverá ser realizado por meio de GPS de navegação com precisão de no máximo 5 metros, atendendo as especificações: Projeção Cartográfica UTM, Sistema de Referência – Datum Sirgas 2000.

O imóvel rural deverá ser identificado por meio de planta e memorial descritivo contendo a indicação das coordenadas geográficas, com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel quando não forem coletados todos os vértices, informando a localização de remanescente de vegetação nativa, das áreas de preservação permanente, das áreas de uso restrito, das áreas consolidadas, servidão administrativa e, no caso, se existente, também da localização da Reserva Legal averbada, proposta e não averbada ou proposição de localização por parte do proprietário.

Efetuar o levantamento dos corpos d’água, e demonstrar a rede de drenagem natural, coletando no mínimo 02 (dois) pontos de referência de divisas, sendo um ponto no início e outro no final, não havendo necessidade de coleta de pontos intermediários quando houver base digital georreferênciada atualizada e disponível, exceto em situação que o profissional de campo julgar necessária a sua coleta para manter a qualidade na identificação do perímetro do imóvel.

Aos pontos coletado sem campo, principalmente aqueles que de limitam as posses rurais, deverão ser atribuídos registros às coordenadas, relacionado-as a uma descrição de referencia (ex: cerca,pedra, grota, grotão, rio, estrada, marcos, etc.) e seu registro fotográfico.

2.3.2 Da coleta de dados cadastrais em campo

A coleta de dados cadastrais consiste no preenchimento de ficha conforme modelo (anexo I), devendo conter no mínimo as seguintes informações: nome do proprietário/possuidor; número de RG e CPF; nome e endereço da propriedade; número do Item; coordenadas geográficas com no mínimo 04 (quatro) pontos; endereço para correspondência; local e data; nome e assinatura do informante. Caso as informações tenham sido prestadas por pessoa que não o proprietário, deverá ser indicando sua situação, por exemplo, se, empregado, parente, etc.

A referida ficha deverá conter ainda o responsável pelo seu preenchimento, indicando nome completo, documento de identidade, CPF e tipo de vínculo com a contratada.

Juntamente com a ficha cadastral, deverá ser apresentado o croqui, contendo no mínimo as seguintes informações: o perímetro do imóvel com as coordenadas dos vértices, remanescente de vegetação nativa, área consolidada, servidão administrativa e reserva legal caso exista, ou indicar a sua localização caso deseje.

A contratada deverá informar aos proprietários/possuidores que os serviços de cadastramento do imóvel e inteiramente gratuito, indicando que seus custos serão pagos pelo governo do Estado de Rondônia por meio do Programa de Desenvolvimento Sócio Econômico e Ambiental Integrado – PDSEAI, com recursos oriundos do Fundo Amazônia liberados pelo BNDES.

A contratada fica expressamente proibida de cobrar qual quer tipo e taxa,tarifa ou aceitar qualquer tipo de gratificação ou remuneração do produtor rural.

2.3.3 Do Recebimento dos Documentos

Após o levantamento das coordenadas geográficas e coleta de dados em campo com o preenchimento da ficha cadastral, para a realização do CAR, a Contratada deverá estar de posse,no mínimo, dos seguintes documentos por imóvel a ser cadastrado.

a) termo de autorização do proprietário ou possuidor conforme modelo previsto no SICAR;

b) documento de comprovação da titularidade do imóvel (escritura ou certidão do registro de imóveis) no caso de propriedade, ou declaração do órgão fundiário ou órgão representativo da classe (Sindicato de Trabalhadores Rurais ou Sindicato de Produtores Rurais) no caso de posse ou ocupação mansa e pacífica, ou qualquer dos documentos indicados no modulo de inscrição do CAR.

c) cópia dos documentos pessoais (RG e CPF), podendo ser substituído por carteira profissional, de trabalho ou habilitação;

A CONTRATADA deverá dispor de equipamentos e materiais para cópias e digitalização da documentação supracitada, quando da realização de coleta de dados e recebimentos de documentos conforme previsto **nos subitens 5.2 e 5.3** do Termo de Referência, imediatamente anteriores, nesta localidade não houver acessibilidade aos proprietários/possuidores de o obterem de outra maneira.

2.3.4 Análise dos Dados de Campo

A análise dos dados coletados em campo consiste no tratamento das informações que deverá ser efetuada no ambiente QGIS não somente em relação ao imóvel levantado, como também em relação ao conjunto de imóveis (áreas contiguas) a fim de, identificar e corrigir inconsistências cartográficas, como sobreposições e precisão das informações coletadas em campo; delimitação da área do imóvel; análise da paisagem para identificação da cobertura do solo (remanescentes de vegetação nativa, áreas consolidadas e de descanso (pouso); identificar as áreas exploradas e de servidão administrativa; identificar as áreas de preservação permanente (APP) por meio de análise das imagens; identificar os corpos hídricos; identificar as áreas de uso restrito e áreas de Reserva Legal (proposta, averbada ou aprovada e não averbada).

Nos casos de Área de Reserva Legal a ser proposta, além dos critérios ambientais estabelecidos em lei, a contratada deverá indicar no croqui a área a ser averbada, declarada e não averbada e a proposta se for o caso.

2.3.5 Escopo do Fornecimento

Para o alcance da meta cadastrável do Projeto que é de cerca de 29.656 (vinte e nove mil e seiscentos e cinquenta e seis) propriedades rurais com área de até 240hectares (04 módulos fiscais) conforme consta no **quadro 01 do item 4.2** do Termo de Referência, deverão ser desenvolvidas ações em pequena, média e grande escala, organizadas de forma sincronizada e em sintonia, as quais devem ter como diretrizes básicas: i) conscientização dos proprietários; ii) justificativas convincentes para a adesão dentro dos prazos; iii)orientação técnica e tática quanto aos desdobramentos (PRA); iv) ganhos e benefícios sociais, ambientais e econômicos do cadastro.

2.3.6 Plano de Comunicação

A CONTRATADA deverá realizar um conjunto de ações integradas de parcerias, eventos, workshops e implantação de indicadores dos avanços e resultados. Consistem em ações integradas de parcerias, eventos e workshops com articulação local para incentivar a adesão ao CAR. O objetivo fim é direcionar os produtores rurais (proprietários/possuidores de terras) aos multiplicadores para que finalizem o processo de cadastramento.

2.3.7 Elaboração do Cadastro Ambiental Rural – CAR

O cadastramento dos imóveis rurais consiste em inserir os dados sobre a propriedade, seu domínio, a documentação, o GEO e informações adicionais do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR, gerando ao final o protocolo de registro.

Depois de gerado o arquivo, a contratada deverá efetuar a gravação dos dados e por fim o envio desses à plataforma federal via SICAR, gerando o protocolo de envio que deverá ser gravado em mídia juntamente com o arquivo formato **“.car”**a ser entregue ao proprietário.

A contratada deverá criar endereços eletrônicos alternativo para envio e recebimento do protocolo e arquivo formato **“.car”** pelo proprietário, que poderá ser em nome da própria contratante, da EMATER, sindicatos ou associações.

A realização do cadastro dos imóveis rurais pela contratada deverá ser realizada atendendo aos procedimentos requeridos e exigidos, podendo, por conveniência da contratada, ser realizado no próprio município onde estiver sendo realizado o CAR, considerando para este caso, a estrutura física necessária e o acesso a internet disponibilizada na localidade.

Na realização do CAR, a contratada deverá considerar que:

a) os aparelhos de GPS de navegação deverão estar configurados para projeção cartográfica UTM em sistema Datum SIRGAS2000.

b) a inscrição no CAR é declaratória e uma vez elaborado o seu cadastro, compete ao órgão ambiental (contratante) realizar a validação,que consiste na análise técnica e aprovação dos dados informados, quanto a localização da reserva legal, áreas consolidadas, localização das áreas de preservação permanentes e áreas de uso restrito de cada imóvel rural;

c) cada imóvel rural deverá ser vinculado a um único CAR, ficando expressamente proibida a emissão de mais de um cadastro para um mesmo imóvel,exceto no caso de cancelamento do CAR anterior por motivo justificado.

d) a contratada não poderá efetuar a retificação de CAR anteriormente realizados para nova inserção no SICAR, exceto, nos casos de sobreposição no cadastramento de novos imóveis ou de erros grosseiros quanto à localização do imóvel, ou ainda, pela mudança da condição fundiária mediante titulação por órgãos fundiários. Toda retificação deve ser previamente aprovada pela contratante.

e) para elaboração do CAR, a contratada deverá inserir no sistema eletrônico, conforme art. 14 da IN MMA 02/14, as informações mínimas quanto à identificação do proprietário ou possuidor; comprovação da propriedade ou posse rural; a vetorização da área do imóvel rural conforme coordenadas coletadas em campo, indicando as nascentes, desenhar qualquer tipo de hidrografia existente no imóvel indicando a largura dos mesmos para que o sistema calcule as áreas de Preservação Permanente; vetorizar os remanescente de vegetação nativa, as áreas de servidões administrativas, as áreas consolidadas, áreas de uso restrito, quando houver, bem como desenhar a área de reserva legal averbada, reserva legal aprovada e não averbada e caso o proprietário/possuidor concorde, indicar o local da reserva legal.

A CONTRATADA deverá orientar suas equipes de campo quanto à abordagem e obtenção de permissão de acesso aos imóveis rurais quando da coleta de dados em campo, considerando as expressões culturais do público alvo onde será realizado o cadastramento.

2.3.8 Da entrega dos CAR’s

Após a elaboração e inserção dos dados do imóvel cadastrado no SICAR, a contratada deverá emitir e imprimir os respectivos CAR’s e providenciar a entrega dos mesmos com os respectivos protocolos aos seus proprietários.

Após a elaboração e inserção dos dados do imóvel cadastrado no SICAR, a contratada deverá emitir o protocolo que deverá ser gravado em mídia digital juntamente com o arquivo formato **“.car”**, e entregá-lo ao proprietário, informando ao mesmo como proceder o acesso a central de comunicação para obtenção do recibo.O acesso a central de comunicação, trata-se dos endereços eletrônicos em domínio da SEDAM ou EMATER, criados exclusivamente para recebimento dos arquivos pelos proprietários.

Os protocolos e recibos de inscrição do CAR quando não entregues diretamente ao proprietário/possuidor quando findado o cadastramento dentro do vazio em que se localizar ainda durante a vigência do contrato, deverão ser encaminhados aos escritórios regionais da SEDAM ou EMATER, localizado na área de abrangência do imóvel cadastrado.

Os cadastros que ao final de vigência do contrato não tenham sido entregues nos escritórios regionais da SEDAM ou EMATER, deverão ser repassados à contratante, em sua sede na cidade de Porto Velho – RO, na Coordenadoria de Regularização Ambiental Rural – COMRAR, localizado no Palácio Rio Madeira (endereço constante no cabeçalho), que ficará na responsabilidade de efetuar sua entrega.

2.3.9 DOS INSUMOS DISPONIBILIZADOS PELA CONTRATANTE

O Governo do Estado de Rondônia, representado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), fornecerá subsídios constantes da base de dados do Estado, bem como quaisquer informações complementares e necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos.

Dentre os insumos a serem disponibilizados à Contratada, cita-se, se for o caso:

* Arquivo shapefile com metadados, das áreas definidas como vazios cartográficos;
* Base Fundiária utilizada;
* Cobertura de imagens do satélite SPOT-5 em resolução espacial 2,5 x 2,5 metros e 10 x 10 metros, adquiridas em 2008 com cobertura para todo o Estado de Rondônia;
* Arquivo shapefile poderá ser atualizado semanalmente contendo o perímetro dos cadastros já efetivados nos vazios cartográficos.
* Apoio na mobilização dos atores locais, juntamente com as prefeituras, sindicatos, associações e outros órgãos parceiros.
* Fornecimento de material impresso (panfleto, folder, cartaz, etc.) de divulgação para realização do cadastramento ambiental rural, objetivando alcançar o maior número de proprietários/possuidores interessados em realizar o CAR.

O fornecimento das informações ficará adstrito à solicitação formal por parte da Contratada fundamentado quanto à demanda para execução das etapas dos trabalhos.

2.4 PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS

A CONTRATADA deverá elaborar o planejamento das atividades a serem realizadas no desenvolvimento deste projeto abrangendo:

a) definição das ferramentas de gerenciamento;

b) o cronograma detalhado das atividades que envolverão este projeto;

c) a elaboração da matriz de responsabilidades;e

d) a definição da estrutura dos documentos a serem elaborados.

2.4.1. As métricas de acompanhamento do projeto serão as datas e prazos definidos no Cronograma de Execução do Projeto, nos Relatórios parciais e nos Produtos entregues a SEDAM. Os registros de inscrição feitos pela CONTRATADA serão identificados por meio de perfil de usuário específico como entidade conveniada à medida que forem sendo feitas inscrições para a plataforma do SICAR.

2.4.2 A CONTRATADA deverá elaborar relatórios mensais de atividades contendo a descrição das tarefas e atividades realizadas no período, bem como a descrição da situação delas, indicando as atividades concluídas e em andamento, com as respectivas datas em marcos significativos, a relação das tarefas e atividades a serem realizados pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE no próximo período, os prazos para sua execução, as análises críticas relativas aos desvios e tendências verificados e as ações corretivas adotadas.

2.4.3 Os processos de planejamento e gestão do projeto e dos serviços contratados serão rigorosamente observados pela CONTRATANTE durante toda a execução do contrato, a partir do Plano de Trabalho definido pela CONTRATADA.

2.4.4 O Plano de Trabalho deverá ser o primeiro produto a ser entregue pela CONTRATADA e deverá ser aprovado pela SEDAM.

2.4.5 O Plano de Trabalho e o gerenciamento do projeto deverão observar os princípios do Project Management Body of Knowledge (PMBOK)/ Project Management Institute (PMI), abrangendo as seguintes áreas de conhecimento:

a) gerenciamento de integração do projeto;

b) gerenciamento de escopo do projeto;

c) gerenciamento de tempo do projeto;

d) gerenciamento de qualidade do projeto;

e) gerenciamento de recursos humanos do projeto;

f) gerenciamento de comunicação do projeto;

g) gerenciamento de riscos do projeto.

2.4.6 A CONTRATADA deverá obrigatoriamente realizar as seguintes atividades, que contribuirão para a definição de metodologia e execução do projeto:

a) apresentar Plano de trabalho detalhado, contendo a estratégia de execução dos serviços, fluxograma de ações para as diferentes etapas do trabalho e outras informações pertinentes;

b) realizar reuniões periódicas com equipe da CONTRANTE para acompanhamento do projeto;

c) utilizar ferramenta Web para acompanhamento e gerenciamento do projeto;

d) elaborar e apresentar relatórios mensais de atividade;

f) realizar uma reunião quinzenal ou em menor frequência com a equipe de acompanhamento do resultado;

g) realizar apresentação dos resultados parciais, receber comentários e fazer as alterações necessárias;

h) elaborar relatório final com os resultados dos trabalhos.

2.4.7 Ainda deve compreender esta etapa o suporte técnico para atender as três dimensões envolvidas no projeto: i) Esfera política (prefeituras, sindicatos, cooperativas e ONGs); ii) Atendimento técnico (uso das ferramentas); iii) SAC para as dúvidas relacionados a adesão do CAR para produtores.

2.4.8 O Plano de Trabalho deverá descrever de forma detalhada todo o planejamento dos serviços, a metodologia, a disponibilidade humana e financeira, as etapas e as atividades a serem executadas atendendo aos objetivos e às especificações técnicas deste Projeto Básico.

2.4.9 O Plano de Trabalho deverá conter ainda, no mínimo, os seguintes itens:

a) metodologia de execução das atividades;

b) relação e descrição das atividades;

c) cronograma de execução dos serviços;

d) disponibilidade de recursos humanos, físicos e financeiros;

e) plano de comunicação;

f) plano de qualidade e de riscos:

**2.4.10 O Plano de Trabalho deverá conter todos os pontos elencados na Proposta Técnica Detalhada (PTD).**

2.5 DO PLANO DE TRABALHO

A realização do Cadastramento Ambiental Rural – CAR, incluindo todas as subatividades, somente poderá ser iniciada após a apresentação pela contratada à contratante, do Plano de Trabalho, que consiste na indicação de todo planejamento dos trabalhos a serem realizados em campo e em escritório, logística empregada, mobilização e divulgação das fases de trabalho em campo, relação de quadro técnico e equipamentos a serem utilizados, estratégia de implementação das atividades e cronograma de atividades detalhado de forma a especificar como se atingirá o objetivo da presente contratação.

A execução dos serviços contratados iniciar-se-á somente após a apresentação do Plano de Trabalho conforme descrito anteriormente e devidamente aprovado pela contratante, que emitirá a ordem de serviço.

O Plano de Trabalho deverá ser entregue pela contratante a contratada para avaliação e aprovação no prazo máximo de 15 (quinze) dias após assinatura do contrato conforme cronograma de execução.

Após a aprovação do Plano de Trabalho pela contratante, o inicio da execução dos trabalhos por parte da contratada deverá ser em no máximo 15 (quinze) dias após a emissão da ordem de serviço.

O Plano de Trabalho deverá conter de forma clara e precisa um resumo das fases e atividades previstas para a execução dos serviços, conforme especificado no **Quadro 2** a seguir, que deverá estar em consonância com o cronograma de execução constante no **item 9** do Termo de Referência.

Por meio do Plano de Trabalho a contratante irá avaliar a estratégia apresentada pela contratada para desenvolver as atividades previstas no contrato oriundo do presente instrumento, e caso seja identificada qualquer inconformidade, a contratante poderá solicitar as alterações da estratégia apresentada de maneira à melhor atender aos objetivos do contrato.

A apresentação das estratégias (Plano de Trabalho) para execução dos serviços deverá ser entregue em uma via impressa com versão digital para análise e aprovação pelo corpo técnico da contratante. Em caso de solicitação de ajustes do Plano de Trabalho por parte dos técnicos da contratante, a apresentação da versão final e definitiva deverá ocorrer em no máximo **05 (cinco) dias corridos** da solicitação.

Plano de Trabalho deverá ser revisado a cada **60 (sessenta) dias corridos** durante a execução do Contrato ou sempre que necessário ou por requisição da contratante, visando sempre à boa qualidade na execução dos serviços.

Quadro 2 - Resumo das fases e atividades previstas

|  |  |
| --- | --- |
| **FASES/ETAPAS** | **ATIVIDADES** |
| **Plano de Trabalho** | 1. Planejamento para execução do contrato |
| 2. Objetivos do Plano de Trabalho |
| 3. Metodologia de execução das atividades |
| 4. Relação e Descrição das Atividades |
| 5. Cronograma de Execução dos Serviços |
| 6. Logística para realização das atividades |
| 7. Plano de comunicação: mobilização das fases de trabalho em campo |
| 8. Disponibilidade de recursos humanos, físicos e financeiros |
| 9. Plano de qualidade e riscos |
| 10. Consolidação do projeto (implementação das atividades e cronograma de execução). |

2.5.1. Do Planejamento para execução do contrato

O Planejamento das atividades contemplará todas as fases do projeto até sua consecução final, indicando de forma clara e precisa os mecanismos que serão utilizados pela futura contrata de forma a atingir o objetivo final, que é o levantamento das coordenadas, a coleta de dados e o cadastramento ambiental rural.

2.5.2. Objetivos do Plano de Trabalhos.

Esta atividade envolve a elaboração de um planejamento indicando de forma detalhada as atividades a serem desenvolvidas pela contratada para a execução de cada fase/etapa do objeto deste Projeto Básico, incluindo o detalhamento da metodologia e logística a ser empregada; a mobilização e divulgação das fases de trabalho de campo; a indicação da equipe técnica envolvida para a execução dos trabalhos; as estratégias de implementações das atividades; os insumos básicos necessários e o cronograma de execução do contrato, indicando as fases para cada atividade, de forma a cumprir com os prazos pactuados.

2.5.3. Da metodologia da Execução das Atividades

A descrição técnica da metodologia a ser aplicada em cada processo e atividades produtivas e os respectivos resultados esperados.

2.5.4. Relação e Descrição das Atividades

Esta atividade compreende a apresentada de uma Estrutura Analítica do Projeto (EAP), indicando todas as atividades desenvolvidas, suas etapas e resultados esperados.

2.5.5. Cronograma de Execução dos Serviços

Detalhamento da execução das atividades a serem desenvolvidas e seus respectivos prazos de duração, compatíveis com os prazos estabelecidos pela CONTRATANTE conforme definido pelo Cronograma de Execução definido **no Quadro 2 do item 09** do Termo de Referência, numa sequência que considere as relações de precedência e dependência entre atividades. O cronograma a ser apresentado pela proponente deverá apresentar os marcos do projeto e definir a data da entrega de produtos intermediários e finais para cada atividade do projeto.

2.5.6. Da logística para realização dos trabalhos

Para a realização de todas as etapas do projeto, a contratada deverá indicar os meios disponíveis para a execução dos trabalhos em campo, informando quais os equipamentos, as condições de transporte, alojamento e alimentação dos envolvidos, bem como as demais condições necessárias ao bom desempenho dos serviços.

2.5.7. Mobilização e divulgação das fases de trabalho em campo

A CONTRATADA deverá apresentar o Plano de Comunicação do Projeto contendo as descrições dos modos de relacionamentos entre os níveis gerenciais, de coordenação e técnico, entre os responsáveis pelo projeto na CONTRATADA e na CONTRATANTE. Deve incluir o plano de reuniões de acompanhamento de projeto, mensais e extraordinárias, modos de registros do projeto (atas, e-mails e outros documentos), constituindo parte integrante da documentação oficial do projeto e a ser seguido.

Esta fase consiste ainda na preparação para a realização dos trabalhos, estabelecendo o contato com o público beneficiário em campo, bem como articulação com órgãos e entidades, para que possam auxiliar e recepcionar as equipes de trabalho de campo.

Indicar os meios que se utilizará para informar aos proprietários rurais da região a ser atendida quando da execução dos trabalhos de campo, em relação à divulgação das datas de realização da coleta de dados, bem como a forma de abordagem e obtenção de permissão para acesso as propriedades rurais.

Tendo em vista a vasta distribuição de material gráfico de publicidade do CAR já disponibilizado e distribuído pela contratante, a contratada deverá indicar se existe a necessidade de uma maior produção, a forma (folder, panfletos, cartilhas e cartazes) e a sua distribuição.

2.5.8. Disponibilidade de recursos humanos, físicos e financeiros

A CONTRATADA deverá apresentar a equipe técnica alocada e o organograma definindo para o projeto, contendo a Matriz de Responsabilidades e as funções a serem desempenhadas por cada responsável técnico, identificando os níveis gerenciais e de coordenação de cada atividade do projeto.

Indicar o número de técnicos com suas respectivas qualificações profissionais por meio de currículo, diplomas e/ou certificados, bem como, dos demais trabalhadores que serão disponibilizados para a execução dos trabalhos de campo e de escritório, indicando ainda a sua disponibilidade orçamentária para cobrir os custos necessários a boa execução dos trabalhos.

Deverão ser considerados custos pela futura contratada, todas as despesas a serem empregadas com pessoal, transporte, equipamentos, locação de espaço se necessário, material de consumo (material de escritório, equipamentos de proteção individual - EPI, etc.), combustível, passagens, despesas administrativas e despesas com alimentação e hospedagem, etc.

2.5.9. Plano de qualidade e riscos

A CONTRATADA deverá apresentar o Plano de Qualidade e de Riscos contendo a descrição detalhada, por atividades do projeto, do processo de garantia de qualidade e conformidade dos produtos do projeto com base nas Especificações Técnicas deste Projeto Básico. O plano de qualidade e de riscos deve incluir a Matriz de Riscos, incluindo ações previstas, corretivas e preditivas.

2.5.10. Da consolidação do projeto

O Plano de Trabalho deverá ser elaborado considerando número de imóveis a serem cadastrados em cada lote e área de abrangência conforme definidos no **Quadro 1 do subitem 4.2** do Termo de Referência, devendo ser levado em consideração a menor fração de tempo possível para sua total execução.

Os serviços deverão ser executados em sua totalidade no tempo conforme apresentado no plano de trabalho e no cronograma de execução da proponente, não podendo ser superior ao cronograma definido no a seguir.

**2.6 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.**

O prazo para execução de todas as atividades e entrega dos produtos contratados com base neste Instrumento é de 06 (seis) meses de acordo com a quantidade contratada por item, contados a partir da Ordem de Serviço.

Quadro 3 – Cronograma de execução

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **FASES/ETAPAS** | **PERÍODO DE EXECUÇÃO/MÊS** | | | | | | |
| 1 | | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 1. Plano de Trabalho |  |  |  |  |  |  |  |
| 2. Levantamento de Coordenadas. |  |  |  |  |  |  |  |
| 3. Coleta de Dados Cadastrais |  |  |  |  |  |  |  |
| 4. Recebimento dos documentos para cadastro |  |  |  |  |  |  |  |
| 5. Análise de Dados de Campo |  |  |  |  |  |  |  |
| 6. Elaboração do Cadastro Ambiental Rural – CAR |  |  |  |  |  |  |  |
| 7. Relatório parcial com no mínimo 25% dos imóveis cadastrados em cada vazio cartográfico. |  |  |  |  |  |  |  |
| 8. Relatório parcial com no mínimo 50% dos imóveis cadastrados em cada vazio cartográfico. |  |  |  |  |  |  |  |
| 9. Relatório final com a totalidade dos imóveis cadastrados em cada vazio cartográfico. |  |  |  |  |  |  |  |
| 10. Consolidação do Projeto |  |  |  |  |  |  |  |

2.6.1. O cronograma de execução será considerado de forma individualizada por Lote conforme **quadro 1 do subitem 4.2** do Termo de Referência**.**

2.6.2. Conforme especificado, o prazo máximo para a realização do contrato será de 06 (seis) meses, independentemente da quantidade de lotes que a Contratada terá que executar, podendo, de acordo com a disponibilidade da contratada, ser realizado em menor tempo.

2.6.3. Não se admitirá aditivo contratual em relação a aumento de prazo caso os serviços constantes em cada lote não tenha atingido no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do número estimado dos imóveis rurais cadastráveis em cada item.

2.7 DOS PRODUTOS E SUBPRODUTOS

O produto objeto desta contratação é o Cadastro Ambiental Rural – CAR, dos imóveis rurais de até 240 há localizados nos vazios cartográficos conforme definido na **quadro1 do subitem 4.2** do Termo de Referência**.**

A elaboração do CAR deverá atender ao especificado **no item 5** do Termo de Referência.

Os vazios cartográficos para elaboração dos produtos e suas respectivas localizações são os constantes no **quadro 1 do subitem 4.2** do Termo de Referência, distribuídos em regiões e municípios definidos em áreas prioritárias, priorizadas e demais regiões do Estado, as quais deverão conter 100% (cem por cento) de cadastramento dos imóveis ali localizados.

Entende-se por áreas prioritárias os municípios constantes da Portaria nº 028/2008 do MMA, a saber: Porto Velho, Nova Mamoré, Machadinho do Oeste e Pimenta Bueno.

Entende-se por áreas priorizadas e definidas pelo Estado de Rondônia como espaços com problemas fundiários (vazios cartográficos) e exercendo pressão sobre as Unidades de Conservação localizadas nos municípios de Alta Floresta do Oeste, São Francisco do Guaporé, Costa Marques, Pimenteiras, Campo Novo de Rondônia, Itapuã do Oeste e Candeias do Jamari.

As demais regiões do Estado são aquelas com problemas fundiários localizados nos municípios não citados anteriormente.

2.7.1 **Dos subprodutos**

Para obtenção do produto final (CAR) a contratada deverá apresentar os subprodutos abaixo indicado, que deverão atender ao especificado **no item 5** do Termo de Referência.

2.7.1.1. Levantamento das coordenadas geográficas

O levantamento das coordenadas geográficas dos vértices dos imóveis rurais de até 240 ha (04 módulos fiscais) deverá ser realizado por meio de GPS de navegação com precisão de no máximo 5 metros, atendendo as especificações: Projeção Cartográfica UTM/Geográfica, Sistema de Referência – Datum Sirgas 2000, devendo ser as respectivas coordenadas serem devidamente informadas na ficha de coleta de dados cadastrais.

Em caso de necessidade de levantamento de coordenada projetada, deverá estar devidamente descrito o ponto de referência (cerca, pedra, grota, grotão, rio, estrada, marco, árvore,etc.) com o respectivo relatório fotográfico.

2.7.1.2 Da coleta de dados cadastrais

A coleta dos dados cadastrais dos imóveis e de seus respectivos proprietários/possuidores deverá ser efetuada por meio de ficha (modelo anexo), e deverá conter no mínimo as seguintes informações:

a) nome do imóvel;

b) endereço do imóvel (linha, estrada, etc.);

c) identificação do imóvel (lote, gleba, etc.);

e) nome do proprietário/possuidor;

f) número do documento de identificação do proprietário/possuidor (RG, CTPS, habilitação, Carteira Profissional, etc.);

g) número do CPF do proprietário/possuidor;

h) indicações das coordenadas geográficas do imóvel, juntamente com descrição e relatório fotográfico em caso de necessidade de coleta de ponto projetado **(subitem 10.1.1.** do Termo de Referência**).**

i) nome e assinatura do informante. Caso as informações tenham sido prestadas por pessoa que não o proprietário, deverá ser indicando sua situação, por exemplo: se empregado, parente, etc.

j) indicação do responsável pelo seu preenchimento, com nome completo, documento de identidade, CPF e tipo de vínculo com a contratada.

2.7.1.3 A ficha cadastral (coleta de dados), além de conter todas as informações acima descritas, devera conter campo, com numeração sequencial de identificação, devendo uma via ser entrega no ato ao proprietário/possuidor servindo esta como concordância das informações prestadas e protocolo para retirada do CAR junto a EMATER.

2.7.1.4 Memorial descritivo do imóvel (Croqui de detalhado do imóvel)

Apresentação em forma de croqui do imóvel, contendo as coordenadas geográficas dos vértices, conforme definido **no subitem 5.2.** do Termo de Referência.

2.7.1.5 Dos documentos

Juntamente com a ficha cadastral e croqui do imóvel, a contratada deverá entregar em forma de pastas individualizadas no setor indicado pela contratante para recebimento dos produtos, os documentos relacionados **no item 5.3.** do Termo de Referência.

Caso o proprietário ou possuidor já disponha de levantamento georreferenciado do perímetro do seu imóvel, este deverá ser juntado aos autos em forma digital (CD), ou ainda por meio da planta ou memorial devidamente certificado.

**2.8 Do Produto Final - CAR**

O Cadastro Ambiental Rural – CAR como produto final, consiste na inserção dos dados do imóvel, proprietário, domínio/posse, documentação, o GEO e informações adicionais (questionário) do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR, gerando ao final o registro do resumo do cadastro do CAR, validados pela contratante.

A contratada deverá criar o registro eletrônico (e-mail) em nome do proprietário ou a seu critério de forma corporativa em seu nome para fins de recebimento do recibo de protocolo com as informações de comprovação de envio do cadastro para a base Federal do SICAR, com vistas ao acesso para validação dos dados, ou ainda em nome do Escritório ERGA - Regional de Gestão Ambiental da Sedam mais próximo ou no escritório local da EMATER.

A contratada deverá efetuar a entrega de uma base de dados dos recibos emitidos pelo SICAR em formato digital(CD/DVD ou pendrive) com a extensão**“.car”**, consolidados por vazios localizados em regiões contiguas e por município, conforme definidos **no item 11** do Termo de Referência, que trata da forma de entrega dos produtos e subprodutos.

**2.9 FORMATO DE APRESENTAÇÃO DOS PROUTOS E SUBPRODUTOS**

2.9.1 Dos subprodutos

2.9.1.2 Do levantamento das Coordenadas Geográficas

O levantamento das coordenadas geográficas deverá ser apresentado em 2 (dois) Arquivos digitais no formato SHP projetado em Sirgas 2.000/UTM com no mínimo os atributos (nome do imóvel, nome do proprietário, gleba, setor e linha) dos imóveis levantados topograficamente, e atributados conforme modelo padrão de coleta de coordenadas dos vértices de cada imóvel.

2.9.1.3 Da Coleta de Dados Cadastrais e dos documentos recebidos

A apresentação das Fichas de informações cadastrais e dos documentos recolhidos do proprietário/possuidor serão organizados em pastas individualizadas em ordem alfabética por vazio dentro de cada item e acondicionadas em caixa arquivo em meio físico (papel A4). As referidas pastas individualizadas deverão ser entregues também em meio digital (CD/DVD ou pendrive), digitalizadas em formato PDF não editável.

As fichas de coleta de dados e o croqui, contendo o perímetro do imóvel com as coordenadas dos vértices, os remanescente de vegetação nativa, a área consolidada, a servidão administrativa e reserva legal caso exista, ou ainda, a indicação da localização da reserva legal caso deseje, bem como a planta e memorial descritivo gerados a partir das coordenadas levantadas em campo, juntamente com o registro de protocolo (cópias) deverão ser organizadas por vazios e apresentadas em 01 (um) exemplar encadernado com no máximo 100 folhas cada.

O Relatório de entrega dos produtos realizados deverá conter o número de levantamento das coordenadas geográficas e Fichas cadastrais realizados em cada vazio fundiário por município, devendo conter ainda o número de arquivos entregues bem como a quantidade de exemplares com as fichas cadastrais, que deverá estar em consonância com o número de cadastros realizados.

2.9.1.4 Forma de apresentação dos produtos

Os produtos digitais com os dados dos imóveis cadastrados deverão ser entregues em blocos contemplando os lindeiros, articulados e pós-processados entre si para atingir a precisão de no máximo 5 metros (dados C/A) com apresentação de coordenadas UTM/Geográfica e criação de dicionário de dados no formato SHP projetado em Sirgas 2.000/UTM com no mínimo os seguintes atributos: nome do imóvel, nome do proprietário, número do lote, linha, setor e número do registro de protocolo de entrega do CAR. Este arquivo deverá ser cronologicamente organizado em ordem alfabética por nome dos proprietários dos imóveis localizados dentro de cada vazio cartográfico contratado e por município.

Juntamente com os produtos digitais deverão ser entregues em pastas individualizadas os documentos relativos aos imóveis cadastrados na forma prevista no **subitem 10.1.4.** do Termo de Referência.

Arquivo contendo a base de dados digital única gravada em CD/DVD no formato**“\*.car”,** consolidados por vazio cartográfico e por região de abrangência do item de acordo com a quantidade contratada.

Mapa da região cadastrada (impresso em formato A0 e digital) indicando a localização dos imóveis rurais cadastrados pela contratada.

**2.10 DOS CADASTROS EFETUADOS COMO PRODUTO FINAL**

A contratada para fins de recebimento deverá apresentar, na forma prevista **no item 11** do Termo de Referência, relação impressa e digital dos cadastros realizados (contendo número do recibo, data do cadastro, nome do imóvel, nome do proprietário ou posseiro, área do imóvel, área total cadastrada no período), com totalização individualizada de cada vazio cartográfico com apresentação de mapa indicativo da quantidade cadastrada, e quantidade total de cadastros realizados em cada região.

2.10.1. Consolidação do relatório final do projeto

A consolidação do relatório consiste no detalhamento de execução dos trabalhos realizados com o levantamento das coordenadas geográficas e coleta dos dados até a elaboração final do CAR, demonstrando por meio de indicadores o desempenho da execução de 100% dos serviços contratados.

A entrega do Relatório Final deverá indicar a quantidade de cadastros realizados em cada município, conforme Item/Região dentro de cada Lote contratado, acrescido de uma análise qualiquantitativa consolidada da sua execução.

**2.11. CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO**

Os serviços contratados terão duração de 06 (seis) meses, contados a partir da emissão da ordem de serviço. O Plano de Trabalho apresentado deverá detalhar o cronograma descrevendo cada uma das fases componentes do ciclo de vida do projeto.

Os pagamentos serão realizados em etapas, após as entregas e aprovação dos produtos, de acordo com o cronograma descrito abaixo.

Quadro 4. Cronograma Físico-Financeiro

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PRAZO**  **(a partir da OS)** | **PRODUTO** | **PERCENTUAL** |
| 15 Dias | Produto 1. Plano de Trabalho | 0% |
| 60 Dias | Produto 02  Relatório Parcial conforme **item 11** (**Do levantamento das Coordenadas Geográficas), em no mínimo 25%** dos imóveis cadastrados dentro de cada vazio cartográfico, incluso no SICAR. | 20% |
| 120 Dias | Produto 03  Relatório Parcial conforme **item 11** (**Do levantamento das Coordenadas Geográficas), em no mínimo 50%** dos imóveis cadastrados dentro de cada vazio cartográfico, incluso no SICAR. | 20% |
| 165 Dias | Produto 04  Relatório final conforme **item 11** (**Do levantamento das Coordenadas Geográficas), com a totalidade** dos imóveis cadastrados dentro de cada vazio cartográfico, incluso no SICAR. | 30% |
| 180 Dias | Produto 5 – Final  Consolidação do Projeto. Apresentação dos Arquivos e Relatórios conforme especificado **nos itens 11 e 12.** | 30% |

**2.12. SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES E APROVAÇÃO TÉCNICA DOS PRODUTOS.**

Os trabalhos desenvolvidos pela contratada serão acompanhados e supervisionados por servidor ou equipe técnica designada pelo gestor da SEDAM através de Portaria.

A contratada deverá manter a contratante devidamente informada sobre as atividades programadas e realizadas durante todo o período de execução do contrato, inclusive, prestar esclarecimentos, envios e correções de arquivos sempre que necessário.

A contratante deverá acessar o sistema por meio do protocolo recebido da base SICAR visando confrontar as informações inseridas no CAR, que após, se verificar que as mesmas são as constantes no cadastro inicial, deverá repassar tais informações a contratada para conhecimento e validação das informações, devendo ao final imprimir o Cadastro para entrega.

3 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. Até 05 (cinco) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer cidadão poderá IMPUGNAR o instrumento convocatório desta CONCORRÊNCIA, conforme art. 41 § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, devendo mencionar o número da CONCORRÊNCIA, o ano e o número do processo, manifestando-se preferencialmente através do e-mail supel.kappa@gmail.com, ou protocolando, alternativamente, o documento circunstanciado junto a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL/PDSEAI, na sede desta Superintendência no horário das 07h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira.

3.1.1. Caberá à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL/PDSEAI, auxiliada pelo órgão solicitante e/ou Assessoria Jurídica, **decidir sobre a petição no prazo de até 03 (três) dias úteis.**

3.2. Decairá do direito de IMPUGNAR o instrumento convocatório desta CONCORRÊNCIA, conforme art. 41, § 2º da Lei Federal nº. 8.666/93, o LICITANTE que não o fizer até 02 (dois) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, devendo o licitante mencionar o número da CONCORRÊNCIA, o ano e o número do processo, manifestando-se preferencialmente através do e-mail supel.kappa@gmail.com, ou protocolando, alternativamente, o documento circunstanciado junto a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL/PDSEAI, na sede desta Superintendência, no horário das 07h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira.

3.2.1. Caberá à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - PDSEAI, auxiliada pelo órgão solicitante e/ou Assessoria Jurídica, **decidir sobre a petição,** hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso**.**

3.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

4 – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

4.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e as informações adicionais que se fizerem necessárias à elaboração das propostas, deverão ser enviados à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL/PDSEAI no prazo de até 02 (dias) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, manifestando-se preferencialmente por meio eletrônico, através do e-mail supel.kappa@gmail.com, ou por carta, das 07h30min às 13h30min,devendo o licitante mencionar o número da CONCORRÊNCIA, o ano e o número do processo.

|  |
| --- |
| **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE E LICITAÇÕES – SUPEL/RO**  Sito a Av. Farquar, Nº 2.986 - Bairro Pedrinhas (Palácio Rio Madeira - Ed. Pacaás Novos 2º Andar) - CEP: 76.801-470 - Porto Velho - RO, Telefone: (69) 3212-9272  **A/C: COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL/PDSEAI**  **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 048/2017/CEL-PDSEAI/SUPEL/RO** |

4.2. As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de adendos modificadores, erratas, notas de esclarecimento ou adendos esclarecedores, às licitantes que tenham retirado o Edital através de e-mail (quando indicado), ou ainda, conforme o caso publicadas nos mesmos meios que o inicial.

4.2.1. **ADENDO MODIFICADOR** é o documento emitido pela Administração, contendo informações que impliquem em alteração na formulação das propostas, sendo neste caso, publicado Aviso de Prorrogação da Sessão de Abertura, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido para entrega dos envelopes.

**4.2.2. ERRATA, NOTA DE ESCLARECIMENTO E ADENDO ESCLARECEDOR** são os documentos emitidos pela Administração, contendo informações meramente esclarecedoras, ou correções formais do instrumento convocatório que não causem alteração na formulação das propostas ou em suas condições, de caráter meramente esclarecedor e/ou complementar, sem necessidade, portanto, de reabertura do prazo inicialmente fixado.

4.3. Caso a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL/PDSEAI julgue necessária, poderá fazer consultas técnicas à LICITANTE por escrito, cujas respostas serão encaminhadas pelos mesmos meios, desde que não impliquem em modificação de preços ou qualquer outra alteração da proposta.

4.3.1. A resposta da LICITANTE não implicará, em qualquer caso, na tácita aceitação da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL/PDSEAI.

4.4. As informações e/ou esclarecimentos poderão ser disponibilizados pela Comissão no endereço eletrônico [www.rondonia.ro.gov.br/supel](http://www.rondonia.ro.gov.br/supel), ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas, podendo ainda, serem divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, quando se tratar de adendo modificador, ou, ainda, encaminhados no e-mail da licitante, caso mencionado. Em última instância, será protocolado diretamente no endereço da licitante, quando mencionado.

4.5. A não arguição de dúvidas por parte das **LICITANTES** implicará na tácita admissão de que os elementos contidos no Edital e seus anexos foram considerados suficientes.

**5 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

5.1. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, e sua não observância ensejará na sumária desclassificação da proponente.

**5.2. Poderão participar desta CONCORRÊNCIA as empresas que:**

5.2.1. Satisfaçam as condições deste Edital e seus anexos, que **sejam pertinentes ao ramo do objeto licitado** e que possuam nos seus quadros de Diretores ou Responsáveis Técnicos, profissionais com capacidade técnica comprovada para a execução dos trabalhos de que trata o presente certame.

5.2.2. Atendam às condições exigidas para habilitação, constante do **item 8 e seguintes** deste Edital, cadastradas ou não junto a esta SUPEL;

5.2.2.1. As empresas participantes deste certame não cadastradas e que têm o interesse em formalizar o seu cadastro junto a **SUPEL/RO**, poderão apresentar as documentações necessárias, observada a necessária qualificação.

5.2.2.2. Os documentos para o cadastro que se refere o subitem 5.2.2.1, deverão ser encaminhados à **SUPEL/RO**, no endereço citado no preâmbulo deste edital, junto à Gerência de Cadastro de Fornecedor, de Segunda a Sexta - feira, no horário das 7h30min às 13h30min, em cópias autenticadas, ou cópias simples mediante original, para autenticação no ato da sua apresentação, para proceder a correta avaliação e aprovação e, por conseguinte, emitir o CRC – Certificado de Registro Cadastral/SUPEL-RO.

5.2.2.3. A relação dos documentos necessário para o cadastro acima citado, estará a disposição dos interessados no site desta SUPEL, www.supel.ro.gov.br.

5.2.3. Apresentarem condições específicas relacionadas ao objeto desta licitação e que possuam experiência comprovada nas áreas exigidas para o objeto, conforme PROJETO BÁSICO e que atendam a todas as condições mínimas de qualificação técnica exigidas no Edital na data do recebimento das propostas.

5.2.4. Apresentarem um responsável técnico (coordenador) para todas as atividades do projeto, bem como disponibilizar a equipe técnica conforme descrito no subitem 8.8 (**Disponibilidade de recursos humanos, físicos e financeiros)** do PROJETO BÁSICO (Anexo I).

**5.3. Não poderão participar desta CONCORRÊNCIA, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:**

5.3.1. Que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, consórcios de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

5.3.2. Que por quaisquer motivos tenha sido declarada inidônea por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública Estadual.

5.3.2.1. Para verificação das condições definidas no subitem 5.3.2, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL/PDSEAI, promoverá a consulta junto ao **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS**, **Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF** e **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar -CAGEFIMP** desta SUPEL, no momento da abertura da sessão inaugural do certame.

5.3.2.1.1. Havendo registros de inidoneidade, suspensão ou impedimento, a empresa não estará apta a participar do certame.

5.3.3. Estrangeiras que não funcionem no País.

5.3.4. Apresentem- se constituídas na forma de empresas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.3.4.1**.**  Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 8.666/93, art. 33 e ainda o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, neste certame, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

**5.4. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:**

5.4.1. Servidor de qualquer Órgão ou Empresa vinculada ao Órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

5.4.2. É vedada a participação de servidor público na qualidade de diretor ou integrante de conselho da empresa licitante, em conformidade com o artigo 12, da Constituição Estadual c/c artigo 155 da Lei Complementar 68/92.

**5.5.** Não será admitida nesta Licitação, a participação de empresas ou instituições distintas, através de um único representante.

**5.6.** É vedado subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da presente contratação.

**5.7.** Após a efetiva entrega dos envelopes, contendo a Documentação de Habilitação e a Proposta Técnica de Preços à Comissão, em nenhuma hipótese será concedido prazo adicional ou permissão para a inclusão ou apresentação de documentos ou informações que deveriam constar dos envelopes de habilitação ou propostas, exceto nos casos previstos no art. 48, da Lei Federal das Licitações, a critério da Administração.

**5.8.** Aberto o primeiro envelope de documentação, não será permitida a participação de retardatários.

**5.9.** Em nenhuma hipótese será concedido prazo adicional ou permissão para apresentação e recebimento dos **envelopes 01, 02 e 03**, a inclusão ou apresentação de documentos ou informações que deveriam constar dos envelopes de habilitação ou propostas, exceto nos casos previstos no art. 48, da Lei Federal das Licitações, a critério da Administração. A Comissão reserva a si, o direito de exigir em qualquer época ou oportunidade, documentos ou informações complementares que julgar necessários ao perfeito entendimento e comprovação das documentações apresentadas, além de proceder diligências e verificações na forma da Lei, inclusive suspender a sessão ou marcar quantas reuniões forem necessárias para proceder à análise das documentações apresentadas.

**5.10. Da participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP)**

5.10.1.Para a 1ª fase do certame (habilitação), fica assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte, exclusivamente, o benefício do Art. 43, §§ 1º e 2º da Lei complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006,no que tange a comprovação de regularidade fiscal, no envelope 1 – HABILITAÇÃO, mesmo que esta apresente alguma *restrição,* ficando a mesma subordinada aos seguintes procedimentos, obrigatoriamente:

5.10.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento de encerramento da 1ª fase do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

5.10.3. A não-regularização da documentação, dentro do prazo previsto no item acima, implicará decadência do direito à habilitação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**6 – DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO**

6.1. A Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

6.2. Uma Licitante ou suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta. Caso uma Licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela Entidade de Licitação.

6.2.1. Para tais efeitos será sempre interpretado que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

6.3. Não poderão participar deste processo licitatório nenhuma empresa, funcionários, ou instituição vinculada a Entidade de Licitação ou à Secretaria interessada.

6.4. O representante legal da Licitante, quando presente na Sessão de Abertura, deverá:

6.4.1. Fazendo-se representar pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, este deverá apresentar cópia de sua cédula de identidade e cópia do ato de constituição da empresa ou ato de investidura que habilitem como representante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6.4.2. Fazendo-se representar por procurador, faz-se necessário a apresentação da cópia de sua cédula de identidade e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, podendo requerer, transferir, receber, dar quitação, transigir, acordar, renunciar ao direito de recorrer, desistir, enfim, praticar todos os atos pertinentes ao certame. Se a outorga se der por instrumento particular ou o instrumento público que não indique expressamente os poderes outorgados por Sócio Administrador, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa.

6.5.Os documentos referidos deverão ser apresentados no início da Sessão de Abertura, **fora dos envelopes 1, 2 e 3,**apresentados por qualquer processo de cópia, desde que autenticada em cartório ou por servidor da SUPEL/RO, os quais serão juntados ao processo.

6.6. O não comparecimento de quaisquer dos LICITANTES, a qualquer das sessões marcadas, não impedirá a realização das mesmas e não terá nenhum ônus para a LICITANTE.

6.7. A não apresentação do credenciamento, não implica na inabilitação do licitante, mas o impede de intervir nas decisões tomadas pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL/PDSEAI, nas sessões pertinentes à licitação, até regularização.

7–DA SESSÃO INAUGURAL

7.1. Impreterivelmente na data, hora e local referido no Preâmbulo do presente Edital, as empresas licitantes, deverão entregar sua documentação de habilitação, bem como, proposta técnica e de preços, em envelopes lacrados, distintos e não transparentes, com as identificações na parte externa, de acordo com o subitem 7.2, do Edital, sob pena de não serem aceitos pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL/PDSEAI.

7.2. Os documentos e a proposta exigidos no presente Edital deverão ser apresentados em **01(um) envelope contendo a documentação de habilitação**, **01 (um) envelope contendo a proposta técnica** e **01(um) envelope contendo a proposta de preços**, indevassáveis, distintos e separados, endereçados à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL/PDSEAI, com indicação clara e visível do procedimento licitatório a qual se dirigem, e a denominação da empresa proponente, bem como a natureza dos correspondentes conteúdos conforme indicação:

|  |
| --- |
| **ENVELOPE 01** – **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** |
| **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL/RO**  **Av. Farquar, 2986 – B. Pedrinhas – Porto Velho/RO – CEP: 76.820-408**  **A/C: COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL/PDSEAI**  **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 048/2017/CEL/PDSEAI/SUPEL/RO**  **ABERTURA**: **13/11/2018 às 09h00min**. (horário local) |
| RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E Nº. DO CNPJ DA LICITANTE |

|  |
| --- |
| **ENVELOPE 02** – **PROPOSTA TÉCNICA** |
| **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL/RO**  **Av. Farquar, 2986 – B. Pedrinhas – Porto Velho/RO – CEP: 76.820-408**  **A/C: COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CELPDSEAI**  **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 048/2017/CEL/PDSEAI/SUPEL/RO**  **ABERTURA**: **13/11/2018 às 09h00min**. (horário local) |
| RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E Nº. DO CNPJ DA LICITANTE |

|  |
| --- |
| ENVELOPE 03 – **PROPOSTA DE PREÇOS** |
| **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL/RO**  **Av. Farquar, 2986 – B. Pedrinhas – Porto Velho/RO – CEP: 76.820-408**  **A/C: COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL/PDSEAI**  **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 048/2017/CEL/PDSEAI/SUPEL/RO**  **ABERTURA**: **13/11/2018 às 09h00min**. (horário local) |
| RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E Nº. DO CNPJ DA LICITANTE |

7.3. Para fins de agilização da fase de habilitação do certame licitatório, todos os volumes poderão ser, encadernados (na forma como decidir o competidor), com todas as folhas rubricadas pelo(s) representante(s) legal(is) da empresa e numeradas em ordem crescente.

**7.4. Nenhum dos documentos e propostas contidos nos envelopes 1, 2 e 3, poderão conter rasuras ou entrelinhas, não sendo permitido o uso de palavras ou algarismos manuscritos.** Para fins de julgamento considera-se:

1. **RASURAS -** qualquer tentativa de modificação do que foi originalmente escrito e que impossibilite ou dificulte a correta leitura, por dupla interpretação do texto, exclusive na numeração de folhas (desde que não altere o teor do documento), a qual a Comissão caso julgue necessário, poderá promover nova numeração, a fim de resguardar a integridade da documentação.
2. **ENTRELINHAS -** qualquer inclusão de texto na tentativa de complementar, modificar ou corrigir o que originalmente foi escrito.

7.5. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou autenticada por servidor da SUPEL/RO, sob pena de inabilitação.

7.6. Não serão considerados documentos e propostas que deixarem de atender as disposições deste Edital.

7.7. Não serão admitidas, sob quaisquer motivos ou hipóteses, modificações ou substituições das propostas ou de quaisquer documentos.

7.8. Não serão aceitos documentos e propostas transmitidos por fac-símile, telegrama ou outra forma de apresentação que descaracterize o sigilo de seu conteúdo.

7.9. Para efeito de remessa pelos Correios, os envelopes (distintos e individuais) de Documentação de Habilitação e Propostas técnica e comercial, poderão ser acondicionados em um único invólucro, desde que no sobrescrito venha expresso seu conteúdo, identificando a licitação a que se refere, data e horário para abertura, sob inteira responsabilidade do licitante.

7.10. Os documentos de habilitação e propostas apresentados fora da data e horário previsto no preâmbulo deste Edital não serão recebidos.

7.11. A validade das certidões emitidas pela INTERNET, fica condicionada à confirmação no endereço eletrônico específico.

**8 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE 01**

Para a habilitação as licitantes deverão apresentar os documentos a seguir relacionados, conforme determina o art. 27, da Lei n° 8.666/93, atendendo ao especificado e no prazo de validade, sob pena de inabilitação.

8.1 Da Habilitação jurídica

8.1.2 A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

a) Cédula de identidade dos responsáveis legais;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comercias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos e eleição de seus administradores, comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto do presente Projeto Básico, devendo constar em seu objetivo social no mínimo uma das seguintes atividades:

* + Georreferenciamento e demarcação de imóveis, assentamentos rurais e/ou Unidade de Conservação;
  + Cartografia / agrimensura;
  + Fotogrametria / aerolevantamentos;
  + Geodésia / topografia;
  + Cadastro (urbano/rural/multifinalitário);
  + Geoprocessamento / Geomática / sensoriamento remoto;
  + Outras atividades congêneres contempladas na tabela CNAE do IBGE.

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2 Da Qualificação Técnica

8.2.1. Da empresa

As licitantes deverão comprovar sua experiência através de Atestado de Capacidade Técnica emitidos em nome da Licitante, na forma de declaração ou certidão, expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução dos serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste Projeto Básico.

a) entende-se por pertinente e compatível em **características** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados concomitantes no período de execução comprove que a empresa prestou ou presta satisfatoriamente **serviços de Cadastro Ambiental Rural – CAR e/ou Georreferenciamento de Imóveis Rurais;**

b) entende-se por pertinente e compatível em **quantidade** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, concomitantes no período de execução (tendo sido os serviços/fornecimentos dos atestados prestados no mesmo período) contemplem no mínimo **40% (quarenta por cento)** da soma total de imóveis a cadastrar considerando o menor lote constante no **quadro 1 do subitem 4.2** do Termo de Referência (ou seja, **do lote 02**); Será permitida a soma de Atestados desde que todos se refiram ao intervalo ininterrupto.

b.1) Quadro demonstrativo do quantitativo mínimo a ser comprovado:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Lote**  **02** | **Item** | **Descrição** | **Quantidade Estimada de Imóveis (und.)** | **Quantidade a ser comprovada de Imóveis cadastrados (und.)** |
| **Item**  **07** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **10 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 02. **(anexo 02)** | 1.534 | 613,60 |
| **Item 08** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **65 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 02. **(anexo 02)** | 1.194 | 477,60 |
| **Total do Lote 02** | | **2.728** | **1.091** |

8.2.2 O atestado de capacidade técnica deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado; identificação da licitante; descrição clara dos produtos ofertados. O atestado também deverá contemplar todos os elementos necessários à comprovação de que os produtos nele constantes são compatíveis com os exigidos neste Projeto Básico;

8.2.3 Os Atestados de Capacidade Técnica deverão ser acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome do seu Responsável, emitida pelo respectivo Conselho de Classe em papel timbrado, à exceção dos atestados para execução de serviços para instituições e órgãos públicos de CAR para propriedades e posses rurais, uma vez que as propriedades e posses rurais inferiores a 4 módulos fiscais não necessitam obrigatoriamente de Certidão de Acervo Técnico.

8.2.4 A análise de cada subitem relativo ao Atestado de Capacidade Técnica quanto a quantidades, características e prazos deverão ser avaliados individualmente de acordo com o previsto neste tópico, sendo desclassificado caso não atenda ao mínimo previsto em qualquer dos subtópicos individuais.

**8.2.5 Comprovação de registro ou inscrição da licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)** dentro de seu prazo de validade, observando as normas vigentes estabelecidas pelo respectivo Conselho.

**8.2.6** **Declaração de que possui disponibilidade de aparelhamento, ferramental, veículos e do pessoal técnico** adequado, necessário e indispensável para a realização do objeto da presente licitação, ainda, **a indicação e qualificação de cada um dos membros da equipe técnica** que atuarão na execução da obra.

8.3 Da Equipe Técnica Requerida

Para a execução dos serviços e elaboração dos produtos descritos neste Projeto, a CONTRATADA deverá apresentar equipe de profissionais adequada para a execução de todas as atividades do projeto no prazo especificado.

Considerando as atividades previstas neste Projeto, a licitante deverá apresentar uma equipe que deverá ser constituída por no mínimo **14 (quatorze) integrantes**, sendo:

* **Coordenador Geral do Projeto (1);**
* **Especialista em Base Cartográfica e/ou Geoprocessamento(1);**
* **Coordenação de Equipes de Campo (1);**
* **Especialista em Comunicação(1);**
* **Pessoal de Escritório (04);**
* **Pessoal de Campo (04);**
* **Administrativo (02).**

A proponente poderá apresentar profissionais técnicos que poderão realizar simultaneamente os trabalhos administrativos, de campo (coleta de dados) e escritório (cadastro e envio do CAR).

A proponente deverá apresentar no mínimo uma equipe para cada “lote” descrito no **Quadro 1 do Subitem 4.2**, de forma a atender ao cronograma de execução definido no **quadro 03 do item 9** do Termo de Referência**.**

**8.3.1Das atribuições dos componentes da equipe mínima requerida**

a) **Coordenador Geraldo Projeto**

Responsável por coordenar e planejar a implementação de todos os serviços do projeto e seus produtos, garantindo a execução integrada do CAR nos vazios cartográficos.

b) **Especialista em Base Cartográfica**

Responsável pela geração de base de dados, e informações georreferenciadas, tabelas, atributos em modelos de dados definidos, demais sistemas de CAR interligados com a plataforma SICAR conforme as especificações do Projeto Básico.

c) **Especialista em Coordenação de Equipes de Campo**

Responsável pelos trabalhos de campo e pela implantação do CAR na base SICAR, com experiência em coordenação de equipes de campo e de levantamento em campo em propriedades rurais, projetos de CAR e georreferenciamento de propriedades rurais.

d) **Especialista em Comunicação**

Responsável pela estratégia de mobilização, divulgação, publicidade e marketing junto aos produtores rurais, por meio de mecanismos adequados de acesso a informação como rádio, spot, redes sociais e outras formas de acesso a informação.

e) **Pessoal de Escritório**

A equipe de escritório será responsável pela inserção de dados cadastráveis dos imóveis na base SICAR.

f) **Pessoal de Campo**

A equipe de campo deverá ter formação mínima em nível médio, devendo ter habilidades mínimas para operar smartphone, GPS e conhecimentos básicos de SIGCAR/SICAR ou plataformas similares integradas ao sistema federal SICAR, além de ter perfil para liderar equipe e estar apto a receber treinamento na área de legislação, geoprocessamento e técnicas de georreferenciamento em campo.

**g) Administrativo**

Os técnicos administrativos serão responsáveis pelas atividades administrativas, de logística, contábeis e afins.

8.4 Da qualificação da equipe

**a) Coordenador Geral do Projeto**

Deverá possuir formação acadêmica em Engenharia Cartográfica, Engenharia de Agrimensura, Engenharia topográfica, Engenharia Agronômica, Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental, Geografia e áreas afins, com registro no Conselho de Classe e experiência comprovada em projetos de Cadastro Ambiental Rural ou Geoprocessamento.

1. **Especialista em Base Cartográfica e/ou Geoprocessamento**

Profissional com formação em Engenharia, Cartográfica, Agrimensura, Topográfica, Geografia, Análise de Sistemas ou áreas afins, com experiência profissional comprovada em geração de base cartográfica em escala igual ou maior que 1:25.000.

1. **Especialista em Coordenação de Equipes de Campo**

O especialista em coordenação de equipes de Campo deverá ter formação superior em Engenharia Cartográfica, Agrimensura, Agronômica, Geografia, Geoprocessamento ou áreas afins, com experiência mínima comprovada na execução de trabalhos de campo envolvendo o Cadastro Ambiental Rural, Mapeamento Cartográfico, Levantamento de Campo, Sistema de Informações Geográficas e serviços de geoprocessamento.

**d) Especialistas em Comunicação**

Profissional com formação na área da Comunicação, Publicidade ou Marketing, com experiência e habilidade para realizar atividades comunicação e sensibilização de produtor rural.

**e) Pessoal de escritório**

Os técnicos de escritório deverão possuir formação mínima em nível médio, com conhecimento e experiência comprovada de operação dos modulo de cadastro SICAR, com programas para processamento de dados geográficos e conhecimento da operacionalização de GPS, com trabalhos de coleta de dados, levantamento de coordenadas geográficas, georreferenciamento, sistemas CAD e conhecimento de sistemas de Informação Geográfica SIG e plataformas SICAR ou assemelhadas.

**f) Pessoal de Campo**

A equipe de campo deverá ter formação mínima em nível médio, com comprovada experiência em trabalhos de coleta de dados, levantamento de coordenadas geográficas, georreferenciamento, uso de aparelhos GPS, sistemas CAD e conhecimento de sistemas de Informação Geográfica - SIG e plataformas SICAR ou assemelhadas.

**g) Administrativo**

O técnico administrativo deverá ter formação nível médio, com comprovada experiência em atividades administrativas, de logística, contábeis e afins.

8.5 Da comprovação de experiência da equipe mínima requerida

A formação dos profissionais indicados para a equipe mínima requerida será comprovada por meio de atestado de capacidade técnica, na forma de certidão ou declaração, contrato de prestação de serviços executados, apresentação de Diplomas e/ou Certificados de conclusão de Cursos, Ensino Médio, Superior e Especializações, Mestrados e Doutorados, juntamente com os Currículos profissional comprovando experiência em serviços pertinentes ao objeto do presente Projeto Básico, conforme a qualificação exigida para cada profissional.

8.5.1 Para o **Coordenador Geral do Projeto, o Especialista em Base Cartográfica e/ou Geoprocessamento e Coordenador de Equipe de Campo**, os atestados de capacidade técnica, na forma de certidão ou declaração, emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, deverão vir acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Certidão de Acervo Técnico – CAT, se for o caso. Além da obrigatoriedade de apresentação de certidão de registro junto ao Conselho de Classe a que pertença (ex: CREA).

8.5.2. Não será permitido o acúmulo de cargos por um mesmo profissional.

8.5.3.Os demais profissionais alocados para compor a equipe de trabalho (de escritório, de campo e administrativo) e não especificados no **subitem 24.2.2** do Termo de Referência, deverão ser apresentados e relacionados no Plano de Trabalho, juntamente com os profissionais acima, de modo que a CONTRATANTE possa avaliar a capacidade de produção dos serviços e de produtos a serem entregues pela CONTRATADA.

8.5.4 A Administração, por meio de Comissão ou de servidor(es) designado(s), poderá, ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou de quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso tenham sido atestadas informações inverídicas.

8.5.5 Da substituição de membros da equipe técnica durante a execução do contrato

8.5.6 A proponente deverá manter em seu quadro a equipe apresentada durante o prazo estabelecido para a execução do projeto.

8.5.7 Em caso de substituição do Especialista em Base Cartográfica, Especialista em Coordenação de Equipes de Campo e Especialista em Comunicação, a contratada deverá informar à contratante, devendo os profissionais substitutos manter qualificações equivalentes ou superiores às do profissional substituído quanto à formação e experiência profissional, conforme exigida no ato de habilitação do certame.

8.5.8 A documentação para comprovação de formação e experiência dos profissionais substitutos deverão ser encaminhada à contratante com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, para análise e aceitação pela comissão de acompanhamento da Coordenadoria de Monitoramento e Regularização Ambiental Rural - COMRAR.

8.5.9 Para os demais contratados (técnico de campo, de escritório e administrativo) a substituição não dependerá de autorização, mas a contratada deverá informar a contratante, mantendo sempre o número indicado, bem como a qualificação técnica dos mesmos.

## 8.6 Da Qualificação Econômico-Financeira

8.6.1 As proponentes, para comprovar a qualificação econômico-financeira, deverão apresentar os seguintes documentos:

**a) Balanço Patrimonial,** referente ao último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove a boa situação financeira da empresa, por meio da aferição de Capital Social ou Patrimônio Líquido, de no mínimo 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

**b) Certidão Negativa de Recuperação Judicial** expedida pelo cartório distribuidor de sua sede nos últimos 30 (trinta) dias **-** Lei n° 11.101/05 (falência e concordatas).

## 8.7 Da Regularidade fiscal

8.7.1 Comprovação de regularidade fiscal por meio dos documentos a seguir relacionados:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do MF (CNPJ/MF);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de Certidão de regularidade com a Fazenda Nacional, efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei Nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em DAU (Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União CND ou CPEND);

d) Certidão de regularidade de débitos com a Fazenda Estadual;

e) Certidão de regularidade de débitos com a Fazenda Municipal;

f) Certificado de Regularidade do FGTS;

8.7.2 A apresentação de certidões positivas com efeito de negativa, serão aceitas nas mesmas condições, quanto a sua validade e efeitos, tendo em vista a sua emissão diante da diante da exigência de débito confesso, parcelamento e em fase de adimplemento.

## 8.8. Da Regularidade trabalhista

a) **Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho - CNDT** (Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011, Art. 642-A), admitida comprovação também por meio de “certidão positiva, com efeito, de negativa” diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

## 8.9 Do cumprimento do disposto no art. 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal

Apresentar declaração, sob as pena da lei e em cumprimento ao art. 27, inciso V, da Lei n° 8.666/93, que não utiliza em trabalho noturno, perigoso ou insalubre mão-de-obra de menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 14 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional nº 20 de 1998.

8.9.1. A Administração, por meio de Comissão ou de servidor(es) designado(s), poderá, ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações retro mencionadas, ou de quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso tenham sido atestadas informações inverídicas, nos termos do artigo 43, § 3º, da Lei Federal 8.666/93.

**9 – PROPOSTA TÉCNICA (ENVELOPE No 2)**

A proponente deverá apresentar sua proposta técnica com todos os documentos de forma a comprovar sua pontuação, em atendimento ao estabelecido no Parágrafo 2º do artigo 46, em especial ao disposto no §1°, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Os atestados ou documentações aqui solicitados poderão ser diligenciados pela Comissão de Licitação, e em caso de falta de comprovação a pontuação correspondente ao mesmo será anulada.

Todos os documentos devem ser apresentados em seus originais ou cópias que farão parte integrante do processo, não sendo aceitas cópias de documentos já autenticados anteriormente (cópia de cópia).

Em caso de apresentação de documentos produzidos em língua estrangeira, os mesmos deverão se fazer acompanhar de documento de tradução em língua portuguesa, produzido por Tradutor Juramentado, e registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

## 9.1.Nota da Proposta Técnica da Proponente (NPT)

9.1.1. Para o cálculo da **Nota da Proposta Técnica da Proponente (NPT),** serão analisados e avaliados:

1. Os aspectos metodológicos e técnicos dos produtos ofertados e descritos na **Proposta Técnica Detalhada (PTD)**;
2. **Experiência da Proponente através de Atestados (EPA); e**
3. **Experiência profissional da Equipe Técnica Principal (ETP).**

9.1.2.A Proposta Técnica deverá ser apresentada considerando-se o conteúdo indicado a seguir:

1. Capa;
2. Apresentação da proposta;
3. Proposta Técnica Detalhada;
4. Experiência técnica da proponente (EPA) por meio de Atestados que comprovem a execução de serviços de Cadastro Ambiental Rural e Geração de Base Cartográfica para Cadastro Ambiental Rural ou similares;
5. Experiência Profissional da Equipe Técnica Principal (ETP), por meio de Atestados que comprovem a execução de serviços de Cadastro Ambiental Rural e Geração de Base Cartográfica para Cadastro Ambiental Rural.

9.1.3. Não deverão ser incluídos na proposta técnica eventuais itens que não constem do objeto, serviços e produtos do certame e da estrutura aqui apresentada, pois os mesmos não serão avaliados.

## 9.2.Da Proposta Técnica Detalhada (PTD)

A Proposta Técnica Detalhada (PDT) deverá ser organizada conforme os itens descritos a seguir:

a) Temo de Abertura do Projeto;

b) Conhecimento do Problema;

c) Metodologia de Execução;

d) Declaração de Escopo;

e) Estrutura Analítica de Projeto- EAP;

f) Cronograma de Execução;

g) Equipe Técnica e Organograma;

h) Plano de Comunicação;

i) Instalações e Equipamentos;

j) Plano de Qualidade e de Riscos;

9.2.1. A Apresentação da Proposta Técnica Detalhada deverá conter o escopo e a estrutura da Proposta Técnica para facilitar a sua leitura e avaliação. A Apresentação da Proposta deverá ser elaborada utilizando no máximo 10 (dez) páginas de texto, sendo o excesso desconsiderado para avaliação da proposta.

9.2.2.Os itens definidos para a pontuação técnica da Proposta Técnica Detalhada serão avaliados, sendo-lhes conferido um máximo **de 20 (vinte) pontos**, de acordo com a seguinte classificação:

a) **Não Abordado ou erroneamente abordado**: quando o texto do item em análise não abordar o tema indicado ou quando o texto e as informações nele contidas não corresponderem ao objeto da proposta; o texto apresentar informações contraditórias ou ainda quando o texto apresentar erros graves na abordagem dos temas.

b) **Insuficiente**: quando o texto e as informações dos itens em análise forem incompletos, ou quando houver tópicos do problema e/ou dos objetos não abordados; ou quando o conjunto de informações forem insuficientes para a compreensão completa do tema ou do item.

**c) Regular**: quando o texto se apresentar com informações mínimas para compreensão do tema abordado ou do item em análise; ou quando houver abrangência restrita na abordagem comparativamente às demais proponentes; ou quando o texto ou item em análise se apresentar com pouca objetividade de clareza.

**d) Bom**: quando o texto ou item se apresentar com informações completas sobre o tema, coerente, claro e representativo a problemática que deve ser resolvida.

**e) Excelente**: quando o texto se apresentar com informações completas sobre o tema, coerente, claro, objetivo e inovador em metodologia e técnicas, com excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas.

9.2.3 A pontuação para os itens de avaliação da proposta técnica conforme são:

a) **Não Abordado**: O valor da pontuação será de 0% (zero por cento) da pontuação máxima do item.

b) **Insuficiente**: O valor da pontuação será de 25% (vinte e cinco por cento) da pontuação máxima do item.

c) **Regular**: O valor da pontuação será de 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima do item;

d) **Bom**: O valor da pontuação será de 75% (setenta e cinco por cento) da pontuação máxima do item.

e) **Excelente**: O valor da pontuação será de 100% (cem por cento) da pontuação máxima do item.

9.2.4 O quadro abaixo representa os itens de avaliação técnica e respectivos percentuais e valores de pontuação da Proposta Técnica:

Quadro 05 – Pontuação da Proposta Técnica Detalhada (PTD).

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **NÃO ABORDADO** | **INSUFICIENTE** | **REGULAR** | **BOM** | **EXCELENTE** | **PONTUAÇÃO**  **MÁXIMA** |
| 0 | 25% | 50% | 75% | 100% | 20 |
| Conhecimentodo Problema | 0 | 0,75 | 1,50 | 2,25 | 3 | **3** |
| Metodologiade Execução | 0 | 0,75 | 1,50 | 2,25 | 3 | **3** |
| Termo de Abertura do Projeto | 0 | 0,25 | 0,50 | 0,75 | 1 | **1** |
| Declaraçãode Escopo | 0 | 0,25 | 0,50 | 0,75 | 1 | **1** |
| EstruturaAnalíticade Projeto | 0 | 0,25 | 0,50 | 0,75 | 1 | **1** |
| Cronogramade Execução | 0 | 0,25 | 0,50 | 0,75 | 1 | **1** |
| EquipeTécnica e Organograma | 0 | 0,50 | 1,00 | 1,50 | 2 | **2** |
| Plano de Comunicação | 0 | 0,75 | 1,50 | 2,25 | 3 | **3** |
| Instalações e Equipamentos | 0 | 0,75 | 1,50 | 2,25 | 3 | **3** |
| Plano de Qualidade e de Riscos | 0 | 0,50 | 1,00 | 1,50 | 2 | **2** |
| **Total máximo de pontos da PTD** | | | | | | **20** |

## 9.3 Pontuação da Experiência da Proponente através de Atestados (EPA)

## 9.3.1.Atestados de Capacidade Técnica da Proponente (ACTP)

9.3.1.1. Na Proposta Técnica deverão ser apresentados os Atestados que comprovem a execução pela proponente de serviços similares aos solicitados no Projeto Básico. Os Atestados de Capacidade Técnica deverão ser acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome do seu Responsável Técnico, emitido em papel timbrado do informante/emissor, com nome, função e telefone de contato e quem o assina à exceção dos atestados para execução de serviços para instituições e órgãos públicos de CAR para propriedades e posses rurais, pois as propriedades e posses rurais inferiores a 4 módulos fiscais não necessitam obrigatoriamente de Certidão de Acervo Técnico.

9.3.1.2. Será avaliada ainda a experiência das proponentes através de Atestados (EPA) em execução de serviços de georreferenciamento, medidos em unidades de quilômetros quadrados (km²) conforme quadro abaixo, levando se em consideração a área total do Estado de Rondônia (237.576 km²).

9.3.1.3. Será avaliada também a experiência das proponentes através de Atestados (EPA) em tempo de atuação mercado comprovando a execução dos serviços compatíveis com o objeto pretendido.

Quadro 06 – Pontuação da Experiência da Proponente através de Atestados (ACTP)

|  |  |
| --- | --- |
| **ATESTADOS** | **PONTUAÇÃO** |
| **Serviços de CAR** |  |
| Atestado comprovando execução de serviços de CAR com adesão para até 500 (quinhentas)propriedades ou posses para o mesmo contrato. | 5 |
| Atestado comprovando execução de serviços de CAR com adesão de 500 (quinhentas) a até 1.000 (mil) propriedades ou posses para o mesmo contrato. | 10 |
| Atestado comprovando execução de serviços de CAR com adesão para mais de 1.000 propriedades ou posses para o mesmo contrato. | 15 |
| **Total máximo de pontos para este serviço** | **15** |
| **Base Cartográfica** |  |
| Atestado comprovando execução de serviços de georreferenciamento e geração de base cartográfica na escala 1:25.000 ou melhor, conforme Especificação Técnica para Estruturação de Dados GeoespaciasDigitais Vetoriais (ET-EDGV) para área inferior a 118.500 km2 | 5 |
| Atestado comprovando execução de serviços de georreferenciamento e geração de base cartográfica na escala 1:25.000 ou melhor, conforme Especificação Técnica para Estruturaçãode Dados GeoespaciasDigitais Vetoriais (ET-EDGV) para área superior a 118.500 km2 e inferior a 237.000 km2 | 10 |
| Atestado comprovando execução de serviços de geração de base cartográfica na escala1:25.000 ou melhor, conforme Especificação Técnica para Estruturaçãode Dados GeoespaciasDigitais Vetoriais (ET-EDGV) para área igual ou superior a 237.000km2 | 15 |
| **Total máximo de pontos para este serviço** | **15** |
| **Total máximo da ACTP** | **30** |

Quadro 07 – Pontuação de comprovação de tempo de atuação no mercado (PCAM)

|  |  |
| --- | --- |
| **TEMPO DE ATUAÇÃO NO MERCADO**  **ATESTADOS** | **PONTUAÇÃO** |
| A empresa proponente que apresentar tempo de atuação no mercado comprovando a execução dos serviços compatíveis com o objeto pretendido de até 01 (um) ano. | **2** |
| A empresa proponente que apresentar tempo de atuação no mercado comprovando a execução dos serviços compatíveis com o objeto pretendido de 2 (dois) a 3 (três) anos. | **5** |
| A empresa proponente que apresentar tempo de atuação no mercado comprovando a execução dos serviços compatíveis com o objeto pretendido acima de 3 (três) anos. | **10** |
| **Total máximo da PCAM** | **10** |

9.3.1.4 Pontuação máxima de Experiência da Proponente através de Atestados (EPA) = Pontuação de Comprovação de Atestados de Capacidade Técnica da Proponente (ACTP) + Pontuação de comprovação de tempo de atuação no mercado (PCAM) = 40 pontos.

**EPA = ACTP (30) + PCAM (10) = 40 PONTOS**

## 9.4 Pontuação da Equipe Técnica Principal (ETP)

A avaliação da pontuação da Equipe Técnica Principal (ETP) se dará com base na experiência comprovada pela apresentação de currículos (PETC); pela avaliação da formação acadêmica comprovada por meio de Diplomas e Certificados (PETF); e ainda, pela comprovação de experiência por meio de Atestados de Capacidade Técnica (PETA).

## 9.4.1 Pontuação da Equipe Técnica por Formação e Experiência do Profissional por currículo (PETC)

9.4.1.1 Os profissionais exigidos para a Equipe Técnica Principal, considerados para a pontuação, o Coordenador Geral do Projeto, Especialista em Base Cartográfica e Especialista em Coordenação de Equipes de Campo, deverão pertencer ao Quadro Permanente da Proponente na data da entrega da proposta, ou com apresentação de declaração formal de que comporão a equipe principal da proponente, e deverão manter o seu vínculo, durante toda a execução do projeto, podendo ser substituídos somente com anuência da CONTRATANTE**.**

9.4.1.2 A CONTRATADA deverá apresentar a Equipe Técnica Principal completa durante a etapa licitatória.

9.4.1.3 A não apresentação de algum membro da equipe principal acarretará na inabilitação da CONTRATADA.

9.4.1.3 A adequabilidade dos profissionais alocados na Equipe Técnica Principal será avaliada pela análise dos currículos, certificados e diplomas exigidos de cada profissional, considerando:

a) **Não apresentado ou apresentação errônea**: currículo, certificado e diploma não apresentado ou não corresponde ao requisitado no item correspondente ao respectivo perfil do profissional, ou que contenham informações contraditórias e erros graves.

b) **Insuficiente**: apresentou certificado e diploma exigido, porém currículo incompleto, com tópicos requisitados não abordados ou insuficientes para compreensão completa das atividades desenvolvidas.

c) **Adequado/excelente**: apresentou certificado e diploma exigido e currículo com informações completas; coerente, claro e objetivo.

Quadro 8 – Pontuação da Equipe Técnica e Experiência Profissional por Currículo – PETC

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| PERFIL | PONTUAÇÃO MÁXIMA | ADEQUAÇÃO DO CURRÍCULO | | |
| NÃO APRESENTADO | INSUFICIENTE | ADEQUADO |
| CoordenadorGeral do Projeto | 2 | 0 | 1 | 2 |
| Especialista em Base Cartográfica | 2 | 0 | 1 | 2 |
| Especialista em Coordenação de Equipes de Campo | 2 | 0 | 1 | 2 |
| **Total máximo da PETC** | | | | **6** |

## 9.4.2 Pontuação da Equipe Técnica pela Formação (PETF)

9.4.2.1 A avaliação da formação da Equipe Mínima requerida se dará pela análise dos Diplomas e Certificados de graduação, especialização, mestrado e doutorado apresentados.

9.4.2.1. A formação da equipe técnica requerida será avaliada e pontuada conforme quadro abaixo:

Quadro 9 – Avaliação da Formação Acadêmica da Equipe Mínima Requerida (PETF)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Avaliação da Formação Acadêmica** | | | |
| **Coordenador Geral do Projeto:** Profissional com formação acadêmica em Engenharia Cartográfica, Engenharia de Agrimensura, Engenharia topográfica, Engenharia Agronômica, Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental, Geografia e áreas afins, com registro no Conselho de Classe. | | | |
| Graduação | Especialização | Mestrado | Doutorado |
| 01 | 02 | 04 | 06 |
| **Especialista em Base Cartográfica:** Profissional com formação acadêmica na área de Engenharia Cartográfica, Agrimensura, Topográfica, Geografia Análise de Sistemas ou áreas afins, com registro no Conselho de Classe. | | | |
| Graduação | Especialização | Mestrado | Doutorado |
| 01 | 02 | 03 | 04 |
| **Especialista em Coordenação de Equipes de Campo:** Profissional com formação acadêmica na área de Engenharia Cartográfica, Agrimensura, Agronômica, Geografia, Geoprocessamento ou áreas afins, com registro no Conselho de Classe. | | | |
| Graduação | Especialização | Mestrado | Doutorado |
| 01 | 02 | 03 | 04 |
| **Total máximo da PETF** | | | **14** |

## 9.4.3 Pontuação da Equipe Técnica Principal por Atestados (PETA)

Além do tempo de experiência profissional da equipe comprovado por meio de currículos, será considerada ainda os quantitativos de trabalhos realizados conforme a função a ser desempenhada por meio da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica para cada profissional da equipe técnica principal e será avaliada conforme os seguintes critérios para as seguintes categorias: Coordenador Geral do Projeto, Especialista em Base Cartográfica, Especialista em Coordenação de Equipes de Campo.

9.4.3.1 Coordenador Geral do Projeto

a) A experiência profissional do Coordenador Geral do Projeto comprovada por meio de Atestados de Capacidade Técnica como responsável pela gestão de projetos de cadastramento ambiental rural com adesão de mais de 1.000 propriedades ou posses em um mesmo contrato ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou geoprocessamento em escala igual ou maior que 1:25.000 para área superior 237.000 km² (equivalente a área do território do Estado de Rondônia), em atestado acervado, **o valor da pontuação será 08 pontos.**

b) A experiência profissional do Coordenador Geral do Projeto comprovada por meio de Atestados de Capacidade Técnica como responsável pela gestão de projetos de cadastramento ambiental rural com adesão de 500 a 1.000 propriedades ou posses para um mesmo contrato ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou geoprocessamento em escala igual ou maior que 1:25.000 para área entre 118.500 km² a 237.000 km², em atestado acervado, **o valor da pontuação será 6 pontos.**

c) A experiência profissional do Coordenador Geral do Projeto comprovada por meio de Atestados de Capacidade Técnica como responsável pela gestão de projetos de cadastramento ambiental rural com adesão de até 500 propriedades ou posses para um mesmo contrato ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou geoprocessamento em escala igual ou maior que 1:25.000 para área inferior à 118.500 km² (metade da superfície do território do Estado de Rondônia) em atestado acervado, **o valor da pontuação será 3 pontos.**

9.4.3.2 Especialista em Base Cartográfica

a) A experiência profissional do Especialista em Base Cartográfica comprovada por meio de Atestado de Capacidade técnica como responsável pela execução de serviços de cadastramento ambiental rural com adesão de mais de 1.000 propriedades ou posses em um mesmo contrato, ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou mapeamento/georreferenciamento, ou atividades correlatas, na escala 1:25.000 ou maior conforme Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespacias Digitais Vetoriais (ET-EDGV), em áreas superior a 237.000 km² com atestado acervado, **o valor da pontuação será 06(seis) pontos**.

b) A experiência profissional do Especialista em Base Cartográfica comprovada por meio de Atestado de Capacidade técnica como responsável pela execução de serviços de cadastramento ambiental rural com adesão de 500 a 1.000 propriedades ou posses em um mesmo contrato, ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou mapeamento/georreferenciamento, ou atividades correlatas, na escala 1:25.000 ou maior conforme Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespacias Digitais Vetoriais (ET-EDGV), em área entre 118.500 km² a 237.000 km² com atestado acervado, **o valor da pontuação será 04pontos**.

c) A experiência profissional do Especialista em Base Cartográfica comprovada por meio de Atestado de Capacidade técnica como responsável pela execução de serviços de cadastramento ambiental rural com adesão de até 500 propriedades ou posses em um mesmo contrato, ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou de mapeamento/georreferenciamento, ou atividades correlatas, na escala 1:25.000 ou maior conforme Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespacias Digitais Vetoriais (ET-EDGV), em áreas inferior a 118.500 km² em atestado acervado, **o valor da pontuação será 02 pontos.**

9.4.3.3 Especialista em Coordenação de Equipes de Campo

9.4.3.3.1 A experiência mínima do profissional Especialista em Coordenação de Equipes de Campo se dará por meio de Atestado de Capacidade técnica comprovando sua atuação como responsável pela coordenação de serviços de cadastramento ambiental rural ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou de mapeamento/georreferenciamento, ou atividades correlatas, ao objeto do presente Projeto.

9.4.3.3.2 Para experiência profissional comprovada superior a 3 (três) anos com a apresentação de atestados de capacidade técnica em projetos de CAR e/ou mapeamento**/**georreferenciamentoou atividades correlatas, **o valor da pontuação será 06 pontos.**

9.4.3.3.3 Para experiência profissional comprovada entre 2 (dois) a 3 (três) anos com a apresentação de atestados de capacidade técnica em projetos de CAR e/ou mapeamento**/**georreferenciamentoou atividades correlatas, **o valor da pontuação será de 04 pontos.**

9.4.3.3.4 Para experiência profissional comprovada de até 01 (um) ano com a apresentação de atestados de capacidade técnica em projetos de CAR e/ou mapeamento**/**georreferenciamentoou atividades correlatas,**o valor da pontuação será de 02 pontos.**

9.4.3.3.5 A pontuação máxima deste item será de 20 (vinte) pontos conforme a apresentada no **quadro 10**, com as respectivas pontuações a serem adotadas na avaliação da equipe técnica principal, comprovadas por meio da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica.

Quadro 10 – Pontuação da Equipe Técnica Principal por Atestados (PETA)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **PROFISSIONAL DA EQUIPE TÉCNICA PRINCIPAL** | **CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO** | **PONTUAÇÃO MÍNIMA** | **PONTUAÇÃO MÉDIA** | **PONTUAÇÃO MÁXIMA** |
| Coordenador Geral do Projeto | -A experiência profissional do Coordenador Geral do Projeto comprovada por meio de Atestados de Capacidade Técnica como responsável pela gestão de projetos de cadastramento ambiental rural com adesão de mais de 1.000 propriedades ou posses em um mesmo contrato ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou geoprocessamento em escala igual ou maior que 1:25.000 para área superior 237.000 km² (equivalente a área do território do Estado de Rondônia), em atestado acervado, **o valor da pontuação será 08 pontos.**  -A experiência profissional do Coordenador Geral do Projeto comprovada por meio de Atestados de Capacidade Técnica como responsável pela gestão de projetos de cadastramento ambiental rural com adesão de 500 a 1.000 propriedades ou posses para um mesmo contrato ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou geoprocessamento em escala igual ou maior que 1:25.000 para área entre 118.500 km² a 237.000 km², em atestado acervado, **o valor da pontuação será 6 pontos.**  -A experiência profissional do Coordenador Geral do Projeto comprovada por meio de Atestados de Capacidade Técnica como responsável pela gestão de projetos de cadastramento ambiental rural com adesão de até 500 propriedades ou posses para um mesmo contrato ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou geoprocessamento em escala igual ou maior que 1:25.000 para área inferior à 118.500 km² (metade da superfície do território do Estado de Rondônia) em atestado acervado, **o valor da pontuação será 3 pontos.** | 03 | 06 | 08 |
| EspecialistaemBase Cartográfica | - A experiência profissional do Especialista em Base Cartográfica comprovada por meio de Atestado de Capacidade técnica como responsável pela execução de serviços de cadastramento ambiental rural com adesão de mais de 1.000 propriedades ou posses em um mesmo contrato, ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou mapeamento/ georreferenciamento, ou atividades correlatas, na escala 1:25.000 ou maior conforme Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespacias Digitais Vetoriais (ET-EDGV), em áreas superior a 237.000 km² com atestado acervado, **o valor da pontuação será 06(seis) pontos**.  - A experiência profissional do Especialista em Base Cartográfica comprovada por meio de Atestado de Capacidade técnica como responsável pela execução de serviços de cadastramento ambiental rural com adesão de 500 a 1.000 propriedades ou posses em um mesmo contrato, ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou mapeamento/ georreferenciamento, ou atividades correlatas, na escala 1:25.000 ou maior conforme Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespacias Digitais Vetoriais (ET-EDGV), em área entre 118.500 km² a 237.000 km² com atestado acervado, **o valor da pontuação será 04pontos**.  - A experiência profissional do Especialista em Base Cartográfica comprovada por meio de Atestado de Capacidade técnica como responsável pela execução de serviços de cadastramento ambiental rural com adesão de até 500 propriedades ou posses em um mesmo contrato, ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou de mapeamento/ georreferenciamento, ou atividades correlatas, na escala 1:25.000 ou maior conforme Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespacias Digitais Vetoriais (ET-EDGV), em áreas inferior a 118.500 km² em atestado acervado , **o valor da pontuação será 02 pontos.** | 02 | 04 | 06 |
| Especialista em Coordenação de Equipes de Campo | -A experiência mínima do profissional Especialista em Coordenação de Equipes de Campo se dará por meio de Atestado de Capacidade técnica comprovando sua atuação como responsável pela coordenação de serviços de cadastramento ambiental rural ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou de mapeamento/georreferenciamento, ou atividades correlatas, ao objeto do presente Projeto Básico.  -Para experiência profissional comprovada superior a 3 (três) anos com a apresentação de atestados de capacidade técnica em projetos de CAR e/ou mapeamento**/**georreferenciamentoou atividades correlatas, **o valor da pontuação será 06 pontos.**  -Para experiência profissional comprovada entre 2 (dois) a 3 (três) anos com a apresentação de atestados de capacidade técnica em projetos de CAR e/ou mapeamento**/**georreferenciamentoou atividades correlatas, **o valor da pontuação será de 04 pontos.**  -Para experiência profissional comprovada de até 1 (um) ano com a apresentação de atestados de capacidade técnica em projetos de CAR e/ou mapeamento **/** georreferenciamentoou atividades correlatas,**o valor da pontuação será de 02 pontos.** | 02 | 04 | 06 |
| **Total máximo da PETC** | | | | **20** |

.

9.4.3.3.6A pontuação da Equipe Técnica Principal (ETP) corresponde a soma total dos pontos obtidos com a apresentação dos currículos (PTEC), do total de pontos obtidos pela formação profissional comprovada por meio de Certificados e Diplomas (PETF) e da soma total dos pontos obtidos com a comprovação da experiência por meio da apresentação dos Atestados de Capacidade Técnica da Equipe Principal (PETA) conforme especificado **no subitem 25.5**, que corresponde ao total máximo de **40 (quarenta) pontos**, conforme segue:

**Equipe Técnica Principal (ETP) = PETC (06) + PETF (14) + PETA (20) = 40 pontos.**

**9.5 DA ANALISE DAS PROPOSTAS TÉCNICAS**

9.5.1 As Propostas Técnicas das Proponentes serão examinadas com base nos critérios definidos no **item 25 DO TERMO DE REFERÊNCIA,** apresentados para: **Proposta Técnica Detalhada (PTD)**, **Experiência da Proponente Através de Atestados (EPA)** e **Equipe Técnica Principal (ETP).**

9.5.2 Aos resultados obtidos com a análise da documentação apresentada pela proponente, serão atribuídas como **Nota da Proposta Técnica** (NPT), de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando: **Proposta Técnica Detalhada (PTD)**, **Experiência da Proponente através de Atestados (EPA)** e **Experiência da Equipe Técnica Principal (ETP)**, conforme abaixo

**Quadro 11 – Itens de Avaliação da Pontuação Máxima da Nota da Proposta Técnica (NPT)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM DE AVALIAÇÃO** | | **PONTUAÇÃO MÁXIMA (NPT)** |
| 1 | PROPOSTA TÉCNICA DETALHADA (PTD) | **20** |
| 2 | EXPERIÊNCIA DA PROPONENTE ATRAVÉS DE ATESTADOS (EPA) | **40** |
| 3 | EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA PRINCIPAL (ETP) | **40** |
| **PONTUAÇÃO MÁXIMA DA PROPOSTA TÉCNICA** | | **100** |

9.5.3. A Pontuação da Proposta Técnica da Proponente (NPT) será obtida com o somatório dos pontos alcançados na Proposta Técnica Detalhada (PTD), Experiência da Proponente através de Atestados (EPA) e Experiência da Equipe Técnica Principal (ETP).

**NPT = PTD + EPA + ETP = 100 pontos**

**9.5.4 Serão desclassificadas as propostas técnicas que:**

a) não alcançar 50% (cinquenta por cento) da nota máxima da Proposta Técnica;

b) zerar qualquer um dos quesitos nos critérios exigidos para as Avaliações das Propostas Técnicas;

c) Deixar de atender qualquer exigência estipulada neste Projeto Básico;

d) Incluir a indicação de um mesmo profissional para duas ou mais funções na Equipe Técnica;

e) Incluir como Coordenador ou Especialista da equipe técnica principal profissional indicado como Coordenador ou Especialista por outra Licitante, ainda que em funções distintas;

f) Incluir profissional na equipe técnica que não comprove a existência ou área de atuação não definida no Projeto Básico.

9.5.5 A Comissão de Avaliação procederá ao cálculo da Nota Final da Proposta Técnica (NFPT) de cada Proponente, conforme definido na seguinte fórmula: **NFPT = (NPT/NPTMax) x100.**

**Onde: NFPT =** Nota Final da Proposta Técnica

**NPT =** Nota da Proposta Técnica (NPT=PTD+EPA+ETP)

**NPTMax =** Maior Nota de Proposta Técnica entre as propostas classificadas.

**10 – ENVELOPE 03 - DA PROPOSTA DE PREÇOS**

10.1 A Proposta de Preços deverá ser elaborada em estrita conformidade com relação aos serviços constantes neste Projeto Básico; devendo:

a) ser redigida em língua portuguesa, em papel formato A4, fonte Times New Roman ou Arial tamanho 12 (doze) para facilitar a sua leitura e avaliação.

b) estar datada, assinada e identificada (nome e cargo) em sua parte final pelo representante legal da **LICITANTE** e numeradas em ordem crescente, bem como, rubricada em todas as folhas, com o carimbo padronizado do CNPJ, excetuando-se as folhas timbradas que já contenham impressas tais informações;

c) conter preços unitários em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais e preço total expresso em algarismos arábicos e por extenso, em moeda corrente Nacional;

d) indicação dos dados bancários (Banco, Agência e Conta Corrente), onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso seja vencedora do certame;

e) indicação do prazo de validade, não podendo ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da entrega das propostas, conforme disposto no Art. 64, § 3º da Lei 8.666/93;

f) nos preços propostos deverão estar computadas todas as despesas necessárias, inclusive custo de materiais, de transportes, de instalações, depreciações, mão-de-obra, impostos, encargos sociais e trabalhistas, remunerações, etc., que constituirão a única, exclusiva e completa remuneração dos serviços;

10.2. Serão desconsideradas as propostas que deixarem de atender no todo, ou em parte, as disposições dos subitens acima;

10.3 Quando convocada pela administração, as empresas deverão apresentar Planilha de Custos e Formação de Preços contemplando a decomposição de todos os custos envolvidos na proposta, inclusive demonstrando preços unitários conforme as etapas do serviço.

# 11 – DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

11.1 As análises das propostas de preços somente serão realizadas para as proponentes classificadas na Análise da Proposta Técnica.

11.2. Para estas proponentes, será atribuída uma nota de preço, coma seguinte formulação:

**NPre = 100 x PMin / Pi**

**Onde: NPre =** Nota de Preço da Proponente

**PMin =** Menor Preço apresentado dentre as propostas válidas

**Pi =** Preço da empresa em avaliação

11.3. Serão considerados para cálculo 02 (duas) casas decimais

**12. NOTA FINAL E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPONENTES**

12.1. A classificação das empresas proponentes será feita de acordo com a Nota Total obtida pela empresa, pelas eguinte fórmula:

**Nota Final = (0,60 x NFPT) + (0,40 x NPre)**

**Onde: NF =** Nota Final

**NFPT =** Nota Final da Proposta Técnica

**NPre =** Nota de Preço da Proponente

12.2. Será considerada vencedora a empresa que obtivera maior NF (Nota Final),conforme os critérios apresentados neste Projeto Básico.

12.3. Caso ocorra o empate entre duas ou mais propostas, após observado o disposto no art. 3º., parágrafo 2º, incisos I a III da Lei Federal nº. 8.666/93 – respectivamente (I) produtos e serviços produzidos no Brasil, (II) produzidos ou prestados por empresas brasileiras, (III) produtos e serviços produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; Persistindo o empate, o desempate será procedido por meio de) sorteio em sessão pública, procedendo à lavratura de ata circunstanciada, conforme exposto no artigo 45, parágrafo 2º, da lei Federal nº 8.666/93.

12.4. Visando evitar que a referida licitação que é do tipo melhor combinação de técnica e preço seja desconfigurada para uma licitação de melhor técnica ou de menor preço, não foram utilizados fatores de ponderação com pesos muito discrepantes para um ou outro tipo, ou seja, 60% para fator técnica e 40% para o fator preço.

12.5. Vale ressaltar ainda, que os fatores de ponderação adotados estão em conformidade com o Art. 29, § 1º do Decreto 7.581/2011, ou seja, menor que 70% para o fator de ponderação mais relevante, uma vez que, o objeto a ser licitado é de natureza eminentemente técnica e científica.

**13. PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.**

13.1. Prazo de entrega

A entrega dos produtos referente ao objeto do presente Projeto Básico poderá ser de forma parcial, devendo ser apresentado os subprodutos e produtos referentes aos imóveis cadastrados conforme definido no item relativo à forma e entrega.

Os recebimentos parciais dos serviços somente serão procedidos quando forem realizados o cadastro conforme especificado no Cronograma Físico-Financeiro, de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) dos imóveis cadastrados dentro de cada vazio cartográfico, conforme Produto 02, e 50% (cinquenta por cento) dos imóveis cadastrados dentro de cada vazio cartográfico, conforme Produto 03, e assim sucessivamente.

A entrega total dos serviços contratados deverá ocorrer no prazo máximo de 06 (seis) meses, contados a partir da emissão da ordem de serviço.

Se por algum motivo fortuito ou de força maior não for possível a realização do cadastramento da totalidade dos imóveis estimados e localizados dentro de cada vazios cartográficos contratado para cada Lote, após devidamente justificado e comprovado pela contratada, poderá esta requerer o pagamento dos cadastros realizados, que somente será autorizado após análise e parecer da comissão de acompanhamento e recebimento dos serviços. O número mínimo de imóveis a ser cadastrado dentro de cada vazio para que a Proponente considere como concluído os trabalhos e requeira o pagamento final das propriedades/posses já cadastrados, não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do número de imóveis estimados estabelecidos no **Quadro 1 do Subitem 4.2.** do Termo de Referência.

13.2. Do local de entrega

Os produtos e subprodutos oriundos da presente contratação deverão ser entregues na Coordenadoria de Monitoramento e Regularização Ambiental Rural – COMRAR, na sede da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, sito a Av. Farquar nº 2986 – complexo Rio Madeira – Ed. Rio Cautário – 2º Andar, Bairro Pedrinhas – Porto Velho – RO – Cep. 76.805.810.

13.3. Do Recebimento dos Produtos

Os produtos/serviços acompanhados da Nota Fiscal/Fatura serão recebidos e analisados por comissão designada pelo titular da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, na proporção dos relatórios apresentados pertinentes ao número de imóveis rurais levantados e cadastrados no período, obedecendo ao disposto no **Quadro 1 do item 4.2** do Termo de Referência – Quadro indicativo de imóveis por vazios e municípios.

13.3.1. Os Termos de Recebimentos Provisórios e Definitivos de cada parcela serão lavrados conforme estabelecido nas alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93, respectivamente.

13.3.2. Serão os produtos/serviços recebidos **PROVISORIAMENTE**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinados pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

13.3.3. Serão os produtos/serviços deste Termo de Referencia recebidos em **DEFINITIVO,** por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto ao termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei, em até 15 (quinze) dias.

13.3.4. O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil pela qualidade, correção, solidez e segurança do objeto contratual, nem ético profissional, pela perfeita execução do contrato, de modo a refletir seu padrão de qualidade.

13.3.5. Se após o recebimento provisório constatar-se que os produtos/serviços foram entregues em desacordo com o especificado, será a contratada notificada a fazer a sua correção no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de lhe serem aplicadas as penalidades cabíveis.

13.3.6. Os produtos/serviços serão inteiramente recusados pela Comissão de Recebimento quando tenha sido entregue com as especificações técnicas diferentes das contidas no Projeto Básico.

**14. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS**

A contratada deverá oferecer garantia mínima de 3 meses (três mês) sobre o produto contratado, contados a partir do encerramento do prazo contratual.

Na vigência do contrato ou no período da garantia prevista anteriormente, quando verificadas inconsistências nos cadastros ambientais rurais (CAR) que prejudiquem ou inviabilizem a validação pelo órgão ambiental competente, a contratada deverá refazer os serviços contratados, correndo por sua conta todas as responsabilidades e custos.

**15. SISTEMA ORÇAMENTÁRIO**

As despesas decorrentes para acobertar a contratação, objeto do presente instrumento, correrão por conta dos recursos consignados no orçamento da SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM, Unidade Gestora **1801,** Fonte **3212**, Programa ou Projeto Atividade **1187,** Elemento de Despesas **33.90.39**.

**16. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

16.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, será firmado com a empresa adjudicatária, instrumento contratual com vigência **de 6 (seis) meses,** contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Contratante, e havendo interesse da Contratante o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de acordo com a legislação vigente, devidamente autorizado pela Contratante, se fundado em caso fortuito ou por motivo de força maior, ou por justificativa plausível, desde que devidamente avaliada pelo setor competente. O término do contrato se dará com a entrega final dos produtos, ou com sua rescisão, que poderá ser administrativa consensual, ou judicial.

a) Caso o prazo de execução paralise por alguma justificativa de ambas as partes e acatada pelos fiscais, automaticamente o prazo de vigência do contrato também irá parar, voltando a contar conforme o prazo de execução.

16.2. A empresa adjudicatária deverá comparecer para firmar o Instrumento Contratual no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da data da convocação.

16.3. Na hipótese de a empresa adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar/retirar o Instrumento Contratual e não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação.

16.4. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações;

16.5. A execução do Instrumento Contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor da **SEDAM,** designado como Gestor do Contrato, que anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas de serviço, para fins de pagamento.

16.6. Como condição para celebração do Instrumento Contratual, a empresa adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Órgão Contratante, imediatamente a alteração que possa comprometer a execução do objeto contratado.

**17. GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL:**

17.1. Para fiel execução do contrato poderá ser exigida a prestação de garantia pela Adjudicatária, como condição a assinatura do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n° 8.666/93: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública; seguro – garantia; ou fiança bancária.

17.2. Se a opção de garantia recair em título da dívida pública, este deve ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

17.3. Se a opção de garantia se fizer em seguro-garantia ou fiança bancária, esta deverá conter expressamente a cláusula de prazo de validade igual ou superior ao prazo de execução do contrato;

17.4. A fiança bancária deverá ser emitida por estabelecimento sediado ou legalmente representado no Brasil, para ser cumprida e exeqüível na cidade de Porto Velho/RO.

17.5. No caso de posterior alteração ou reajuste no valor do contrato, a Contratada ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia, conforme a modalidade que tenha escolhido, devendo fazê-lo no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da notificação expedida pela CONTRATADA.

17.6. Se a garantia apresentada, conforme o caso, deixar de ser hábil para o fim a que se destina, a Administração notificará a Contratada, para que a substitua no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

17.7. A garantia e seus reforços responderão pelo inadimplemento das condições contratuais, pela entrega incompleta da obra ou dos serviços e por eventuais multas ou penalidades, independentemente de outras cominações legais.

17.8. Uma vez aplicada a multa á Contratada, e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, a Administração poderá convocá-la para que complemente aquele valor inicialmente oferecido.

17.9. Após o recebimento definitivo da obra ou dos serviços a garantia prestada será liberada ou restituída á Contratada, de acordo com a forma de prestação;

17.10. O valor da caução feita em dinheiro será atualizado monetariamente e restituído mediante crédito na mesma conta corrente utilizada para liquidação da despesa decorre da execução do contrato;

17.11. Os documentos que constituem o seguro-garantia e/ou a fiança bancária serão devolvidos ou baixados na mesma forma como foram prestados.

**18. DO PAGAMENTO**

O pagamento à Contratada pela realização do objeto realizar-se-á, mediante apresentação dos relatórios e Cadastros realizados conforme descritos **no item 13** do Termo de Referência, que comprove a quantidade e qualidade dos serviços executados.

18.1. O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente certificada pela Comissão de Recebimento designada por Portaria, nos termos dos artigos 67 e 73 “I, b” da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, que deverão ser apresentadas juntamente com a entrega dos produtos/serviços, devendo conter no corpo da referida Nota Fiscal, a descrição do objeto, o número do contrato e o numero da Conta Bancária da futura CONTRATADA.

18.2. A CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da nota fiscal e relatórios, para efetuar análise e o pagamento.

18.3. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das certidões que comprovem a regularidade fiscal nas esferas: Federal, Estadual e Municipal, bem como, previdenciária e trabalhista (INSS, FGTS e CNDT) em plena validade.

18.4. A apresentação de certidões positivas com efeito de negativa, serão aceitas nas mesmas condições, quanto a sua validade e efeitos;

18.5. A certidão apresentada que por ventura venha a vencer dentro do prazo determinado anteriormente (30 dias) para análise e pagamento poderá ser revalidada pelo setor onde se encontrar o processo administrativo e sido verificado o vencimento da mesma, com a competente juntada aos autos.

18.6. Em caso de impossibilidade de renovação da referida certidão, seja por qualquer motivo que implique obrigatoriedade por parte do contratado (inadimplência), o prazo estabelecido ficará paralisado até que sejam sanadas as pendências apontadas.

**19. DO REAJUSTE, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO.**

Os valores contratados serão fixos e irreajustáveis pelo período de sua vigência, de acordo com a Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

**19.1.** Em obediência ao princípio da anualidade da proposta (art. 2°, §1° c/c art. 3°, §1° da Lei n° 10.192/2001), em caso de eventual reajuste de preços solicitado pela contratada dentro da vigência contratual e desde que transcorrido o prazo de 12 meses da data da apresentação da proposta, aplicar-se-á ao cálculo o IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado).

**19.2.** O contratado fica obrigado a aceitar nas mesmo condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até a 25% do valor inicial atualizado do contratado, conforme estabelece o art. 65, §1° da Lei 8.666/93.

**20. DA SUBCONTRATAÇÃO**

É vedado subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da presente contratação.

**21. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

21.1. Da Contratada

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos, nas obrigações da Contratada também se incluem os dispositivos a seguir:

1. Assinar o contrato quando convocada a fazê-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias;
2. Adotar todas as providências necessárias à proteção do meio ambiente, no âmbito interno e externo dos locais de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da fiscalização e em consonância com a legislação pertinente;
3. Comunicar à Contratante, verbalmente, no prazo de até 12 (doze) horas e, por escrito, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações, ou acontecimentos, que impeçam, mesmo que temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do Contrato, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior;
4. Cumprir com o estabelecido neste Projeto Básico e conduzir a execução dos serviços pactuados em estreita conformidade com o especificado no mesmo, guardadas as normas técnicas pertinentes à natureza e a finalidade dos serviços, sob pena de inscrição no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, nos moldes da Lei nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011;
5. Cumprir fielmente o prazo estabelecido no cronograma de execução;
6. Assumir todos os ônus decorrentes da execução dos serviços e responsabilizar-se por integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições (inclusive parafiscais), que direta ou indiretamente, incidam ou vierem a incidir sobre a contratação;
7. Responsabilizar-se e indenizar danos decorrentes de acidentes de trabalho ocorridos com seus empregados e prestadores de serviço durante a execução dos serviços contratados, respondendo por si e por seus sucessores;
8. Responsabilizar-se e indenizar todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços contratados;
9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, conforme o caso, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução, no prazo previsto no **Subitem 15.3.5**, observado o período de garantia previsto **no item 16** deste Projeto;
10. Efetuar novo levantamento das coordenadas geográficas dos imóveis rurais até 240 ha, quando processadas e apresentarem sobreposição com diferença superior a 5 (cinco) metros;
11. Realizar e apresentar os relatórios parciais mensais de acordo com as fases do plano de trabalho devidamente especificado neste Projeto;
12. Exercer o controle de qualidade sobre as informações, serviços, produtos e relatórios apresentados;
13. Permitir e facilitar o acompanhamento, pela Comissão de Acompanhamento do Contrato, de quaisquer procedimentos atinentes a execução dos serviços, conforme detalhado neste Projeto Básico e, inclusive, prestar informações e esclarecimentos quando solicitados;
14. Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência do Contrato, possibilitando aos técnicos da SEDAM e aos consultores do Fundo Amazônia ou BNDES acesso a dados e documentos, reuniões, oficinas, seminários e outras atividades relevantes para a execução dos trabalhos e atendendo às informações e exigências apresentadas pela fiscalização;
15. Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisação parcial ou total na execução dos serviços, salvo motivo de força maior ou caso fortuito;
16. Afixar o brasão do Estado de Rondônia e logomarca do PDSEAI em todos os produtos e materiais impressos apresentados;
17. Transferir os direitos autorais dos bens produzidos por força do presente Projeto Básico, nos moldes estabelecidos na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998;
18. Por ocasião do preenchimento da ficha de informações cadastrais complementares deve ser observado o modelo constante no Anexo deste Projeto Básico;
19. As informações disponibilizadas pela Contratante, a que se refere o **item 6** - Insumos, não poderão ser utilizadas para finalidade diversa da estabelecida neste Projeto Básico;
20. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação.

21.2. Da Contratante

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATANTE se obrigará a:

1. Fornecer à CONTRATADA os dados e os elementos necessários à fiel execução dos serviços, conforme disposto neste Projeto Básico;
2. Rejeitar o recebimento dos serviços e produtos que estiverem em desacordo com o especificado no presente Projeto Básico;
3. Supervisionar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços, objeto deste Projeto Básico;
4. Efetuar regularmente o pagamento dos serviços executados;
5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da eventual aplicação de multas previstas no Contrato;
6. A preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado.

21.2.1 Os trabalhos serão fiscalizados pela Comissão de Recebimento da SEDAM e por consultores designados pelo Fundo Amazônia ou pelo BNDES. A Comissão de Recebimento poderá, a qualquer tempo, solicitar à Contratada correções nos trabalhos elaborados caso os mesmos não atendam às especificações contratadas. Outrossim, a fiscalização pelos técnicos da SEDAM ou a ausência de comunicação, por parte destes, das irregularidades ou falhas, não desobriga a Contratada de suas responsabilidades inerentes à perfeita execução do objeto indicado neste instrumento e, bem assim, não a exime das responsabilidades determinadas no Contrato.

**22. DAS SANÇÕES E CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES**

22.1. Das sanções

Além das sanções cominadas no artigo 87, incisos I, III e IV, da Lei Federal nº 8.666/1993, na hipótese de inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante, adjudicatária ou contratada, as seguintes penalidades:

22.1.1.Multa em quantia equivalente ao percentual de até 10% (dez por cento) do valor inadimplido do contrato, na hipótese de descumprimento de alguma cláusula ou obrigação pactuada;

22.1.2.Multa de mora em quantia equivalente ao percentual de até 10% (dez por cento) do valor inadimplido do contrato caso haja atraso injustificado na sua execução, retardamento imotivado do início dos trabalhos por mais de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço autorizando o início das atividades, interrupção da prestação dos serviços por mais de 10 (dez) dias consecutivos sem justo motivo, ou atraso de mais de 30 (trinta) dias na entrega dos serviços ou parcela correspondente, salvo se a continuidade da contratação for conveniente ao Contratante, quando, então, aplicar-se-ão as penalidades pertinentes;

22.1.3. Multa em quantia equivalente ao percentual de até 10% (dez por cento) do valor inadimplido do contrato no caso de não recolhimento ou integralização das cauções ou demais garantias, ou de não pagamento das multas nos prazos fixados, nos moldes do artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/1993;

22.1.4. Multa em quantia equivalente ao percentual de até 10% (dez por cento) do valor inadimplido do contrato na hipótese de contrair obrigações para com terceiros que possam, de qualquer forma, prejudicar a execução do objeto contratado;

22.1.5. Multa em quantia equivalente ao percentual de até 10% (dez por cento) do valor adjudicado caso a adjudicatária se recuse a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa;

22.1.6**.** Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, descredenciamento no Cadastro de Fornecedores dos Órgãos da Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, inclusão da penalidade no **SICAFI - Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização,** e no CAGEFOR - Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar, sem prejuízo das multas previstas no Edital e demais cominações legais, caso a licitante, adjudicatária ou contratada, convocada no prazo de validade da proposta, não firme o contrato, deixe de entregar ou apresente documentação falsa exigida para o certame, ocasione o atraso da execução do objeto contratual, não mantenha a proposta, falhe ou fraude a execução do contrato, mostre-se inidônea ou cometa fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa.

22.2. Dos critérios para aplicação das penalidades

Na aplicação das sanções, a autoridade competente deverá considerar a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade, e o seguinte:

a) As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo e no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

b) Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual;

c) A sanção denominada advertência será imposta por escrito e será cabível somente quando se tratar de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto da contratação. Na hipótese de não se verificar a adequação da conduta por parte da Contratada, serão aplicadas sanções de grau mais significativo;

d) O valor da multa eventualmente imposta à licitante, adjudicatária ou contratada será automaticamente descontado de créditos a que fizer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dia úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, os valores correspondentes serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, as informações da licitante, adjudicatária ou contratada serão encaminhadas ao órgão competente para que o débito seja inscrito em dívida ativa, podendo a Administração, ainda, proceder à cobrança judicial;

e) As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal da licitante, contratada ou adjudicatária, não as eximindo do dever de reparar eventuais danos que seu ato punível venha ocasionar à Administração ou a terceiros;

f) De acordo com a gravidade do descumprimento, a licitante, adjudicatária ou contratada, também estará sujeita à declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a infratora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente;

g) As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo se comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito, formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido;

h) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que se verificarem, conforme o caso:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO** | **GRAU** | **MULTA\*** |
|  | Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais. Por ocorrência. | **05** | **4,0% por dia** |
|  | Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso. Por ocorrência. | **06** | **4,0% por dia** |
|  | Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a execução dos serviços contratuais por período superior a 15 (quinze) dias. | **06** | **3,2% por dia** |
|  | Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes. Por ocorrência. | **05** | **3,2% por dia** |
|  | Recusar-se a executar correções ou substituições nos serviços contratos que se encontrem com vícios, quando notificado, sem motivo justificado. Por ocorrência. | **04** | **1,6% por dia** |
|  | Por comportamento inidôneo da contratada, seus funcionários ou representantes. Por ocorrência. | **03** | **1,0% por dia** |
| **Para os Itens a seguir, deixar de:** | | | |
|  | Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato. Por dia e por ocorrência. | **05** | **3,2% por dia** |
|  | Cumprir quaisquer dos Itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização. Por ocorrência. | **03** | **0,8% por dia** |
|  | Cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização. Por ocorrência. | **03** | **0,8% por dia** |
|  | Iniciar a execução de serviço nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos previstos no Contrato. Por serviço e por ocorrência. | **02** | **0,4% por dia** |
|  | Manter a documentação de habilitação atualizada. Por item e por ocorrência. | **01** | **0,2% por dia** |
|  | Substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do Órgão. Por funcionário e por dia. | **01** | **0,2% por dia** |

\* Incidente sobre a parte inadimplida do contrato.

**23 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1. Sem prejuízo do caráter público de todos os atos do procedimento licitatório, não se admitirá, durante a análise de cada proposta, a interferência de pessoas estranhas à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - PDSEAI, a qualquer título que seja ressalvada a hipótese de requisição, pela própria Comissão, do concurso de peritos visando ao exame de dados, informações ou documentos.

23.2. A Administração, a qualquer tempo, antes da data de apresentação das documentações e das propostas das ofertantes, poderá proceder a alterações concernentes a esta licitação, por sua iniciativa, fornecendo o correspondente adendo a todas as interessadas que tenha adquirido o Edital, sendo-lhes facultado, em sendo o caso, adiar a data do recebimento das documentações e propostas.

23.3. As despesas de elaboração das propostas para este certame licitatório serão de exclusiva responsabilidade da ofertante, não lhe sendo assegurado proclamar qualquer indenização da Administração.

23.4. As omissões porventura existentes neste Edital, serão sanadas pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - PDSEAI, da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, do Governo do Estado de Rondônia, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, bem como diretrizes expedidas pelos órgãos que se constituírem fontes de recursos financiadores.

23.5. A todos os competidores que adquirirem o presente Edital, será dado conhecimento de quaisquer impugnações ou pertinentes pedidos de esclarecimento de dúvidas e suas respectivas respostas, que passarão incontinentes a integrar o presente ato convocatório.

23.6. A critério da Administração Pública esta licitação poderá:

23.6.1. **Ser anulada** se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, ou;

23.6.2. **Ser revogada,** a juízo da Administração, ser for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou;

23.7. Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta licitação, o seguinte:

23.7.1. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único, do art. 59, da Lei 8.666/93;

23.7.2. A nulidade do procedimento licitatório induz à do empenho, ressalvado o disposto na condição anterior; e

23.7.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

23.8**. Havendo divergências contidas no Edital e em seus anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, em seguida, o PROJETO BÁSICO, a Minuta do Contrato e, por último, os demais anexos, que são partes integrantes do Edital, em conformidade com o disposto no artigo 40, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.**

23.9. A cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, será considerada domicílio desta Licitação e foro competente para dirimir quaisquer dúvidas referentes à licitação e procedimentos dela resultantes.

23.10. As notificações necessárias relativas a esta licitação, bem como a divulgação de resultados de cada fase, poderão ser procedidas via protocolo ou por meio de fax, em número fornecido pela empresa, sendo o comprovante de transmissão anexado aos autos, ou ainda através de publicação no Diário Oficial do Estado.

**24 – DOS ANEXOS**

Integram este Edital, como nele estivessem transcritos, os seguintes Anexos:

**Anexo I:** Projeto Básico

**Anexo II:** Quadro Estimativo de Preços

**Anexo III:** Termo de Compromisso

**Anexo IV:** Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação

**Anexo V:** Modelo de Carta de Proposta de Preços

**Anexo VI:** Modelo de Atestado de Capacidade Técnica

**Anexo VII:** Minuta do Contrato

**Anexo VIII:** Modelo de Curriculum Vitae.

**Anexo IX.** Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços.

**Porto Velho-RO, 22 de outubro de 2018**.

**IZAURA TAUFMANN FERREIRA**

Presidente da CEL/PDSEAI/SUPEL

Mat. 300094012

**EDITAL** – **ANEXO I**

LEVANTAMENTO DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS COM COLETA DE DADOS CADASTRAIS E ELABORAÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL – CAR EM IMÓVEIS DE ATÉ 240Ha (4 MÓDULOS FISCAIS) LOCALIZADOS NOS VAZIOS CARTOGRÁFICOS DO ESTADO DE RONDONIA.

Apresentação de Projeto Básico para Contratação de empresa/instituição especializada para executar o levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados cadastrais e elaboração do Cadastro Ambiental Rural – CAR em imóveis de até 240 ha localizados nos vazios cartográficos do Estado de Rondônia.

**Porto Velho – Rondônia, abril de 2018.**

SUMÁRIO

[SUMÁRIO 49](#_Toc504651535)

[1. IDENTIFICAÇÃO. 53](#_Toc504651536)

[2. OBJETIVOS DO PROJETO BÁSICO. 53](#_Toc504651537)

[3. JUSTIFICATIVA 53](#_Toc504651538)

[4. OBJETO DO PROJETO BÁSICO. 55](#_Toc504651539)

[4.1. Objetivos do levantamento dos limites cartográficos e dados cadastrais 55](#_Toc504651540)

[4.2. Área de abrangência dos trabalhos. 55](#_Toc504651541)

[Figura 01: Mapa de espacialização dos grupos de vazios cartográficos/fundiário. 56](#_Toc504651542)

[Quadro 1 – indicativo de municípios e número de imóveis por itens 56](#_Toc504651543)

[4.4. Áreas priorizadas 58](#_Toc504651544)

[4.5. Demais áreas no estado 58](#_Toc504651545)

[5. DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA PARA LEVANTAMENTO DAS COORDENADAS GEOGRÁFICAS, COLETAS DE DADOS CADASTRAIS E ELABORAÇÃO DO CAR. 59](#_Toc504651546)

[5.1. Do levantamento das coordenadas geográficas em campo 59](#_Toc504651547)

[5.2. Da coleta de dados cadastrais em campo 60](#_Toc504651548)

[5.3. Do Recebimento dos Documentos 60](#_Toc504651549)

[5.4. Análise dos Dados de Campo 60](#_Toc504651550)

[5.5 Escopo do Fornecimento 61](#_Toc504651551)

[5.6. Plano de Comunicação 61](#_Toc504651552)

[5.7. Elaboração do Cadastro Ambiental Rural – CAR 61](#_Toc504651553)

[5.7.1. Da entrega dos CAR’s 62](#_Toc504651554)

[6. DOS INSUMOS DISPONIBILIZADOS PELA CONTRATANTE 63](#_Toc504651555)

[7. PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS 63](#_Toc504651556)

[8. DO PLANO DE TRABALHO 65](#_Toc504651557)

[Quadro 2 - Resumo das fases e atividades previstas 66](#_Toc504651558)

[8.1. Do Planejamento para execução do contrato 66](#_Toc504651559)

[8.2. Objetivos do Plano de Trabalhos. 66](#_Toc504651560)

[8.3. Da metodologia da Execução das Atividades 67](#_Toc504651561)

[8.4. Relação e Descrição das Atividades 67](#_Toc504651562)

[8.5. Cronograma de Execução dos Serviços 67](#_Toc504651563)

[8.6. Da logística para realização dos trabalhos 67](#_Toc504651564)

[8.7. Mobilização e divulgação das fases de trabalho em campo 67](#_Toc504651565)

[8.8. Disponibilidade de recursos humanos, físicos e financeiros 68](#_Toc504651566)

[8.9. Plano de qualidade e riscos 68](#_Toc504651567)

[8.10. Da consolidação do projeto 68](#_Toc504651568)

[9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO. 68](#_Toc504651569)

[Quadro 3 – Cronograma de execução 68](#_Toc504651570)

[10. DOS PRODUTOS E SUBPRODUTOS 69](#_Toc504651571)

[10.1. Dos subprodutos 70](#_Toc504651572)

[10.1.1. Levantamento das coordenadas geográficas 70](#_Toc504651573)

[10.1.2. Da coleta de dados cadastrais 70](#_Toc504651574)

[10.1.3. Memorial descritivo do imóvel (Croqui de detalhado do imóvel) 70](#_Toc504651575)

[10.1.4. Dos documentos 71](#_Toc504651576)

[11. FORMATO DE APRESENTAÇÃO DOS PROUTOS E SUBPRODUTOS 71](#_Toc504651577)

[11.1. Dos subprodutos 71](#_Toc504651578)

[11.1.1. Do levantamento das Coordenadas Geográficas 71](#_Toc504651579)

[11.1.2. Da Coleta de Dados Cadastrais e dos documentos recebidos 71](#_Toc504651580)

[11.2. Forma de apresentação dos produtos 72](#_Toc504651581)

[12. DOS CADASTROS EFETUADOS COMO PRODUTO FINAL 72](#_Toc504651582)

[12.1. Consolidação do relatório final do projeto 72](#_Toc504651583)

[13. CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO 72](#_Toc504651584)

[Quadro 4. Cronograma Físico-Financeiro 73](#_Toc504651585)

[14. SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES E APROVAÇÃO TÉCNICA DOS PRODUTOS. 73](#_Toc504651586)

[15. PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS. 73](#_Toc504651587)

[15.1. Prazo de entrega 73](#_Toc504651588)

[15.2. Do local de entrega 74](#_Toc504651589)

[15.3. Do Recebimento dos Produtos 74](#_Toc504651590)

[16. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS 75](#_Toc504651591)

[17. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO. 75](#_Toc504651592)

[18. SISTEMA ORÇAMENTÁRIO 75](#_Toc504651593)

[19. DA CONTRATAÇÃO DE ME E EPP – DECRETO ESTADUAL N° 21.675/2017 75](#_Toc504651594)

[20. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CONSTITUÍDAS EM FORMA DE CONSÓRCIO 76](#_Toc504651595)

[21. DA SELEÇÃO, TIPO E MODALIDADE DE LICITAÇÃO 76](#_Toc504651596)

[22. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E REGIME DE EXECUÇÃO 77](#_Toc504651597)

[23. CRITÉRIO PARA AGRUPAMENTO DE VAZIOS EM LOTES 77](#_Toc504651598)

[24. DA HABILITAÇÃO 78](#_Toc504651599)

[24.1. Da Habilitação jurídica 78](#_Toc504651600)

[24.2. Da Qualificação Técnica 79](#_Toc504651601)

[24.2.1. Da empresa 79](#_Toc504651602)

[24.2.2. Da Equipe Técnica Requerida 80](#_Toc504651603)

[24.2.2.1. Das atribuições dos componentes da equipe mínima requerida 81](#_Toc504651604)

[24.2.2.2. Da qualificação da equipe 81](#_Toc504651605)

[24.2.2.3. Da comprovação de experiência da equipe mínima requerida 83](#_Toc504651606)

[24.2.3. Da substituição de membros da equipe técnica durante a execução do contrato 83](#_Toc504651607)

[24.3. Da Qualificação Econômico-Financeira 84](#_Toc504651608)

[24.4. Da Regularidade fiscal 84](#_Toc504651609)

[24.5. Da Regularidade trabalhista 85](#_Toc504651610)

[24.6. Do cumprimento do disposto no art. 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal 85](#_Toc504651611)

[25. DAS PROPOSTAS 85](#_Toc504651612)

[25.1. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA E DE PREÇOS 85](#_Toc504651613)

[25.2. Nota da Proposta Técnica da Proponente (NPT) 86](#_Toc504651614)

[25.3. Da Proposta Técnica Detalhada (PTD) 86](#_Toc504651615)

[Quadro 05 – Pontuação da Proposta Técnica Detalhada (PTD). 88](#_Toc504651616)

[25.4. Pontuação da Experiência da Proponente através de Atestados (EPA) 88](#_Toc504651617)

[25.4.1. Atestados de Capacidade Técnica da Proponente (ACTP) 89](#_Toc504651618)

[Quadro 06 – Pontuação da Experiência da Proponente através de Atestados (ACTP) 89](#_Toc504651619)

[Quadro 07 – Pontuação de comprovação de tempo de atuação no mercado (PCAM) 90](#_Toc504651620)

[25.5. Pontuação da Equipe Técnica Principal (ETP) 90](#_Toc504651621)

[25.5.1 Pontuação da Equipe Técnica por Formação e Experiência do Profissional por currículo (PETC) 91](#_Toc504651622)

[Quadro 8 – Pontuação da Equipe Técnica e Experiência Profissional por Currículo – PETC 91](#_Toc504651623)

[25.5.2. Pontuação da Equipe Técnica pela Formação (PETF) 92](#_Toc504651624)

[Quadro 9 – Avaliação da Formação Acadêmica da Equipe Mínima Requerida (PETF) 92](#_Toc504651625)

[25.5.3. Pontuação da Equipe Técnica Principal por Atestados (PETA) 92](#_Toc504651626)

[25.5.3.1. Coordenador Geral do Projeto 93](#_Toc504651627)

[25.5.3.2. Especialista em Base Cartográfica 93](#_Toc504651628)

[25.5.3.3. Especialista em Coordenação de Equipes de Campo 94](#_Toc504651629)

[Quadro 10 – Pontuação da Equipe Técnica Principal por Atestados (PETA) 94](#_Toc504651630)

[26. ANÁLISE DAS PROPOSTAS TÉCNICAS 97](#_Toc504651631)

[Quadro 11 – Itens de Avaliação da Pontuação Máxima da Nota da Proposta Técnica (NPT) 98](#_Toc504651632)

[27. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS 98](#_Toc504651633)

[28. ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS 99](#_Toc504651634)

[29. NOTA FINAL E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPONENTES 99](#_Toc504651635)

[30. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL 100](#_Toc504651636)

[31. GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL: 101](#_Toc504651637)

[32. DO PAGAMENTO 102](#_Toc504651638)

[33. DO REAJUSTE, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO. 102](#_Toc504651639)

[34. DA SUBCONTRATAÇÃO 103](#_Toc504651640)

[35. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES 103](#_Toc504651641)

[35.1. Da Contratada 103](#_Toc504651642)

[35.2. Da Contratante 105](#_Toc504651643)

[36. DAS SANÇÕES E CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES 105](#_Toc504651644)

[36.1. Das sanções 105](#_Toc504651645)

[36.2. Dos critérios para aplicação das penalidades 106](#_Toc504651646)

[37. DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL 108](#_Toc504651647)

[38. DO FORO 108](#_Toc504651648)

[39. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS. 108](#_Toc504651649)

[40. DOSANEXOS: 108](#_Toc504651650)

[Anexo I: Mapa do Lote 01 110](#_Toc504651651)

[Anexo II: Mapa do Lote 02 111](#_Toc504651652)

[Anexo III: Mapa do Lote 03 112](#_Toc504651653)

[Anexo IV: Mapa do Lote 04 113](#_Toc504651654)

[Anexo V: Ficha de informações cadastrais complementares 114](#_Toc504651655)

[Anexo VI: SOLICITAÇÃO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS/SERVIÇOS – SAMS 117](#_Toc504651656)

|  |
| --- |
| LEVANTAMENTO DAS COORDENADAS GEOGRÁFICAS COM COLETA DE DADOS CADASTRAIS E ELABORAÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL – CAR EM IMÓVEIS DE ATÉ 240 Ha LOCALIZADOS (04 MÓDULOS) DENTRO DOS VAZIOS CARTOGRÁFICOS NO ESTADO DE RONDÔNIA. |

1. IDENTIFICAÇÃO.

O presente Projeto Básico tem por objetivo, especificar os dados necessários para a Contratação de empresas/instituições especializadas para elaboração do Cadastro Ambiental Rural – CAR, para atender às necessidades da SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM/RO, tendo como fundamentação legal a Lei Federal nº 8.666/1993, Lei nº 12.651/2012 e Decreto Estadual nº 17.281/2012.

2. OBJETIVOS DO PROJETO BÁSICO.

Realização dos serviços de levantamento de coordenadas geográficas dos vértices de imóveis rurais de até 240 ha (04 módulos fiscais) localizados no estado de Rondônia, bem como a coleta de seus dados cadastrais e a elaboração do Cadastramento Ambiental Rural – CAR, com vistas a atender as ações constantes do Programa de Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental Integrado – PDSEAI, conforme contrato firmado entre o governo do estado de Rondônia e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para recebimento de recursos não reembolsáveis oriundos do Fundo Amazônia.

3. JUSTIFICATIVA

Em 2012, após longo debate, tanto da sociedade quanto do Congresso, entrou em vigor a Lei Federal nº 12.651/2.012, que instituiu o novo Código Florestal. Com a aludida Lei, foram reconhecidas a história e a importância do setor rural.

As exigências de um ambiente ecologicamente equilibrado foram adequadas à realidade do país. A nova lei fomenta a regularização ambiental dos imóveis rurais, por um lado, incentivando a recuperação ambiental de áreas mais relevantes e, por outro, garantindo a segurança jurídica ao agricultor para que possa continuar exercendo suas atividades econômicas nas áreas consolidadas.

Com base no Capítulo VI, da Lei Federal nº 12.651/2012, o Governo Federal fez emitir o Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, o qual "dispõe sobre o sistema de cadastro ambiental rural, Cadastro Ambiental Rural, e estabelece normas de caráter geral aos programas de Regularização Ambiental (...)", inferindo peculiaridades para o tratamento do cadastro ambiental rural. Ademais o §3º do art. 29 da Lei Federal 12.651/2012, estabelece o prazo de 01 (um) ano para a competente inscrição obrigatória no CAR. Diga-se, neste intróito, que a regulamentação e a contagem do prazo outrora estabelecido, perfaz objeto da Instrução Normativa - IN do Ministério do Meio Ambiente – MMA nº 2, de 05 de maio de 2.014.Com o advento da nova legislação federal no tocante às regras no âmbito florestal, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental elaborou os Decretos Estaduais nº 17.281 de 14 de novembro de 2012, que dispõe sobre o CAR, e o Decreto Estadual nº 20.627,de 08 de março de 2016 que dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental - PRA.Contudo, em que pese a novidade trazida pelo Novo Código Florestal, a legislação de suporte sobre regularização fundiária rural foi recepcionada pela Nova Norma, a exemplo do Decreto Federal nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007, que "dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia (...)" e, ainda, Instrução Normativa nº 44, de 18 de fevereiro de 2008, cujo documento "Estabelece diretrizes para recadastramento de imóveis rurais."O CAR consiste num instrumento de política pública na área ambiental de suma importância porque propicia o fortalecimento das cadeias produtivas, proporcionando a continuidade e investimentos em atividades econômicas no estado, favorecendo o processo de regularização ambiental dos imóveis que é condição obrigatória e antecedente à obtenção de qualquer licença ambiental para uso ou exploração dos recursos naturais, pois identifica as áreas desmatadas e o uso alternativo do solo nas propriedades, delimitando ainda as Áreas de Preservação Permanente, ao final dando a garantia jurídica necessária ao agente financeiro na liberação de recursos.

No processo de colonização do estado quando da sua ocupação, várias foram as regiões que ocorreram sua demarcação cartográfica pelo INCRA dando origem aos assentamentos rurais, mas, no entanto, várias também foram às áreas onde não houve o assentamento de forma regular, com invasões de grandes extensões que culminaram com a existência de grandes vazios cartográficos (vazios fundiários), que ao passar do tempo e com o avanço do homem sobre as florestas, estas áreas foram invadidas, resultando em inúmeros imóveis rurais.

Houve ainda ao longo do tempo o avanço do homem sobre a floresta com a invasão e derrubada de grandes áreas para implantação da pecuária, ocorrendo com isso o avanço sobre as Unidades de Conservação e Reservas Florestais do Estado.

Assim, com a necessidade de se conhecer a realidade do número de imóveis existente dentro destes vazios, tem-se como estratégia o levantamento destes imóveis, de forma a se conhecer a quantidade, seus proprietários/possuidores e o grau de antropização em que se encontram de forma a se combater o desmatamento e ao mesmo tempo a promoção do desenvolvimento sustentável. Portanto a implementação do CAR dos imóveis rurais localizados nos vazios cartográficos,é condição necessária para promover a regularidade ambiental no estado.

Nesse sentido, foi formulado pelo governo do estado o Programa de Desenvolvimento Sócio Econômico e Ambiental Integrado – PDSEAI, tendo como uma das ações principais o Cadastro Ambiental Rural – CAR, a ser realizado por meio de recursos financeiros não reembolsáveis oriundos do Fundo Amazônia por meio do contrato de concessão de colaboração financeira nº 14.2.0019.1 firmado entre o Governo do Estado e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Em relação ao método de aferição do quantitativo estimado, justificamos que foi efetivado após análise e estudos das Coordenadorias de Geociências e de Regularização Ambiental Rural desta SEDAM com base em carta imagens das áreas sem base cartográfica existente no Estado, conhecidos como vazios cartográficos. Para melhor definir os vazios cartográficos pode-se dizer que são áreas onde não houve por parte do INCRA a distribuição de terras no período da colonização e posteriormente com os projetos de assentamentos, permanecendo essas áreas sem a referida cartografia, porém com produtores que se apossaram dessas terras por meio de invasões ou mesmo por serem essas áreas pertencente e documentadas aos antigos seringalistas.

O número de imóveis estimados dentro dos vários vazios cartográficos existentes dentro do Estado foi levantado por meio das referidas imagens onde é possível verificar divisas, bem como pela média de área definida para cada lote quando dessas invasões, sendo chamados os “quadrados burros”.

Ademais, o quantitativo, ora perquirido, encontra-se incluso nas ações e devidamente aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a ser provido com recursos não reembolsáveis do Fundo Amazônia, com objetivo de apoiar a gestão ambiental conforme previsto no Quadro de Usos e Fontes – QUF.

Diante do exposto, torna-se imperiosa a presente contratação para as finalidades já relatadas e da forma como pretendido, com o fito de cumprir os compromissos contratuais firmados junto ao BNDES para o desenvolvimento das ações constantes no Programa de Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental Integrado – PDSEAI.

4. OBJETO DO PROJETO BÁSICO.

Contratação de empresa/instituição para a realização de levantamento de coordenadas geográficas com GPS (*Global Position System*) de navegação nas propriedades de até 240 hectares (04 módulos fiscais), localizadas nos vazios fundiários (vazios cartográficos), com coleta de dados cadastrais, tendo como produto final o Cadastro Ambiental Rural – CAR, para atender às necessidades da SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM/RO.

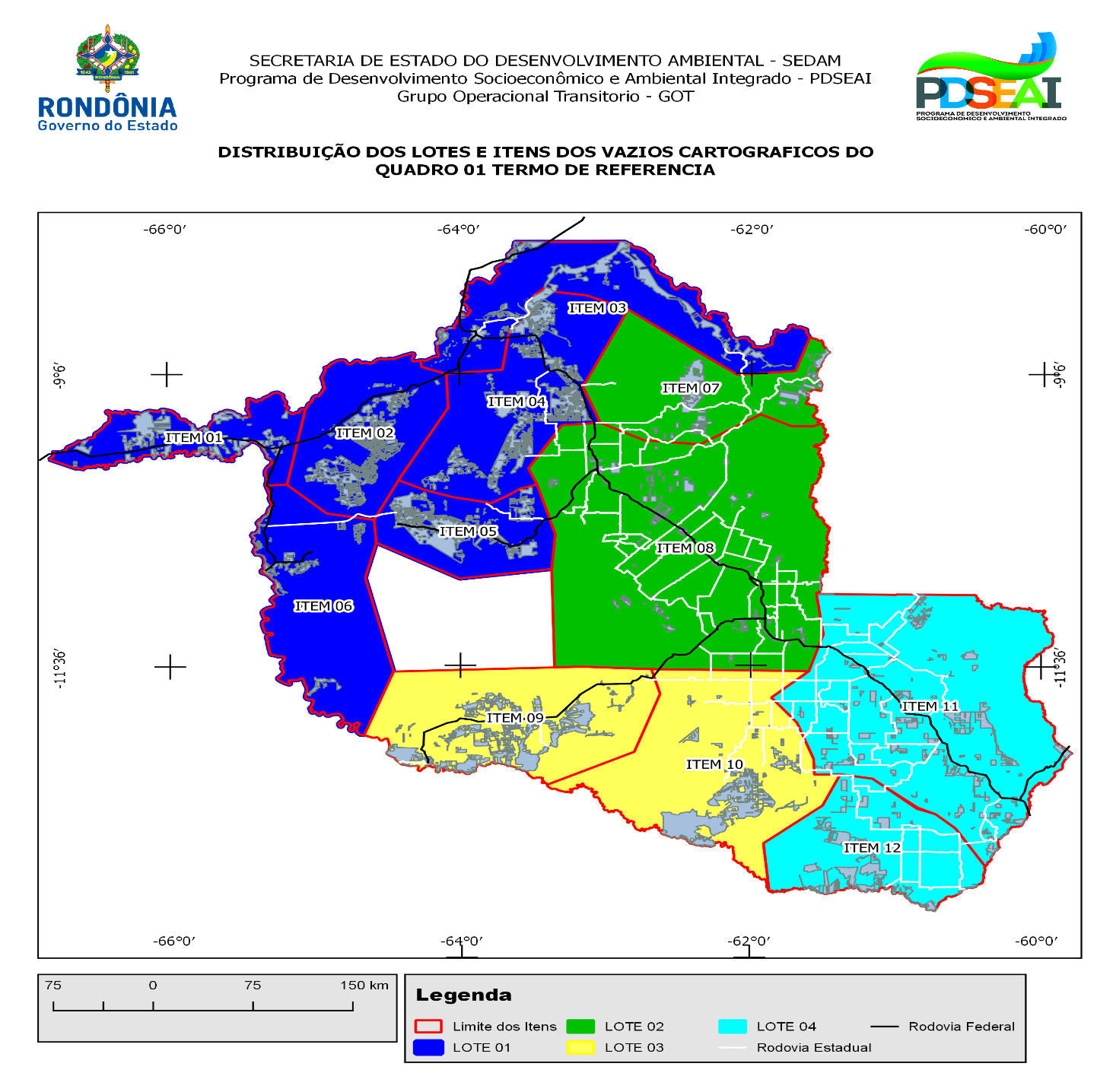
4.1. Objetivos do levantamento dos limites cartográficos e dados cadastrais

A presente proposta busca o desenvolvimento de atividades objetivando o levantamento de pontos de coordenadas geográficas dos limites do imóvel rural com GPS de navegação em propriedades de até 240hectares, extraídas a partir da constatação dos dados cartográficos dos imóveis rurais em todo o estado de Rondônia com a coleta de dados cadastrais do proprietário ou possuidor com a respectiva identificação do declarante de forma a subsidiar a elaboração do Cadastro Ambiental Rural - CAR.

4.2. Área de abrangência dos trabalhos.

A área para realização dos serviços a serem contratados pelo presente Projeto Básico compreende as áreas definidas como grupos de vazios fundiários (vazios cartográficos) localizados no território do estado de Rondônia, subdivididos em 04 (quatro) lotes, conforme abaixo.

Figura 01: Mapa de espacialização dos grupos de vazios cartográficos/fundiário.



Os indicativos dos municípios e números estimados de imóveis rurais de até 240 ha a serem cadastrados, conforme indicado no mapa de espacialização dos referidos vazios e que farão parte integrante do presente instrumento, seguem detalhados no quadro abaixo.

Quadro 1 – indicativo de municípios e número de imóveis por itens

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Lote** | **Item** | **Descrição** | **Região de Abrangência** | **Quantidade Estimada de Imóveis (und.)** |
| **01** | **Item 01** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **43 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 01. **(anexo 01)** | Porto Velho (Região Oeste) | 2.085 |
| **Item**  **02** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **12 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 01. **(anexo 01).** | Porto Velho (Centro) e Região Norte de Nova Mamoré | 2.112 |
| **Item**  **03** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **20 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 01. **(anexo 01)** | Porto Velho (Comunidades do Baixo Madeira) e Rio Machado | 2.368 |
| **Item**  **04** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **13 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 01. **(anexo 01).** | Candeias do Jamari, Itapuã, Alto Paraíso, Região Norte de Buritis | 4.289 |
| **Item 05** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **16 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 01. **(anexo 01)** | Campo Novo de Rondônia, Leste de Nova Mamoré e Oeste de Monte Negro e Gov. Jorge Teixeira | 3.020 |
| **Item 06** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **24 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 01. **(anexo 01).** | Guajará Mirim e Região Sul de Nova Mamoré | 770 |
| **Total do Lote 01** | | | | **14.644** |
| **02** | **Item**  **07** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **10 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 02. **(anexo 02)** | Machadinho, Cujubim, Região Leste de Ariquemes | 1.534 |
| **Item 08** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **65 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 02. **(anexo 02)** | Ariquemes, Norte de Monte Negro, Vale do Anari, Jaru, Urupá, Cacoal, Ji-Paraná, Presidente Medici, Ouru Preto do Oeste, Theoboma, Alvorada, Mirante da Serra | 1.194 |
| **Total do Lote 02** | | | | **2.728** |
| **03** | **Item 09** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **36 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 03. **(anexo 03).** | Costa Marques, São Francisco do Guaporé e Seringueiras | 3.910 |
| **Item 10** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **24 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 03. **(anexo 03).** | Alta Floresta d'Oeste, Alto Alegre dos Parecis | 3.419 |
| **Total do Lote 03** | | | | **7.329** |
| **04** | **Item 11** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **94 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 04. **(anexo 04).** | Cacoal, Vilhena, Chupinguaia, Parecis, Espigão d'Oeste, Pimenta Bueno, Santa Luzia D'Oeste, Primavera de Rondônia. | 2.994 |
| **Item 12** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **23 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 04. **(anexo 04).** | Cabixi, Cerejeiras, Pimenteiras do Oeste, Corumbiara | 1.961 |
| **Total do Lote 04** | | | | **4.955** |
| **TOTAL GERAL** | | | | **29.656** |

**4.2.1.** A quantidade de imóveis a ser levantado dentro de cada vazio cartográfico conforme indicado no quadro anterior é estimada, podendo sofrer variação de até 25% (vinte e cinco por cento), tanto para mais como para menos.

**4.2.2.** Caso não haja a quantidade de imóveis dentro dos vazios indicados em cada item do **Quadro 1** ou não seja possível à realização dos levantamentos das coordenadas e coleta de dados cadastrais, a contratada deverá apresentar justificativa para que a contratante faça a realocação do número de CAR contratado para os vazios localizados dentro dos municípios vizinhos do mesmo item ou de vazios aglomerados na mesma região.

**4.3. Áreas Prioritárias**

São os imóveis dentro dos vazios cartográficos (vazios fundiários) localizados nos municípios de Machadinho do Oeste, Nova Mamoré, Pimenta Bueno e Porto Velho, que tem por alvo as ações de combate ao desmatamento.

4.4. Áreas priorizadas

São os imóveis dentro dos vazios cartográficos (vazios fundiários) localizados nos município de Alta Floresta do Oeste, Campo Novo de Rondônia, Candeias do Jamari, Costa Marques, Itapuã do Oeste, Pimenteiras e São Francisco do Guaporé com problemas fundiários e exercendo pressão sobre as Unidades de Conservação.

4.5. Demais áreas no estado

São os imóveis localizados nas demais regiões do estado e definidas com problemas fundiários.

5. DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA PARA LEVANTAMENTO DAS COORDENADAS GEOGRÁFICAS, COLETAS DE DADOS CADASTRAIS E ELABORAÇÃO DO CAR.

De forma geral, as atividades previstas neste Instrumento incluem a contratação de serviços técnicos para realizar o levantamento das coordenadas geográficas por meio de GPS de navegação com precisão de no máximo 5 metros, atendendo as especificações: Projeção Cartográfica UTM, Sistema de Referência – Datum Sirgas2000.

O levantamento dos dados cadastrais deverá ser efetuado por meio de ficha técnica que conterá obrigatoriamente, a identificação de seu proprietário/possuidor, comprovação da propriedade ou da posse; croqui indicando a área do imóvel rural, a localização de remanescentes de vegetação nativas,áreas de preservação permanente (indicando o curso d’água o nascente, áreas de uso restrito,consolidadas, servidão administrativa e, no caso, se existente, também da localização da Reserva Legal averbada, proposta e não averbada ou indicar onde o proprietário indicar sob manifestação a localização da mesma.

A realização do Cadastro Ambiental Rural – CAR é uma atividade que contempla cinco momentos distintos, a saber: I-levantamento dos vértices dos imóveis por meio de GPS de navegação, contemplando no mínimo 04 (quatro) pontos de coordenadas geográficas; II – coleta de todos os dados cadastrais da propriedade ou posse rural, além das informações ambientais, como: remanescentes de vegetação nativas, as áreas de preservação permanente,de uso restrito, consolidadas, servidão administrativa e, no caso, se existente, também da localização da Reserva Legal; III – recebimento dos documentos da propriedade e de seu proprietário ou possui dor; IV –análise dos dados espaciais e informações cadastrais e ambientais coletados em campo; e, V - a inserção de informações no Sistema de Cadastro Ambiental Rural – CAR.

5.1. Do levantamento das coordenadas geográficas em campo

O levantamento dos pontos de coordenadas geográficas dos vértices dos imóveis rurais de até 240 ha (04 módulos fiscais) deverá ser realizado por meio de GPS de navegação com precisão de no máximo 5 metros, atendendo as especificações: Projeção Cartográfica UTM, Sistema de Referência – Datum Sirgas 2000.

O imóvel rural deverá ser identificado por meio de planta e memorial descritivo contendo a indicação das coordenadas geográficas, com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel quando não forem coletados todos os vértices, informando a localização de remanescente de vegetação nativa,das áreas de preservação permanente, das áreas de uso restrito,das áreas consolidadas, servidão administrativa e, no caso, se existente, também da localização da Reserva Legal averbada, proposta e não averbada ou proposição de localização por parte do proprietário.

Efetuar o levantamento dos corpos d’água, e demonstrar a rede de drenagem natural, coletando no mínimo 02 (dois) pontos de referência de divisas, sendo um ponto no início e outro no final, não havendo necessidade de coleta de pontos intermediários quando houver base digital georreferênciada atualizada e disponível, exceto em situação que o profissional de campo julgar necessária a sua coleta para manter a qualidade na identificação do perímetro do imóvel.

Aos pontos coletado sem campo, principalmente aqueles que de limitam as posses rurais, deverão ser atribuídos registros às coordenadas, relacionado-as a uma descrição de referencia (ex: cerca,pedra, grota, grotão,rio,estrada, marcos, etc.) e seu registro fotográfico.

5.2. Da coleta de dados cadastrais em campo

A coleta de dados cadastrais consiste no preenchimento de ficha conforme modelo (anexo I), devendo conter no mínimo as seguintes informações: nome do proprietário/possuidor; número de RG e CPF; nome e endereço da propriedade; número do Item; coordenadas geográficas com no mínimo 04 (quatro) pontos; endereço para correspondência; local e data; nome e assinatura do informante. Caso as informações tenham sido prestadas por pessoa que não o proprietário, deverá ser indicando sua situação, por exemplo, se, empregado, parente, etc.

A referida ficha deverá conter ainda o responsável pelo seu preenchimento, indicando nome completo, documento de identidade, CPF e tipo de vínculo com a contratada.

Juntamente com a ficha cadastral, deverá ser apresentado o croqui, contendo no mínimo as seguintes informações: o perímetro do imóvel com as coordenadas dos vértices, remanescente de vegetação nativa, área consolidada, servidão administrativa e reserva legal caso exista, ou indicar a sua localização caso deseje.

A contratada deverá informar aos proprietários/possuidores que os serviços de cadastramento do imóvel e inteiramente gratuito, indicando que seus custos serão pagos pelo governo do Estado de Rondônia por meio do Programa de Desenvolvimento Sócio Econômico e Ambiental Integrado – PDSEAI, com recursos oriundos do Fundo Amazônia liberados pelo BNDES.

A contratada fica expressamente proibida de cobrar qual quer tipo e taxa,tarifa ou aceitar qualquer tipo de gratificação ou remuneração do produtor rural.

5.3. Do Recebimento dos Documentos

Após o levantamento das coordenadas geográficas e coleta de dados em campo com o preenchimento da ficha cadastral, para a realização do CAR, a Contratada deverá estar de posse,no mínimo, dos seguintes documentos por imóvel a ser cadastrado.

a) termo de autorização do proprietário ou possuidor conforme modelo previsto no SICAR;

b) documento de comprovação da titularidade do imóvel (escritura ou certidão do registro de imóveis) no caso de propriedade, ou declaração do órgão fundiário ou órgão representativo da classe (Sindicato de Trabalhadores Rurais ou Sindicato de Produtores Rurais) no caso de posse ou ocupação mansa e pacífica, ou qualquer dos documentos indicados no modulo de inscrição do CAR.

c) cópia dos documentos pessoais (RG e CPF), podendo ser substituído por carteira profissional, de trabalho ou habilitação;

A CONTRATADA deverá dispor de equipamentos e materiais para cópias e digitalização da documentação supracitada, quando da realização de coleta de dados e recebimentos de documentos conforme previsto **nos subitens 5.2 e 5.3** imediatamente anteriores, nesta localidade não houver acessibilidade aos proprietários/possuidores de o obterem de outra maneira.

5.4. Análise dos Dados de Campo

A análise dos dados coletados em campo consiste no tratamento das informações que deverá ser efetuada no ambiente QGIS não somente em relação ao imóvel levantado, como também em relação ao conjunto de imóveis (áreas contiguas) a fim de, identificar e corrigir inconsistências cartográficas, como sobreposições e precisão das informações coletadas em campo; delimitação da área do imóvel; análise da paisagem para identificação da cobertura do solo (remanescentes de vegetação nativa, áreas consolidadas e de descanso (pouso); identificar as áreas exploradas e de servidão administrativa; identificar as áreas de preservação permanente (APP) por meio de análise das imagens; identificar os corpos hídricos; identificar as áreas de uso restrito e áreas de Reserva Legal (proposta, averbada ou aprovada e não averbada).

Nos casos de Área de Reserva Legal a ser proposta, além dos critérios ambientais estabelecidos em lei, a contratada deverá indicar no croqui a área a ser averbada, declarada e não averbada e a proposta se for o caso.

5.5 Escopo do Fornecimento

Para o alcance da meta cadastrável do Projeto que é de cerca de 29.656 (vinte e nove mil e seiscentos e cinquenta e seis) propriedades rurais com área de até 240hectares (04 módulos fiscais) conforme consta no **quadro 01 do item 4.2**, deverão ser desenvolvidas ações em pequena, média e grande escala, organizadas de forma sincronizada e em sintonia, as quais devem ter como diretrizes básicas: i) conscientização dos proprietários; ii) justificativas convincentes para a adesão dentro dos prazos; iii)orientação técnica e tática quanto aos desdobramentos (PRA); iv) ganhos e benefícios sociais, ambientais e econômicos do cadastro.

5.6. Plano de Comunicação

A CONTRATADA deverá realizar um conjunto de ações integradas de parcerias, eventos, workshops e implantação de indicadores dos avanços e resultados. Consistem em ações integradas de parcerias, eventos e workshops com articulação local para incentivar a adesão ao CAR. O objetivo fim é direcionar os produtores rurais (proprietários/possuidores de terras) aos multiplicadores para que finalizem o processo de cadastramento.

5.7. Elaboração do Cadastro Ambiental Rural – CAR

O cadastramento dos imóveis rurais consiste em inserir os dados sobre a propriedade, seu domínio, a documentação, o GEO e informações adicionais do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR, gerando ao final o protocolo de registro.

Depois de gerado o arquivo, a contratada deverá efetuar a gravação dos dados e por fim o envio desses à plataforma federal via SICAR, gerando o protocolo de envio que deverá ser gravado em mídia juntamente com o arquivo formato **“.car”**a ser entregue ao proprietário.

A contratada deverá criar endereços eletrônicos alternativo para envio e recebimento do protocolo e arquivo formato **“.car”** pelo proprietário, que poderá ser em nome da própria contratante, da EMATER, sindicatos ou associações.

A realização do cadastro dos imóveis rurais pela contratada deverá ser realizada atendendo aos procedimentos requeridos e exigidos, podendo, por conveniência da contratada, ser realizado no próprio município onde estiver sendo realizado o CAR, considerando para este caso, a estrutura física necessária e o acesso a internet disponibilizada na localidade.

Na realização do CAR, a contratada deverá considerar que:

a) os aparelhos de GPS de navegação deverão estar configurados para projeção cartográfica UTM em sistema Datum SIRGAS2000.

b) a inscrição no CAR é declaratória e uma vez elaborado o seu cadastro, compete ao órgão ambiental (contratante) realizar a validação,que consiste na análise técnica e aprovação dos dados informados, quanto a localização da reserva legal, áreas consolidadas, localização das áreas de preservação permanentes e áreas de uso restrito de cada imóvel rural;

c) cada imóvel rural deverá ser vinculado a um único CAR, ficando expressamente proibida a emissão de mais de um cadastro para um mesmo imóvel,exceto no caso de cancelamento do CAR anterior por motivo justificado.

d) a contratada não poderá efetuar a retificação de CAR anteriormente realizados para nova inserção no SICAR, exceto, nos casos de sobreposição no cadastramento de novos imóveis ou de erros grosseiros quanto à localização do imóvel, ou ainda, pela mudança da condição fundiária mediante titulação por órgãos fundiários. Toda retificação deve ser previamente aprovada pela contratante.

e) para elaboração do CAR, a contratada deverá inserir no sistema eletrônico, conforme art. 14 da IN MMA 02/14, as informações mínimas quanto à identificação do proprietário ou possuidor; comprovação da propriedade ou posse rural; a vetorização da área do imóvel rural conforme coordenadas coletadas em campo, indicando as nascentes, desenhar qualquer tipo de hidrografia existente no imóvel indicando a largura dos mesmos para que o sistema calcule as áreas de Preservação Permanente; vetorizar os remanescente de vegetação nativa, as áreas de servidões administrativas, as áreas consolidadas, áreas de uso restrito, quando houver, bem como desenhar a área de reserva legal averbada, reserva legal aprovada e não averbada e caso o proprietário/possuidor concorde, indicar o local da reserva legal.

A CONTRATADA deverá orientar suas equipes de campo quanto à abordagem e obtenção de permissão de acesso aos imóveis rurais quando da coleta de dados em campo, considerando as expressões culturais do público alvo onde será realizado o cadastramento.

5.7.1. Da entrega dos CAR’s

Após a elaboração e inserção dos dados do imóvel cadastrado no SICAR, a contratada deverá emitir e imprimir os respectivos CAR’s e providenciar a entrega dos mesmos com os respectivos protocolos aos seus proprietários.

Após a elaboração e inserção dos dados do imóvel cadastrado no SICAR, a contratada deverá emitir o protocolo que deverá ser gravado em mídia digital juntamente com o arquivo formato **“.car”**, e entregá-lo ao proprietário, informando ao mesmo como proceder o acesso a central de comunicação para obtenção do recibo.O acesso a central de comunicação, trata-se dos endereços eletrônicos em domínio da SEDAM ou EMATER, criados exclusivamente para recebimento dos arquivos pelos proprietários.

Os protocolos e recibos de inscrição do CAR quando não entregues diretamente ao proprietário/possuidor quando findado o cadastramento dentro do vazio em que se localizar ainda durante a vigência do contrato, deverão ser encaminhados aos escritórios regionais da SEDAM ou EMATER, localizado na área de abrangência do imóvel cadastrado.

Os cadastros que ao final de vigência do contrato não tenham sido entregues nos escritórios regionais da SEDAM ou EMATER, deverão ser repassados à contratante, em sua sede na cidade de Porto Velho – RO, na Coordenadoria de Regularização Ambiental Rural – COMRAR, localizado no Palácio Rio Madeira (endereço constante no cabeçalho), que ficará na responsabilidade de efetuar sua entrega.

6. DOS INSUMOS DISPONIBILIZADOS PELA CONTRATANTE

O Governo do Estado de Rondônia, representado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), fornecerá subsídios constantes da base de dados do Estado, bem como quaisquer informações complementares e necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos.

Dentre os insumos a serem disponibilizados à Contratada, cita-se, se for o caso:

* Arquivo shapefile com metadados, das áreas definidas como vazios cartográficos;
* Base Fundiária utilizada;
* Cobertura de imagens do satélite SPOT-5 em resolução espacial 2,5 x 2,5 metros e 10 x 10 metros, adquiridas em 2008 com cobertura para todo o Estado de Rondônia;
* Arquivo shapefile poderá ser atualizado semanalmente contendo o perímetro dos cadastros já efetivados nos vazios cartográficos.
* Apoio na mobilização dos atores locais, juntamente com as prefeituras, sindicatos, associações e outros órgãos parceiros.
* Fornecimento de material impresso (panfleto, folder, cartaz, etc.) de divulgação para realização do cadastramento ambiental rural, objetivando alcançar o maior número de proprietários/possuidores interessados em realizar o CAR.

O fornecimento das informações ficará adstrito à solicitação formal por parte da Contratada fundamentado quanto à demanda para execução das etapas dos trabalhos.

7. PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS

7.1. A CONTRATADA deverá elaborar o planejamento das atividades a serem realizadas no desenvolvimento deste projeto abrangendo:

a) definição das ferramentas de gerenciamento;

b) o cronograma detalhado das atividades que envolverão este projeto;

c) a elaboração da matriz de responsabilidades;e

d) a definição da estrutura dos documentos a serem elaborados.

7.2. As métricas de acompanhamento do projeto serão as datas e prazos definidos no Cronograma de Execução do Projeto, nos Relatórios parciais e nos Produtos entregues a SEDAM. Os registros de inscrição feitos pela CONTRATADA serão identificados por meio de perfil de usuário específico como entidade conveniada à medida que forem sendo feitas inscrições para a plataforma do SICAR.

7.3. A CONTRATADA deverá elaborar relatórios mensais de atividades contendo a descrição das tarefas e atividades realizadas no período, bem como a descrição da situação delas, indicando as atividades concluídas e em andamento, com as respectivas datas em marcos significativos, a relação das tarefas e atividades a serem realizados pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE no próximo período, os prazos para sua execução, as análises críticas relativas aos desvios e tendências verificados e as ações corretivas adotadas.

7.4. Os processos de planejamento e gestão do projeto e dos serviços contratados serão rigorosamente observados pela CONTRATANTE durante toda a execução do contrato, a partir do Plano de Trabalho definido pela CONTRATADA.

7.5. O Plano de Trabalho deverá ser o primeiro produto a ser entregue pela CONTRATADA e deverá ser aprovado pela SEDAM.

7.6. O Plano de Trabalho e o gerenciamento do projeto deverão observar os princípios do Project Management Body of Knowledge (PMBOK)/ Project Management Institute (PMI), abrangendo as seguintes áreas de conhecimento:

a) gerenciamento de integração do projeto;

b) gerenciamento de escopo do projeto;

c) gerenciamento de tempo do projeto;

d) gerenciamento de qualidade do projeto;

e) gerenciamento de recursos humanos do projeto;

f) gerenciamento de comunicação do projeto;

g) gerenciamento de riscos do projeto.

7.7. A CONTRATADA deverá obrigatoriamente realizar as seguintes atividades, que contribuirão para a definição de metodologia e execução do projeto:

a) apresentar Plano de trabalho detalhado, contendo a estratégia de execução dos serviços, fluxograma de ações para as diferentes etapas do trabalho e outras informações pertinentes;

b) realizar reuniões periódicas com equipe da CONTRANTE para acompanhamento do projeto;

c) utilizar ferramenta Web para acompanhamento e gerenciamento do projeto;

d) elaborar e apresentar relatórios mensais de atividade;

f) realizar uma reunião quinzenal ou em menor frequência com a equipe de acompanhamento do resultado;

g) realizar apresentação dos resultados parciais, receber comentários e fazer as alterações necessárias;

h) elaborar relatório final com os resultados dos trabalhos.

7.8. Ainda deve compreender esta etapa o suporte técnico para atender as três dimensões envolvidas no projeto: i) Esfera política (prefeituras, sindicatos, cooperativas e ONGs); ii) Atendimento técnico (uso das ferramentas); iii) SAC para as dúvidas relacionados a adesão do CAR para produtores.

7.9 O Plano de Trabalho deverá descrever de forma detalhada todo o planejamento dos serviços, a metodologia, a disponibilidade humana e financeira, as etapas e as atividades a serem executadas atendendo aos objetivos e às especificações técnicas deste Projeto Básico.

7.10 O Plano de Trabalho deverá conter ainda, no mínimo, os seguintes itens:

a) metodologia de execução das atividades;

b) relação e descrição das atividades;

c) cronograma de execução dos serviços;

d) disponibilidade de recursos humanos, físicos e financeiros;

e) plano de comunicação;

f) plano de qualidade e de riscos:

**7.11. O Plano de Trabalho deverá conter todos os pontos elencados na Proposta Técnica Detalhada (PTD).**

8. DO PLANO DE TRABALHO

A realização do Cadastramento Ambiental Rural – CAR, incluindo todas as subatividades, somente poderá ser iniciada após a apresentação pela contratada à contratante, do Plano de Trabalho, que consiste na indicação de todo planejamento dos trabalhos a serem realizados em campo e em escritório, logística empregada, mobilização e divulgação das fases de trabalho em campo, relação de quadro técnico e equipamentos a serem utilizados, estratégia de implementação das atividades e cronograma de atividades detalhado de forma a especificar como se atingirá o objetivo da presente contratação.

A execução dos serviços contratados iniciar-se-á somente após a apresentação do Plano de Trabalho conforme descrito anteriormente e devidamente aprovado pela contratante, que emitirá a ordem de serviço.

O Plano de Trabalho deverá ser entregue pela contratante a contratada para avaliação e aprovação no prazo máximo de 15 (quinze) dias após assinatura do contrato conforme cronograma de execução.

Após a aprovação do Plano de Trabalho pela contratante, o inicio da execução dos trabalhos por parte da contratada deverá ser em no máximo 15 (quinze) dias após a emissão da ordem de serviço.

O Plano de Trabalho deverá conter de forma clara e precisa um resumo das fases e atividades previstas para a execução dos serviços, conforme especificado no **Quadro 2** a seguir, que deverá estar em consonância com o cronograma de execução constante no **item 9** deste Instrumento.

Por meio do Plano de Trabalho a contratante irá avaliar a estratégia apresentada pela contratada para desenvolver as atividades previstas no contrato oriundo do presente instrumento, e caso seja identificada qualquer inconformidade, a contratante poderá solicitar as alterações da estratégia apresentada de maneira à melhor atender aos objetivos do contrato.

A apresentação das estratégias (Plano de Trabalho) para execução dos serviços deverá ser entregue em uma via impressa com versão digital para análise e aprovação pelo corpo técnico da contratante. Em caso de solicitação de ajustes do Plano de Trabalho por parte dos técnicos da contratante, a apresentação da versão final e definitiva deverá ocorrer em no máximo **05 (cinco) dias corridos** da solicitação.

Plano de Trabalho deverá ser revisado a cada **60 (sessenta) dias corridos** durante a execução do Contrato ou sempre que necessário ou por requisição da contratante, visando sempre à boa qualidade na execução dos serviços.

Quadro 2 - Resumo das fases e atividades previstas

|  |  |
| --- | --- |
| **FASES/ETAPAS** | **ATIVIDADES** |
| **Plano de Trabalho** | 1. Planejamento para execução do contrato |
| 2. Objetivos do Plano de Trabalho |
| 3. Metodologia de execução das atividades |
| 4. Relação e Descrição das Atividades |
| 5. Cronograma de Execução dos Serviços |
| 6. Logística para realização das atividades |
| 7. Plano de comunicação: mobilização das fases de trabalho em campo |
| 8. Disponibilidade de recursos humanos, físicos e financeiros |
| 9. Plano de qualidade e riscos |
| 10. Consolidação do projeto (implementação das atividades e cronograma de execução). |

8.1. Do Planejamento para execução do contrato

O Planejamento das atividades contemplará todas as fases do projeto até sua consecução final, indicando de forma clara e precisa os mecanismos que serão utilizados pela futura contrata de forma a atingir o objetivo final, que é o levantamento das coordenadas, a coleta de dados e o cadastramento ambiental rural.

8.2. Objetivos do Plano de Trabalhos.

Esta atividade envolve a elaboração de um planejamento indicando de forma detalhada as atividades a serem desenvolvidas pela contratada para a execução de cada fase/etapa do objeto deste Projeto Básico, incluindo o detalhamento da metodologia e logística a ser empregada; a mobilização e divulgação das fases de trabalho de campo; a indicação da equipe técnica envolvida para a execução dos trabalhos; as estratégias de implementações das atividades; os insumos básicos necessários e o cronograma de execução do contrato, indicando as fases para cada atividade, de forma a cumprir com os prazos pactuados.

8.3. Da metodologia da Execução das Atividades

A descrição técnica da metodologia a ser aplicada em cada processo e atividades produtivas e os respectivos resultados esperados.

8.4. Relação e Descrição das Atividades

Esta atividade compreende a apresentada de uma Estrutura Analítica do Projeto (EAP), indicando todas as atividades desenvolvidas, suas etapas e resultados esperados.

8.5. Cronograma de Execução dos Serviços

Detalhamento da execução das atividades a serem desenvolvidas e seus respectivos prazos de duração, compatíveis com os prazos estabelecidos pela CONTRATANTE conforme definido pelo Cronograma de Execução definido **no Quadro 2 do item 09**, numa sequência que considere as relações de precedência e dependência entre atividades. O cronograma a ser apresentado pela proponente deverá apresentar os marcos do projeto e definir a data da entrega de produtos intermediários e finais para cada atividade do projeto.

8.6. Da logística para realização dos trabalhos

Para a realização de todas as etapas do projeto, a contratada deverá indicar os meios disponíveis para a execução dos trabalhos em campo, informando quais os equipamentos, as condições de transporte, alojamento e alimentação dos envolvidos, bem como as demais condições necessárias ao bom desempenho dos serviços.

8.7. Mobilização e divulgação das fases de trabalho em campo

A CONTRATADA deverá apresentar o Plano de Comunicação do Projeto contendo as descrições dos modos de relacionamentos entre os níveis gerenciais, de coordenação e técnico, entre os responsáveis pelo projeto na CONTRATADA e na CONTRATANTE. Deve incluir o plano de reuniões de acompanhamento de projeto, mensais e extraordinárias, modos de registros do projeto (atas, e-mails e outros documentos), constituindo parte integrante da documentação oficial do projeto e a ser seguido.

Esta fase consiste ainda na preparação para a realização dos trabalhos, estabelecendo o contato com o público beneficiário em campo, bem como articulação com órgãos e entidades, para que possam auxiliar e recepcionar as equipes de trabalho de campo.

Indicar os meios que se utilizará para informar aos proprietários rurais da região a ser atendida quando da execução dos trabalhos de campo, em relação à divulgação das datas de realização da coleta de dados, bem como a forma de abordagem e obtenção de permissão para acesso as propriedades rurais.

Tendo em vista a vasta distribuição de material gráfico de publicidade do CAR já disponibilizado e distribuído pela contratante, a contratada deverá indicar se existe a necessidade de uma maior produção, a forma (folder, panfletos, cartilhas e cartazes) e a sua distribuição.

8.8. Disponibilidade de recursos humanos, físicos e financeiros

A CONTRATADA deverá apresentar a equipe técnica alocada e o organograma definindo para o projeto, contendo a Matriz de Responsabilidades e as funções a serem desempenhadas por cada responsável técnico, identificando os níveis gerenciais e de coordenação de cada atividade do projeto.

Indicar o número de técnicos com suas respectivas qualificações profissionais por meio de currículo, diplomas e/ou certificados, bem como, dos demais trabalhadores que serão disponibilizados para a execução dos trabalhos de campo e de escritório, indicando ainda a sua disponibilidade orçamentária para cobrir os custos necessários a boa execução dos trabalhos.

Deverão ser considerados custos pela futura contratada, todas as despesas a serem empregadas com pessoal, transporte, equipamentos, locação de espaço se necessário, material de consumo (material de escritório, equipamentos de proteção individual - EPI, etc.), combustível, passagens, despesas administrativas e despesas com alimentação e hospedagem, etc.

8.9. Plano de qualidade e riscos

A CONTRATADA deverá apresentar o Plano de Qualidade e de Riscos contendo a descrição detalhada, por atividades do projeto, do processo de garantia de qualidade e conformidade dos produtos do projeto com base nas Especificações Técnicas deste Projeto Básico. O plano de qualidade e de riscos deve incluir a Matriz de Riscos, incluindo ações previstas, corretivas e preditivas.

8.10. Da consolidação do projeto

O Plano de Trabalho deverá ser elaborado considerando número de imóveis a serem cadastrados em cada lote e área de abrangência conforme definidos no **Quadro 1 do subitem 4.2**, devendo ser levado em consideração a menor fração de tempo possível para sua total execução.

Os serviços deverão ser executados em sua totalidade no tempo conforme apresentado no plano de trabalho e no cronograma de execução da proponente, não podendo ser superior ao cronograma definido no **Item 9** a seguir.

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.

O prazo para execução de todas as atividades e entrega dos produtos contratados com base neste Instrumento é de 06 (seis) meses de acordo com a quantidade contratada por item, contados a partir da Ordem de Serviço.

Quadro 3 – Cronograma de execução

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **FASES/ETAPAS** | **PERÍODO DE EXECUÇÃO/MÊS** | | | | | | |
| 1 | | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 1. Plano de Trabalho |  |  |  |  |  |  |  |
| 2. Levantamento de Coordenadas. |  |  |  |  |  |  |  |
| 3. Coleta de Dados Cadastrais |  |  |  |  |  |  |  |
| 4. Recebimento dos documentos para cadastro |  |  |  |  |  |  |  |
| 5. Análise de Dados de Campo |  |  |  |  |  |  |  |
| 6. Elaboração do Cadastro Ambiental Rural – CAR |  |  |  |  |  |  |  |
| 7. Relatório parcial com no mínimo 25% dos imóveis cadastrados em cada vazio cartográfico. |  |  |  |  |  |  |  |
| 8. Relatório parcial com no mínimo 50% dos imóveis cadastrados em cada vazio cartográfico. |  |  |  |  |  |  |  |
| 9. Relatório final com a totalidade dos imóveis cadastrados em cada vazio cartográfico. |  |  |  |  |  |  |  |
| 10. Consolidação do Projeto |  |  |  |  |  |  |  |

9.1. O cronograma de execução será considerado de forma individualizada por Lote conforme **quadro 1 do subitem 4.2.**

9.2. Conforme especificado, o prazo máximo para a realização do contrato será de 06 (seis) meses, independentemente da quantidade de lotes que a Contratada terá que executar, podendo, de acordo com a disponibilidade da contratada, ser realizado em menor tempo.

9.3. Não se admitirá aditivo contratual em relação a aumento de prazo caso os serviços constantes em cada lote não tenha atingido no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do número estimado dos imóveis rurais cadastráveis em cada item.

10. DOS PRODUTOS E SUBPRODUTOS

O produto objeto desta contratação é o Cadastro Ambiental Rural – CAR, dos imóveis rurais de até 240 há localizados nos vazios cartográficos conforme definido na **quadro1 do subitem 4.2.**

A elaboração do CAR deverá atender ao especificado **no item 5** deste Projeto Básico.

Os vazios cartográficos para elaboração dos produtos e suas respectivas localizações são os constantes no **quadro 1 do subitem 4.2**, distribuídos em regiões e municípios definidos em áreas prioritárias, priorizadas e demais regiões do Estado, as quais deverão conter 100% (cem por cento) de cadastramento dos imóveis ali localizados.

Entende-se por áreas prioritárias os municípios constantes da Portaria nº 028/2008 do MMA, a saber: Porto Velho, Nova Mamoré, Machadinho do Oeste e Pimenta Bueno.

Entende-se por áreas priorizadas e definidas pelo Estado de Rondônia como espaços com problemas fundiários (vazios cartográficos) e exercendo pressão sobre as Unidades de Conservação localizadas nos municípios de Alta Floresta do Oeste, São Francisco do Guaporé, Costa Marques, Pimenteiras, Campo Novo de Rondônia, Itapuã do Oeste e Candeias do Jamari.

As demais regiões do Estado são aquelas com problemas fundiários localizados nos municípios não citados anteriormente.

10.1. Dos subprodutos

Para obtenção do produto final (CAR) a contratada deverá apresentar os subprodutos abaixo indicado, que deverão atender ao especificado **no item 5** deste Projeto Básico.

10.1.1. Levantamento das coordenadas geográficas

O levantamento das coordenadas geográficas dos vértices dos imóveis rurais de até 240 ha (04 módulos fiscais) deverá ser realizado por meio de GPS de navegação com precisão de no máximo 5 metros, atendendo as especificações: Projeção Cartográfica UTM/Geográfica, Sistema de Referência – Datum Sirgas 2000, devendo ser as respectivas coordenadas serem devidamente informadas na ficha de coleta de dados cadastrais.

Em caso de necessidade de levantamento de coordenada projetada, deverá estar devidamente descrito o ponto de referência (cerca, pedra, grota, grotão, rio, estrada, marco, árvore,etc.) com o respectivo relatório fotográfico.

10.1.2. Da coleta de dados cadastrais

A coleta dos dados cadastrais dos imóveis e de seus respectivos proprietários/possuidores deverá ser efetuada por meio de ficha (modelo anexo), e deverá conter no mínimo as seguintes informações:

a) nome do imóvel;

b) endereço do imóvel (linha, estrada, etc.);

c) identificação do imóvel (lote, gleba, etc.);

e) nome do proprietário/possuidor;

f) número do documento de identificação do proprietário/possuidor (RG, CTPS, habilitação, Carteira Profissional, etc.);

g) número do CPF do proprietário/possuidor;

h) indicações das coordenadas geográficas do imóvel, juntamente com descrição e relatório fotográfico em caso de necessidade de coleta de ponto projetado **(subitem 10.1.1.).**

i) nome e assinatura do informante. Caso as informações tenham sido prestadas por pessoa que não o proprietário, deverá ser indicando sua situação, por exemplo: se empregado, parente, etc.

j) indicação do responsável pelo seu preenchimento, com nome completo, documento de identidade, CPF e tipo de vínculo com a contratada.

10.1.2.1 A ficha cadastral (coleta de dados), além de conter todas as informações acima descritas, devera conter campo, com numeração sequencial de identificação, devendo uma via ser entrega no ato ao proprietário/possuidor servindo esta como concordância das informações prestadas e protocolo para retirada do CAR junto a EMATER.

10.1.3. Memorial descritivo do imóvel (Croqui de detalhado do imóvel)

Apresentação em forma de croqui do imóvel, contendo as coordenadas geográficas dos vértices, conforme definido **no subitem 5.2.**

10.1.4. Dos documentos

Juntamente com a ficha cadastral e croqui do imóvel, a contratada deverá entregar em forma de pastas individualizadas no setor indicado pela contratante para recebimento dos produtos, os documentos relacionados **no item 5.3.**

Caso o proprietário ou possuidor já disponha de levantamento georreferenciado do perímetro do seu imóvel, este deverá ser juntado aos autos em forma digital (CD), ou ainda por meio da planta ou memorial devidamente certificado.

**10.2 Do Produto Final - CAR**

O Cadastro Ambiental Rural – CAR como produto final, consiste na inserção dos dados do imóvel, proprietário, domínio/posse, documentação, o GEO e informações adicionais (questionário) do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR, gerando ao final o registro do resumo do cadastro do CAR, validados pela contratante.

A contratada deverá criar o registro eletrônico (e-mail) em nome do proprietário ou a seu critério de forma corporativa em seu nome para fins de recebimento do recibo de protocolo com as informações de comprovação de envio do cadastro para a base Federal do SICAR, com vistas ao acesso para validação dos dados, ou ainda em nome do Escritório ERGA - Regional de Gestão Ambiental da Sedam mais próximo ou no escritório local da EMATER.

A contratada deverá efetuar a entrega de uma base de dados dos recibos emitidos pelo SICAR em formato digital(CD/DVD ou *pendrive)* com a extensão**“.car”**, consolidados por vazios localizados em regiões contiguas e por município, conforme definidos **no item 11** que trata da forma de entrega dos produtos e subprodutos.

11. FORMATO DE APRESENTAÇÃO DOS PROUTOS E SUBPRODUTOS

11.1. Dos subprodutos

11.1.1. Do levantamento das Coordenadas Geográficas

O levantamento das coordenadas geográficas deverá ser apresentado em 2 (dois) Arquivos digitais no formato SHP projetado em Sirgas 2.000/UTM com no mínimo os atributos (nome do imóvel, nome do proprietário, gleba, setor e linha) dos imóveis levantados topograficamente, e atributados conforme modelo padrão de coleta de coordenadas dos vértices de cada imóvel.

11.1.2. Da Coleta de Dados Cadastrais e dos documentos recebidos

A apresentação das Fichas de informações cadastrais e dos documentos recolhidos do proprietário/possuidor serão organizados em pastas individualizadas em ordem alfabética por vazio dentro de cada item e acondicionadas em caixa arquivo em meio físico (papel A4). As referidas pastas individualizadas deverão ser entregues também em meio digital (CD/DVD ou pendrive), digitalizadas em formato PDF não editável.

As fichas de coleta de dados e o croqui, contendo o perímetro do imóvel com as coordenadas dos vértices, os remanescente de vegetação nativa, a área consolidada, a servidão administrativa e reserva legal caso exista, ou ainda, a indicação da localização da reserva legal caso deseje, bem como a planta e memorial descritivo gerados a partir das coordenadas levantadas em campo, juntamente com o registro de protocolo (cópias) deverão ser organizadas por vazios e apresentadas em 01 (um) exemplar encadernado com no máximo 100 folhas cada.

O Relatório de entrega dos produtos realizados deverá conter o número de levantamento das coordenadas geográficas e Fichas cadastrais realizados em cada vazio fundiário por município, devendo conter ainda o número de arquivos entregues bem como a quantidade de exemplares com as fichas cadastrais, que deverá estar em consonância com o número de cadastros realizados.

11.2. Forma de apresentação dos produtos

Os produtos digitais com os dados dos imóveis cadastrados deverão ser entregues em blocos contemplando os lindeiros, articulados e pós-processados entre si para atingir a precisão de no máximo 5 metros (dados C/A) com apresentação de coordenadas UTM/Geográfica e criação de dicionário de dados no formato SHP projetado em Sirgas 2.000/UTM com no mínimo os seguintes atributos: nome do imóvel, nome do proprietário, número do lote, linha, setor e número do registro de protocolo de entrega do CAR. Este arquivo deverá ser cronologicamente organizado em ordem alfabética por nome dos proprietários dos imóveis localizados dentro de cada vazio cartográfico contratado e por município.

Juntamente com os produtos digitais deverão ser entregues em pastas individualizadas os documentos relativos aos imóveis cadastrados na forma prevista no **subitem 10.1.4.**

Arquivo contendo a base de dados digital única gravada em CD/DVD no formato**“\*.car”,** consolidados por vazio cartográfico e por região de abrangência do item de acordo com a quantidade contratada.

Mapa da região cadastrada (impresso em formato A0 e digital) indicando a localização dos imóveis rurais cadastrados pela contratada.

12. DOS CADASTROS EFETUADOS COMO PRODUTO FINAL

A contratada para fins de recebimento deverá apresentar, na forma prevista **no item 11** deste Projeto Básico, relação impressa e digital dos cadastros realizados (contendo número do recibo, data do cadastro, nome do imóvel, nome do proprietário ou posseiro, área do imóvel, área total cadastrada no período), com totalização individualizada de cada vazio cartográfico com apresentação de mapa indicativo da quantidade cadastrada, e quantidade total de cadastros realizados em cada região.

12.1. Consolidação do relatório final do projeto

A consolidação do relatório consiste no detalhamento de execução dos trabalhos realizados com o levantamento das coordenadas geográficas e coleta dos dados até a elaboração final do CAR, demonstrando por meio de indicadores o desempenho da execução de 100% dos serviços contratados.

A entrega do Relatório Final deverá indicar a quantidade de cadastros realizados em cada município, conforme Item/Região dentro de cada Lote contratado, acrescido de uma análise qualiquantitativa consolidada da sua execução.

13. CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

Os serviços contratados terão duração de 06 (seis) meses, contados a partir da emissão da ordem de serviço. O Plano de Trabalho apresentado deverá detalhar o cronograma descrevendo cada uma das fases componentes do ciclo de vida do projeto.

Os pagamentos serão realizados em etapas, após as entregas e aprovação dos produtos, de acordo com o cronograma descrito abaixo.

Quadro 4. Cronograma Físico-Financeiro

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PRAZO**  **(a partir da OS)** | **PRODUTO** | **PERCENTUAL** |
| 15 Dias | Produto 1. Plano de Trabalho | 0% |
| 60 Dias | Produto 02  Relatório Parcial conforme **item 11** (**Do levantamento das Coordenadas Geográficas), em no mínimo 25%** dos imóveis cadastrados dentro de cada vazio cartográfico, incluso no SICAR. | 20% |
| 120 Dias | Produto 03  Relatório Parcial conforme **item 11** (**Do levantamento das Coordenadas Geográficas), em no mínimo 50%** dos imóveis cadastrados dentro de cada vazio cartográfico, incluso no SICAR. | 20% |
| 165 Dias | Produto 04  Relatório final conforme **item 11** (**Do levantamento das Coordenadas Geográficas), com a totalidade** dos imóveis cadastrados dentro de cada vazio cartográfico, incluso no SICAR. | 30% |
| 180 Dias | Produto 5 – Final  Consolidação do Projeto. Apresentação dos Arquivos e Relatórios conforme especificado **nos itens 11 e 12.** | 30% |

14. SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES E APROVAÇÃO TÉCNICA DOS PRODUTOS.

Os trabalhos desenvolvidos pela contratada serão acompanhados e supervisionados por servidor ou equipe técnica designada pelo gestor da SEDAM através de Portaria.

A contratada deverá manter a contratante devidamente informada sobre as atividades programadas e realizadas durante todo o período de execução do contrato, inclusive, prestar esclarecimentos, envios e correções de arquivos sempre que necessário.

A contratante deverá acessar o sistema por meio do protocolo recebido da base SICAR visando confrontar as informações inseridas no CAR, que após, se verificar que as mesmas são as constantes no cadastro inicial, deverá repassar tais informações a contratada para conhecimento e validação das informações, devendo ao final imprimir o Cadastro para entrega.

15. PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.

15.1. Prazo de entrega

A entrega dos produtos referente ao objeto do presente Projeto Básico poderá ser de forma parcial, devendo ser apresentado os subprodutos e produtos referentes aos imóveis cadastrados conforme definido no item relativo à forma e entrega.

Os recebimentos parciais dos serviços somente serão procedidos quando forem realizados o cadastro conforme especificado no Cronograma Físico-Financeiro, de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) dos imóveis cadastrados dentro de cada vazio cartográfico, conforme Produto 02, e 50% (cinquenta por cento) dos imóveis cadastrados dentro de cada vazio cartográfico, conforme Produto 03, e assim sucessivamente.

A entrega total dos serviços contratados deverá ocorrer no prazo máximo de 06 (seis) meses, contados a partir da emissão da ordem de serviço.

Se por algum motivo fortuito ou de força maior não for possível a realização do cadastramento da totalidade dos imóveis estimados e localizados dentro de cada vazios cartográficos contratado para cada Lote, após devidamente justificado e comprovado pela contratada, poderá esta requerer o pagamento dos cadastros realizados, que somente será autorizado após análise e parecer da comissão de acompanhamento e recebimento dos serviços. O número mínimo de imóveis a ser cadastrado dentro de cada vazio para que a Proponente considere como concluído os trabalhos e requeira o pagamento final das propriedades/posses já cadastrados, não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do número de imóveis estimados estabelecidos no **Quadro 1 do Subitem 4.2.**

15.2. Do local de entrega

Os produtos e subprodutos oriundos da presente contratação deverão ser entregues na Coordenadoria de Monitoramento e Regularização Ambiental Rural – COMRAR, na sede da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, sito a Av. Farquar nº 2986 – complexo Rio Madeira – Ed. Rio Cautário – 2º Andar, Bairro Pedrinhas – Porto Velho – RO – Cep. 76.805.810.

15.3. Do Recebimento dos Produtos

Os produtos/serviços acompanhados da Nota Fiscal/Fatura serão recebidos e analisados por comissão designada pelo titular da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, na proporção dos relatórios apresentados pertinentes ao número de imóveis rurais levantados e cadastrados no período, obedecendo ao disposto no **Quadro 1 do item 4.2** – Quadro indicativo de imóveis por vazios e municípios.

15.3.1. Os Termos de Recebimentos Provisórios e Definitivos de cada parcela serão lavrados conforme estabelecido nas alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93, respectivamente.

15.3.2. Serão os produtos/serviços recebidos **PROVISORIAMENTE**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinados pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

15.3.3. Serão os produtos/serviços deste Termo de Referencia recebidos em **DEFINITIVO,** por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto ao termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei, em até 15 (quinze) dias.

15.3.4. O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil pela qualidade, correção, solidez e segurança do objeto contratual, nem ético profissional, pela perfeita execução do contrato, de modo a refletir seu padrão de qualidade.

15.3.5. Se após o recebimento provisório constatar-se que os produtos/serviços foram entregues em desacordo com o especificado, será a contratada notificada a fazer a sua correção no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de lhe serem aplicadas as penalidades cabíveis.

15.3.6. Os produtos/serviços serão inteiramente recusados pela Comissão de Recebimento quando tenha sido entregue com as especificações técnicas diferentes das contidas neste Projeto Básico.

16. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

A contratada deverá oferecer garantia mínima de 3 meses (três mês) sobre o produto contratado, contados a partir do encerramento do prazo contratual.

Na vigência do contrato ou no período da garantia prevista anteriormente, quando verificadas inconsistências nos cadastros ambientais rurais (CAR) que prejudiquem ou inviabilizem a validação pelo órgão ambiental competente, a contratada deverá refazer os serviços contratados, correndo por sua conta todas as responsabilidades e custos.

17. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO.

O valor máximo total que a Administração se propõe a pagar para a presente contratação é de **R$** **7.985.907,75 (sete milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, novecentos e sete reais e setenta e cinco centavos)**.

Em caso de ocorrências supervenientes relacionadas à economia ou qualquer outro fator que possa trazer alteração de valores de mercado, será efetuada nova cotação visando verificar se os preços ofertados são economicamente viáveis à Administração Pública.

18. SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes para acobertar a contratação, objeto do presente instrumento, correrão por conta dos recursos consignados no orçamento da SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM, Unidade Gestora **1801,** Fonte **3212**, Programa ou Projeto Atividade **1187,** Elemento de Despesas **33.90.39**.

19. DA CONTRATAÇÃO DE ME E EPP – DECRETO ESTADUAL N° 21.675/2017

19.1. Quanto à reserva da cota de 25% (vinte e cinco por cento) para ME e EPP prevista no art. 8° do referido Decreto, justificamos que, tal benefício não poderá ser aplicado no presente caso, visto que, a licitação se refere a contratação de serviços que tem suas especificidades peculiares, sendo de suma importância para a Administração Pública a unicidade do objeto, com vistas a suprimir problemas da continuidade dos serviços contratados, que devem seguir o seu cronograma de execução previamente definido, garantindo-lhes a um só tempo a celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos, resguardando com isso, a satisfatória execução dos serviços ofertados e a integralidade do seu conjunto, conforme definido neste Projeto Básico.

Ressalta-se que, a centralização da responsabilidade em uma única empresa contratada para a execução dos serviços de cadastramento do CAR nos itens definidos, se considera adequada no presente caso, não apenas em vista do acompanhamento de problemas e soluções, mas, mormente em termos de facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado.

Como cediço, a execução do serviço de cadastramento de imóveis rurais de até 250 ha localizados nos vazios cartográficos, por um só particular se mostra mais satisfatória do que a se fosse efetuada por vários particulares para não comprometer o conjunto do objeto pretendido.

A não aplicação da cota justifica-se ainda, visando à obtenção do menor preço na etapa de avaliação das propostas técnicas e de preços em atendimento ao Princípio da Economicidade (pois o parcelamento pode causar perda da economia de escala).

A execução por mais empresas pode comprometer a realização tempestiva e simultânea do Cadastro Ambiental Rural, causando enorme prejuízo para a atividade fins que é o cadastramento de 29.656 imóveis rurais localizados dentro dos vazios cartográficos. Como consequência, é enorme a chance de comprometimento das condições pactuadas entre o governo do estado e BNDES em relação as ações constantes do Programa de Desenvolvimento Sócio Econômico e Ambiental Integrado, não atendendo assim com eficiência ás necessidades reais da origem da ação, que poderá ocasionar prejuízo ao erário público.

Assim sendo, s.m.j., entendemos que o parcelamento do objeto poderá não ser vantajoso para a Administração Pública, pois a natureza do serviço é incompatível com a aplicação do beneficio e poderá causar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto.

Além do que, caso necessário, a SUPEL deverá verificar, por meio do CAGEFOR ou outro meio disponível, se há existência da quantidade mínima de fornecedores enquadrados no tratamento diferenciado e favorecido de acordo com o seu ramo de atividade, em atendimento ao art. 10, § 1º do Decreto Estadual.

Em caso de entendimento diverso, a SUPEL assumirá inteira responsabilidade se houver qualquer prejuízo à Administração decorrente do parcelamento do objeto e da aplicabilidade da cota reserva as ME e EPP.

20. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CONSTITUÍDAS EM FORMA DE CONSÓRCIO

20.1. Não poderão participar da presente licitação as empresas interessadas que se apresente constituída sob de consórcio, qualquer que seja sua forma.

20.2 A vedação à participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços e nas aquisições de pequeno vulto não se torna interessante a participação de grandes empresas, sendo comum a competição entre interessadas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza.

20.3. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, permitir a participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto do art. 33, da Lei Federal nº 8.666/93, e, ainda, do entendimento contido no Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de autorizar a admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação da participação de empresas constituídas em consórcio, neste certame, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

# 21. DA SELEÇÃO, TIPO E MODALIDADE DE LICITAÇÃO

A seleção, contratação e as fases da licitação obedecerão aos ditames da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

A fim de garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, será feita na modalidade de licitação, que será oportunamente definida pela Superintendência de Licitações do Estado de Rondônia – SUPEL, do tipo “TÉCNICA E PREÇO”, nos moldes definidos no art. 22, combinado com o art. 45, § 1º, inciso III, da Lei Federal n° 8.666/93.

22. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E REGIME DE EXECUÇÃO

O julgamento da Proposta será pelo critério de **“Menor Preço por Lote”**, sendo que os serviços contratados obedecerão ao **Regime de Empreitada por preço unitário,** na forma de execução indireta, conforme art. 10, inciso II, da Lei n° 8.666/1993, observadas as especificações e os parâmetros mínimos definidos no Edital.

23. CRITÉRIO PARA AGRUPAMENTO DE VAZIOS EM LOTES

O agrupamento de itens com separação em lotes se fundamenta pelo fato de serem os serviços de levantamento de coordenadas geográficas e elaboração do Cadastro Ambiental Rural – CAR idênticos para todos os imóveis a serem levantados e cadastrados, considerando o agrupados nos vazios cartográficos existentes dentro de uma mesma região geográfica, o que facilitará a realização dos serviços levando-se em consideração a logística a ser empregada pela futura contratada. Considerando o fato dos serviços serem idênticos e resguardada a unificação das unidades em itens geograficamente, implica dizer que se estará se observando a economia de escala, o que reduzirá o preço final das contratações conforme determina o §1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93.

A junção de vários imóveis existentes dentro de vazios cartográficos localizados em uma mesma região do estado e um mesmo Lote dá-se em virtude de terem os serviços um mesmo fim especifico e as mesmas condições para sua execução, não podendo daí ocorrer nenhuma diferenciação quanto à qualidade na sua realização.

E levando-se em consideração a logística a ser empregada, foram os vazios determinados em item em cada região e agrupados em “lotes”, pois se executados por uma única empresa, evitar-se-á a pulverização com pequenos contratos que vão à contra mão dos princípios norteadores da administração pública.

Visto ainda que, se contratados em lotes, em virtude de sua quantidade, conforme evidenciado acima, quanto ao mecanismo de “economia de escala” poderá a administração celebrar contratos mais vantajosos economicamente.

Estabelece o § 1º, art. 23, da Lei nº 8.666/93, que:

“As obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, **sem perda da economia de escala”.** (grifo nosso).

Analisando a vontade do legislador ao inserir na parte final do instituto acima descrito, entende-se que: “a economia de escala, ocorre quando a expansão da capacidade de execução de um serviço por uma empresa provoca um aumento na sua capacidade total produzida sem um aumento proporcional no custo de produção”.

Desta forma, deve a Administração, pela conveniência, agrupar em itens e lotes os serviços que posam ser executados em conjunto ou simultaneamente, visto sua similaridade.

Outro motivo que se justifica a contratação por lote é o fato de que vários destes imóveis estão em áreas contiguas, implicando dizer que o levantamento de coordenadas geográficas de seus confrontantes não gerará duplicidade de trabalho e evitarão possíveis sobreposições ou deslocamento das áreas.

Diante disso, caso não haja a divisão dos vazios cartográficos localizados numa mesma região em lotes, várias empresas poderão sagrar-se vencedora em estarem executando os serviços na mesma localidade, ocasionado assim elevação de custos na contratação.

Destarte, com a possibilidade de contratação com diversas empresas, o potencial prejuízo ao erário se caracterizará, implicando em grande dispêndio de atividades como controle, acompanhamento e fiscalização dos trabalhos a serem executados.

# 24. DA HABILITAÇÃO

Para a habilitação as licitantes deverão apresentar os documentos a seguir relacionados, conforme determina o art. 27, da Lei n° 8.666/93, atendendo ao especificado e no prazo de validade, sob pena de inabilitação.

24.1. Da Habilitação jurídica

24.1.1. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

a) Cédula de identidade dos responsáveis legais;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comercias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos e eleição de seus administradores, comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto do presente Projeto Básico, devendo constar em seu objetivo social no mínimo uma das seguintes atividades:

* + Georreferenciamento e demarcação de imóveis, assentamentos rurais e/ou Unidade de Conservação;
  + Cartografia / agrimensura;
  + Fotogrametria / aerolevantamentos;
  + Geodésia / topografia;
  + Cadastro (urbano/rural/multifinalitário);
  + Geoprocessamento / Geomática / sensoriamento remoto;
  + Outras atividades congêneres contempladas na tabela CNAE do IBGE.

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

24.2. Da Qualificação Técnica

24.2.1. Da empresa

As licitantes deverão comprovar sua experiência através de Atestado de Capacidade Técnica emitidos em nome da Licitante, na forma de declaração ou certidão, expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução dos serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste Projeto Básico.

a) entende-se por pertinente e compatível em **características** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados concomitantes no período de execução comprove que a empresa prestou ou presta satisfatoriamente **serviços de Cadastro Ambiental Rural – CAR e/ou Georreferenciamento de Imóveis Rurais;**

b) entende-se por pertinente e compatível em **quantidade** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, concomitantes no período de execução (tendo sido os serviços/fornecimentos dos atestados prestados no mesmo período) contemplem no mínimo **40% (quarenta por cento)** da soma total de imóveis a cadastrar considerando o menor lote constante no **quadro 1 do subitem 4.2 deste** (ou seja, **do lote 02**); Será permitida a soma de Atestados desde que todos se refiram ao intervalo ininterrupto.

b.1) Quadro demonstrativo do quantitativo mínimo a ser comprovado:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Lote**  **02** | **Item** | **Descrição** | **Quantidade Estimada de Imóveis (und.)** | **Quantidade a ser comprovada de Imóveis cadastrados (und.)** |
| **Item**  **07** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **10 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 02. **(anexo 02)** | 1.534 | 613,60 |
| **Item 08** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **65 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 02. **(anexo 02)** | 1.194 | 477,60 |
| **Total do Lote 02** | | **2.728** | **1.091** |

24.2.1.1. O atestado de capacidade técnica deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado; identificação da licitante; descrição clara dos produtos ofertados. O atestado também deverá contemplar todos os elementos necessários à comprovação de que os produtos nele constantes são compatíveis com os exigidos neste Projeto Básico;

24.2.1.2. Os Atestados de Capacidade Técnica deverão ser acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome do seu Responsável, emitida pelo respectivo Conselho de Classe em papel timbrado, à exceção dos atestados para execução de serviços para instituições e órgãos públicos de CAR para propriedades e posses rurais, uma vez que as propriedades e posses rurais inferiores a 4 módulos fiscais não necessitam obrigatoriamente de Certidão de Acervo Técnico.

24.2.1.3. A análise de cada subitem relativo ao Atestado de Capacidade Técnica quanto a quantidades, características e prazos deverão ser avaliados individualmente de acordo com o previsto neste tópico, sendo desclassificado caso não atenda ao mínimo previsto em qualquer dos subtópicos individuais.

**24.2.1.4. Comprovação de registro ou inscrição da licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)** dentro de seu prazo de validade, observando as normas vigentes estabelecidas pelo respectivo Conselho.

**24.2.1.5.** **Declaração de que possui disponibilidade de aparelhamento, ferramental, veículos e do pessoal técnico** adequado, necessário e indispensável para a realização do objeto da presente licitação, ainda, **a indicação e qualificação de cada um dos membros da equipe técnica** que atuarão na execução da obra.

24.2.2. Da Equipe Técnica Requerida

Para a execução dos serviços e elaboração dos produtos descritos neste Projeto, a CONTRATADA deverá apresentar equipe de profissionais adequada para a execução de todas as atividades do projeto no prazo especificado.

Considerando as atividades previstas neste Projeto, a licitante deverá apresentar uma equipe que deverá ser constituída por no mínimo **14 (quatorze) integrantes**, sendo:

* **Coordenador Geral do Projeto (1);**
* **Especialista em Base Cartográfica e/ou Geoprocessamento(1);**
* **Coordenação de Equipes de Campo (1);**
* **Especialista em Comunicação(1);**
* **Pessoal de Escritório (04);**
* **Pessoal de Campo (04);**
* **Administrativo (02).**

A proponente poderá apresentar profissionais técnicos que poderão realizar simultaneamente os trabalhos administrativos, de campo (coleta de dados) e escritório (cadastro e envio do CAR).

A proponente deverá apresentar no mínimo uma equipe para cada “lote” descrito no **Quadro 1 do Subitem 4.2**, de forma a atender ao cronograma de execução definido no **quadro 03 do item 9.**

24.2.2.1. Das atribuições dos componentes da equipe mínima requerida

a) **Coordenador Geraldo Projeto**

Responsável por coordenar e planejar a implementação de todos os serviços do projeto e seus produtos, garantindo a execução integrada do CAR nos vazios cartográficos.

b) **Especialista em Base Cartográfica**

Responsável pela geração de base de dados, e informações georreferenciadas, tabelas, atributos em modelos de dados definidos, demais sistemas de CAR interligados com a plataforma SICAR conforme as especificações do Projeto Básico.

c) **Especialista em Coordenação de Equipes de Campo**

Responsável pelos trabalhos de campo e pela implantação do CAR na base SICAR, com experiência em coordenação de equipes de campo e de levantamento em campo em propriedades rurais, projetos de CAR e georreferenciamento de propriedades rurais.

d) **Especialista em Comunicação**

Responsável pela estratégia de mobilização, divulgação, publicidade e marketing junto aos produtores rurais, por meio de mecanismos adequados de acesso a informação como rádio, spot, redes sociais e outras formas de acesso a informação.

e) **Pessoal de Escritório**

A equipe de escritório será responsável pela inserção de dados cadastráveis dos imóveis na base SICAR.

f) **Pessoal de Campo**

A equipe de campo deverá ter formação mínima em nível médio, devendo ter habilidades mínimas para operar smartphone, GPS e conhecimentos básicos de SIGCAR/SICAR ou plataformas similares integradas ao sistema federal SICAR, além de ter perfil para liderar equipe e estar apto a receber treinamento na área de legislação, geoprocessamento e técnicas de georreferenciamento em campo.

**g) Administrativo**

Os técnicos administrativos serão responsáveis pelas atividades administrativas, de logística, contábeis e afins.

24.2.2.2. Da qualificação da equipe

**a) Coordenador Geral do Projeto**

Deverá possuir formação acadêmica em Engenharia Cartográfica, Engenharia de Agrimensura, Engenharia topográfica, Engenharia Agronômica, Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental, Geografia e áreas afins, com registro no Conselho de Classe e experiência comprovada em projetos de Cadastro Ambiental Rural ou Geoprocessamento.

1. **Especialista em Base Cartográfica e/ou Geoprocessamento**

Profissional com formação em Engenharia, Cartográfica, Agrimensura, Topográfica, Geografia, Análise de Sistemas ou áreas afins, com experiência profissional comprovada em geração de base cartográfica em escala igual ou maior que 1:25.000.

1. **Especialista em Coordenação de Equipes de Campo**

O especialista em coordenação de equipes de Campo deverá ter formação superior em Engenharia Cartográfica, Agrimensura, Agronômica, Geografia, Geoprocessamento ou áreas afins, com experiência mínima comprovada na execução de trabalhos de campo envolvendo o Cadastro Ambiental Rural, Mapeamento Cartográfico, Levantamento de Campo, Sistema de Informações Geográficas e serviços de geoprocessamento.

**d) Especialistas em Comunicação**

Profissional com formação na área da Comunicação, Publicidade ou Marketing, com experiência e habilidade para realizar atividades comunicação e sensibilização de produtor rural.

**e) Pessoal de escritório**

Os técnicos de escritório deverão possuir formação mínima em nível médio, com conhecimento e experiência comprovada de operação dos modulo de cadastro SICAR, com programas para processamento de dados geográficos e conhecimento da operacionalização de GPS, com trabalhos de coleta de dados, levantamento de coordenadas geográficas, georreferenciamento, sistemas CAD e conhecimento de sistemas de Informação Geográfica SIG e plataformas SICAR ou assemelhadas.

**f) Pessoal de Campo**

A equipe de campo deverá ter formação mínima em nível médio, com comprovada experiência em trabalhos de coleta de dados, levantamento de coordenadas geográficas, georreferenciamento, uso de aparelhos GPS, sistemas CAD e conhecimento de sistemas de Informação Geográfica - SIG e plataformas SICAR ou assemelhadas.

**g) Administrativo**

O técnico administrativo deverá ter formação nível médio, com comprovada experiência em atividades administrativas, de logística, contábeis e afins.

24.2.2.3. Da comprovação de experiência da equipe mínima requerida

A formação dos profissionais indicados para a equipe mínima requerida será comprovada por meio de atestado de capacidade técnica, na forma de certidão ou declaração, contrato de prestação de serviços executados, apresentação de Diplomas e/ou Certificados de conclusão de Cursos, Ensino Médio, Superior e Especializações, Mestrados e Doutorados, juntamente com os Currículos profissional comprovando experiência em serviços pertinentes ao objeto do presente Projeto Básico, conforme a qualificação exigida para cada profissional.

24.2.2.3.1. Para o **Coordenador Geral do Projeto, o Especialista em Base Cartográfica e/ou Geoprocessamento e Coordenador de Equipe de Campo**, os atestados de capacidade técnica, na forma de certidão ou declaração, emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, deverão vir acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Certidão de Acervo Técnico – CAT, se for o caso. Além da obrigatoriedade de apresentação de certidão de registro junto ao Conselho de Classe a que pertença (ex: CREA).

24.2.2.3.2. Não será permitido o acúmulo de cargos por um mesmo profissional.

24.2.2.3.3. Os demais profissionais alocados para compor a equipe de trabalho (de escritório, de campo e administrativo) e não especificados no **subitem 24.2.2** deverão ser apresentados e relacionados no Plano de Trabalho, juntamente com os profissionais acima, de modo que a CONTRATANTE possa avaliar a capacidade de produção dos serviços e de produtos a serem entregues pela CONTRATADA.

24.2.2.3.4. A Administração, por meio de Comissão ou de servidor(es) designado(s), poderá, ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou de quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso tenham sido atestadas informações inverídicas.

24.2.3. Da substituição de membros da equipe técnica durante a execução do contrato

24.2.3.1. A proponente deverá manter em seu quadro a equipe apresentada durante o prazo estabelecido para a execução do projeto.

24.2.3.2. Em caso de substituição do Especialista em Base Cartográfica, Especialista em Coordenação de Equipes de Campo e Especialista em Comunicação, a contratada deverá informar à contratante, devendo os profissionais substitutos manter qualificações equivalentes ou superiores às do profissional substituído quanto à formação e experiência profissional, conforme exigida no ato de habilitação do certame.

24.2.3.3. A documentação para comprovação de formação e experiência dos profissionais substitutos deverão ser encaminhada à contratante com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, para análise e aceitação pela comissão de acompanhamento da Coordenadoria de Monitoramento e Regularização Ambiental Rural - COMRAR.

24.2.3.4. Para os demais contratados (técnico de campo, de escritório e administrativo) a substituição não dependerá de autorização, mas a contratada deverá informar a contratante, mantendo sempre o número indicado, bem como a qualificação técnica dos mesmos.

## 24.3. Da Qualificação Econômico-Financeira

24.3.1 As proponentes, para comprovar a qualificação econômico-financeira, deverão apresentar os seguintes documentos:

**a) Balanço Patrimonial,** referente ao último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove a boa situação financeira da empresa, por meio da aferição de Capital Social ou Patrimônio Líquido, de no mínimo 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

**b) Certidão Negativa de Recuperação Judicial** expedida pelo cartório distribuidor de sua sede nos últimos 30 (trinta) dias **-** Lei n° 11.101/05 (falência e concordatas).

## 24.4. Da Regularidade fiscal

24.4.1. Comprovação de regularidade fiscal por meio dos documentos a seguir relacionados:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do MF (CNPJ/MF);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de Certidão de regularidade com a Fazenda Nacional, efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei Nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em DAU (Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União CND ou CPEND);

d) Certidão de regularidade de débitos com a Fazenda Estadual;

e) Certidão de regularidade de débitos com a Fazenda Municipal;

f) Certificado de Regularidade do FGTS;

24.4.1.1. A apresentação de certidões positivas com efeito de negativa, serão aceitas nas mesmas condições, quanto a sua validade e efeitos, tendo em vista a sua emissão diante da diante da exigência de débito confesso, parcelamento e em fase de adimplemento.

## 24.5. Da Regularidade trabalhista

a) **Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho - CNDT** (Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011, Art. 642-A), admitida comprovação também por meio de “certidão positiva, com efeito, de negativa” diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

## 24.6. Do cumprimento do disposto no art. 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal

Apresentar declaração, sob as pena da lei e em cumprimento ao art. 27, inciso V, da Lei n° 8.666/93, que não utiliza em trabalho noturno, perigoso ou insalubre mão-de-obra de menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 14 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional nº 20 de 1998.

24.7. A Administração, por meio de Comissão ou de servidor(es) designado(s), poderá, ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações retro mencionadas, ou de quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso tenham sido atestadas informações inverídicas, nos termos do artigo 43, § 3º, da Lei Federal 8.666/93.

25. DAS PROPOSTAS

## 25.1. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA E DE PREÇOS

25.1.1. Os critérios a serem considerados pela Comissão de Avaliação das propostas abrangem a proposta técnica completa e a proposta de preços.

25.1.2. Será consagrada vencedora pela Comissão de Avaliação a proponente que apresentar a maior Nota Final, obtida a partir da avaliação da Proposta Técnica e da Proposta de Preços.

25.1.3. A proponente deverá apresentar sua proposta técnica com todos os documentos de forma a comprovar sua pontuação, em atendimento ao estabelecido no Parágrafo 2º do artigo 46, em especial ao disposto no §1°, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

25.1.4. Os atestados ou documentações aqui solicitados poderão ser diligenciados pela Comissão de licitação, e em caso de falta de comprovação a pontuação correspondente ao mesmo será anulada.

25.1.5. Todos os documentos devem ser apresentados em seus originais ou cópias que farão parte integrante do processo, não sendo aceitas cópias de documentos já autenticados anteriormente (cópia de cópia).

25.1.6. Em caso de apresentação de documentos produzidos em língua estrangeira, os mesmos deverão se fazer acompanhar de documento de tradução em língua portuguesa, produzido por Tradutor Juramentado, e registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

## 25.2. Nota da Proposta Técnica da Proponente (NPT)

25.2.1. Para o cálculo da **Nota da Proposta Técnica da Proponente (NPT),** serão analisados e avaliados:

1. Os aspectos metodológicos e técnicos dos produtos ofertados e descritos na **Proposta Técnica Detalhada (PTD)**;
2. **Experiência da Proponente através de Atestados (EPA); e**
3. **Experiência profissional da Equipe Técnica Principal (ETP).**

25.2.2 A Proposta Técnica deverá ser apresentada considerando-se o conteúdo indicado a seguir:

1. Capa;
2. Apresentação da proposta;
3. Proposta Técnica Detalhada;
4. Experiência técnica da proponente (EPA) por meio de Atestados que comprovem a execução de serviços de Cadastro Ambiental Rural e Geração de Base Cartográfica para Cadastro Ambiental Rural ou similares;
5. Experiência Profissional da Equipe Técnica Principal (ETP), por meio de Atestados que comprovem a execução de serviços de Cadastro Ambiental Rural e Geração de Base Cartográfica para Cadastro Ambiental Rural.

25.2.3 Não deverão ser incluídos na proposta técnica eventuais itens que não constem do objeto, serviços e produtos do certame e da estrutura aqui apresentada, pois os mesmos não serão avaliados.

## 25.3. Da Proposta Técnica Detalhada (PTD)

A A Proposta Técnica Detalhada (PDT) deverá ser organizada conforme os itens descritos a seguir:

a) Temo de Abertura do Projeto;

b) Conhecimento do Problema;

c) Metodologia de Execução;

d) Declaração de Escopo;

e) Estrutura Analítica de Projeto- EAP;

f) Cronograma de Execução;

g) Equipe Técnica e Organograma;

h) Plano de Comunicação;

i) Instalações e Equipamentos;

j) Plano de Qualidade e de Riscos;

25.3.1. A Apresentação da Proposta Técnica Detalhada deverá conter o escopo e a estrutura da Proposta Técnica para facilitar a sua leitura e avaliação. A Apresentação da Proposta deverá ser elaborada utilizando no máximo 10 (dez) páginas de texto, sendo o excesso desconsiderado para avaliação da proposta.

25.3.2. Os itens definidos para a pontuação técnica da Proposta Técnica Detalhada serão avaliados, sendo-lhes conferido um máximo **de 20 (vinte) pontos**, de acordo com a seguinte classificação:

a) **Não Abordado** **ou erroneamente abordado**: quando o texto do item em análise não abordar o tema indicado ou quando o texto e as informações nele contidas não corresponderem ao objeto da proposta; o texto apresentar informações contraditórias ou ainda quando o texto apresentar erros graves na abordagem dos temas.

b) **Insuficiente**: quando o texto e as informações dos itens em análise forem incompletos, ou quando houver tópicos do problema e/ou dos objetos não abordados; ou quando o conjunto de informações forem insuficientes para a compreensão completa do tema ou do item.

**c) Regular**: quando o texto se apresentar com informações mínimas para compreensão do tema abordado ou do item em análise; ou quando houver abrangência restrita na abordagem comparativamente às demais proponentes; ou quando o texto ou item em análise se apresentar com pouca objetividade de clareza.

**d) Bom**: quando o texto ou item se apresentar com informações completas sobre o tema, coerente, claro e representativo a problemática que deve ser resolvida.

**e) Excelente**: quando o texto se apresentar com informações completas sobre o tema, coerente, claro, objetivo e inovador em metodologia e técnicas, com excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas.

25.3.4. A pontuação para os itens de avaliação da proposta técnica conforme são:

a) **Não Abordado**: O valor da pontuação será de 0% (zero por cento) da pontuação máxima do item.

b) **Insuficiente**: O valor da pontuação será de 25% (vinte e cinco por cento) da pontuação máxima do item.

c) **Regular**: O valor da pontuação será de 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima do item;

d) **Bom**: O valor da pontuação será de 75% (setenta e cinco por cento) da pontuação máxima do item.

e) **Excelente**: O valor da pontuação será de 100% (cem por cento) da pontuação máxima do item.

25.3.5. O quadro abaixo representa os itens de avaliação técnica e respectivos percentuais e valores de pontuação da Proposta Técnica:

Quadro 05 – Pontuação da Proposta Técnica Detalhada (PTD).

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **NÃO ABORDADO** | **INSUFICIENTE** | **REGULAR** | **BOM** | **EXCELENTE** | **PONTUAÇÃO**  **MÁXIMA** |
| 0 | 25% | 50% | 75% | 100% | 20 |
| Conhecimento do Problema | 0 | 0,75 | 1,50 | 2,25 | 3 | **3** |
| Metodologia de Execução | 0 | 0,75 | 1,50 | 2,25 | 3 | **3** |
| Termo de Abertura do Projeto | 0 | 0,25 | 0,50 | 0,75 | 1 | **1** |
| Declaração de Escopo | 0 | 0,25 | 0,50 | 0,75 | 1 | **1** |
| Estrutura Analítica de Projeto | 0 | 0,25 | 0,50 | 0,75 | 1 | **1** |
| Cronograma de Execução | 0 | 0,25 | 0,50 | 0,75 | 1 | **1** |
| Equipe Técnica e Organograma | 0 | 0,50 | 1,00 | 1,50 | 2 | **2** |
| Plano de Comunicação | 0 | 0,75 | 1,50 | 2,25 | 3 | **3** |
| Instalações e Equipamentos | 0 | 0,75 | 1,50 | 2,25 | 3 | **3** |
| Plano de Qualidade e de Riscos | 0 | 0,50 | 1,00 | 1,50 | 2 | **2** |
| **Total máximo de pontos da PTD** | | | | | | **20** |

## 25.4. Pontuação da Experiência da Proponente através de Atestados (EPA)

## 25.4.1. Atestados de Capacidade Técnica da Proponente (ACTP)

25.4.1.1 Na Proposta Técnica deverão ser apresentados os Atestados que comprovem a execução pela proponente de serviços similares aos solicitados no Projeto Básico. Os Atestados de Capacidade Técnica deverão ser acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome do seu Responsável Técnico, emitido em papel timbrado do informante/emissor, com nome, função e telefone de contato e quem o assina à exceção dos atestados para execução de serviços para instituições e órgãos públicos de CAR para propriedades e posses rurais, pois as propriedades e posses rurais inferiores a 4 módulos fiscais não necessitam obrigatoriamente de Certidão de Acervo Técnico.

25.4.1.2 Será avaliada ainda a experiência das proponentes através de Atestados (EPA) em execução de serviços de georreferenciamento, medidos em unidades de quilômetros quadrados (km²) conforme quadro abaixo, levando se em consideração a área total do estado de Rondônia (237.576 km²).

25.4.1.3. Será avaliada também a experiência das proponentes através de Atestados (EPA) em tempo de atuação mercado comprovando a execução dos serviços compatíveis com o objeto pretendido.

Quadro 06 – Pontuação da Experiência da Proponente através de Atestados (ACTP)

|  |  |
| --- | --- |
| **ATESTADOS** | **PONTUAÇÃO** |
| **Serviços de CAR** |  |
| Atestado comprovando execução de serviços de CAR com adesão para até 500 (quinhentas) propriedades ou posses para o mesmo contrato. | 5 |
| Atestado comprovando execução de serviços de CAR com adesão de 500 (quinhentas) a até 1.000 (mil) propriedades ou posses para o mesmo contrato. | 10 |
| Atestado comprovando execução de serviços de CAR com adesão para mais de 1.000 propriedades ou posses para o mesmo contrato. | 15 |
| **Total máximo de pontos para este serviço** | **15** |
| **Base Cartográfica** |  |
| Atestado comprovando execução de serviços de georreferenciamento e geração de base cartográfica na escala 1:25.000 ou melhor, conforme Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespacias Digitais Vetoriais (ET-EDGV) para área inferior a 118.500 km2 | 5 |
| Atestado comprovando execução de serviços de georreferenciamento e geração de base cartográfica na escala 1:25.000 ou melhor, conforme Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespacias Digitais Vetoriais (ET-EDGV) para área superior a 118.500 km2 e inferior a 237.000 km2 | 10 |
| Atestado comprovando execução de serviços de geração de base cartográfica na escala1:25.000 ou melhor, conforme Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespacias Digitais Vetoriais (ET-EDGV) para área igual ou superior a 237.000km2 | 15 |
| **Total máximo de pontos para este serviço** | **15** |
| **Total máximo da ACTP** | **30** |

Quadro 07 – Pontuação de comprovação de tempo de atuação no mercado (PCAM)

|  |  |
| --- | --- |
| **TEMPO DE ATUAÇÃO NO MERCADO**  **ATESTADOS** | **PONTUAÇÃO** |
| A empresa proponente que apresentar tempo de atuação no mercado comprovando a execução dos serviços compatíveis com o objeto pretendido de até 01 (um) ano. | 2 |
| A empresa proponente que apresentar tempo de atuação no mercado comprovando a execução dos serviços compatíveis com o objeto pretendido de 2 (dois) a 3 (três) anos. | **5** |
| A empresa proponente que apresentar tempo de atuação no mercado comprovando a execução dos serviços compatíveis com o objeto pretendido acima de 3 (três) anos. | **10** |
| **Total máximo da PCAM** | **10** |

25.4.1.2. Pontuação máxima de Experiência da Proponente através de Atestados (EPA) = Pontuação de Comprovação de Atestados de Capacidade Técnica da Proponente (ACTP) + Pontuação de comprovação de tempo de atuação no mercado (PCAM) = 40 pontos.

**EPA = ACTP (30) + PCAM (10) = 40 PONTOS**

## 25.5. Pontuação da Equipe Técnica Principal (ETP)

A avaliação da pontuação da Equipe Técnica Principal (ETP) se dará com base na experiência comprovada pela apresentação de currículos (PETC); pela avaliação da formação acadêmica comprovada por meio de Diplomas e Certificados conforme definido no **subitem 24.2.2.6** (PETF); e ainda, pela comprovação de experiência por meio de Atestados de Capacidade Técnica (PETA).

## 25.5.1 Pontuação da Equipe Técnica por Formação e Experiência do Profissional por currículo (PETC)

25.5.1.1. Os profissionais exigidos para a Equipe Técnica Principal, considerados para a pontuação, o Coordenador Geral do Projeto, Especialista em Base Cartográfica e Especialista em Coordenação de Equipes de Campo, deverão pertencer ao Quadro Permanente da Proponente na data da entrega da proposta, ou com apresentação de declaração formal de que comporão a equipe principal da proponente, e deverão manter o seu vínculo, durante toda a execução do projeto, podendo ser substituídos somente com anuência da CONTRATANTE, conforme previsto no **subitem 24.2.3.**

25.5.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar a Equipe Técnica Principal completa durante a etapa licitatória.

25.5.1.3. A não apresentação de algum membro da equipe principal acarretará na inabilitação da CONTRATADA.

25.5.1.4. A adequabilidade dos profissionais alocados na Equipe Técnica Principal será avaliada pela análise dos currículos, certificados e diplomas exigidos de cada profissional, considerando:

a) **Não apresentado ou apresentação errônea**: currículo, certificado e diploma não apresentado ou não corresponde a o requisitado no item correspondente ao respectivo perfil do profissional, ou que contenham informações contraditórias e erros graves.

b) **Insuficiente**: apresentou certificado e diploma exigido, porém currículo incompleto, com tópicos requisitados não abordados ou insuficientes para compreensão completa das atividades desenvolvidas.

c) **Adequado/excelente**: apresentou certificado e diploma exigido e currículo com informações completas; coerente, claro e objetivo.

Quadro 8 – Pontuação da Equipe Técnica e Experiência Profissional por Currículo – PETC

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| PERFIL | PONTUAÇÃO MÁXIMA | ADEQUAÇÃO DO CURRÍCULO | | |
| NÃO APRESENTADO | INSUFICIENTE | ADEQUADO |
| Coordenador Geral do Projeto | 2 | 0 | 1 | 2 |
| Especialista em Base Cartográfica | 2 | 0 | 1 | 2 |
| Especialista em Coordenação de Equipes de Campo | 2 | 0 | 1 | 2 |
| **Total máximo da PETC** | | | | **6** |

## 25.5.2. Pontuação da Equipe Técnica pela Formação (PETF)

25.5.2.1. A avaliação da formação da Equipe Mínima requerida se dará pela análise dos Diplomas e Certificados de graduação, especialização, mestrado e doutorado apresentados, conforme exigido no subitem **24.2.2.3**;

25.5.2.2. A formação da equipe técnica requerida será avaliada e pontuada conforme quadro abaixo:

Quadro 9 – Avaliação da Formação Acadêmica da Equipe Mínima Requerida (PETF)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Avaliação da Formação Acadêmica** | | | |
| **Coordenador Geral do Projeto:** Profissional com formação acadêmica em Engenharia Cartográfica, Engenharia de Agrimensura, Engenharia topográfica, Engenharia Agronômica, Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental, Geografia e áreas afins, com registro no Conselho de Classe. | | | |
| Graduação | Especialização | Mestrado | Doutorado |
| 01 | 02 | 04 | 06 |
| **Especialista em Base Cartográfica:** Profissional com formação acadêmica na área de Engenharia Cartográfica, Agrimensura, Topográfica, Geografia Análise de Sistemas ou áreas afins, com registro no Conselho de Classe. | | | |
| Graduação | Especialização | Mestrado | Doutorado |
| 01 | 02 | 03 | 04 |
| **Especialista em Coordenação de Equipes de Campo:** Profissional com formação acadêmica na área de Engenharia Cartográfica, Agrimensura, Agronômica, Geografia, Geoprocessamento ou áreas afins, com registro no Conselho de Classe. | | | |
| Graduação | Especialização | Mestrado | Doutorado |
| 01 | 02 | 03 | 04 |
| **Total máximo da PETF** | | | **14** |

## 25.5.3. Pontuação da Equipe Técnica Principal por Atestados (PETA)

Além do tempo de experiência profissional da equipe comprovado por meio de currículos, será considerada ainda os quantitativos de trabalhos realizados conforme a função a ser desempenhada por meio da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica para cada profissional da equipe técnica principal e será avaliada conforme os seguintes critérios para as seguintes categorias: Coordenador Geral do Projeto, Especialista em Base Cartográfica, Especialista em Coordenação de Equipes de Campo.

25.5.3.1. Coordenador Geral do Projeto

a) A experiência profissional do Coordenador Geral do Projeto comprovada por meio de Atestados de Capacidade Técnica como responsável pela gestão de projetos de cadastramento ambiental rural com adesão de mais de 1.000 propriedades ou posses em um mesmo contrato ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou geoprocessamento em escala igual ou maior que 1:25.000 para área superior 237.000 km² (equivalente a área do território do Estado de Rondônia), em atestado acervado, **o valor da pontuação será 08 pontos.**

b) A experiência profissional do Coordenador Geral do Projeto comprovada por meio de Atestados de Capacidade Técnica como responsável pela gestão de projetos de cadastramento ambiental rural com adesão de 500 a 1.000 propriedades ou posses para um mesmo contrato ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou geoprocessamento em escala igual ou maior que 1:25.000 para área entre 118.500 km² a 237.000 km², em atestado acervado, **o valor da pontuação será 6 pontos.**

c) A experiência profissional do Coordenador Geral do Projeto comprovada por meio de Atestados de Capacidade Técnica como responsável pela gestão de projetos de cadastramento ambiental rural com adesão de até 500 propriedades ou posses para um mesmo contrato ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou geoprocessamento em escala igual ou maior que 1:25.000 para área inferior à 118.500 km² (metade da superfície do território do Estado de Rondônia) em atestado acervado, **o valor da pontuação será 3 pontos.**

25.5.3.2. Especialista em Base Cartográfica

a) A experiência profissional do Especialista em Base Cartográfica comprovada por meio de Atestado de Capacidade técnica como responsável pela execução de serviços de cadastramento ambiental rural com adesão de mais de 1.000 propriedades ou posses em um mesmo contrato, ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou mapeamento/georreferenciamento, ou atividades correlatas, na escala 1:25.000 ou maior conforme Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespacias Digitais Vetoriais (ET-EDGV), em áreas superior a 237.000 km² com atestado acervado, **o valor da pontuação será 06** **(seis) pontos**.

b) A experiência profissional do Especialista em Base Cartográfica comprovada por meio de Atestado de Capacidade técnica como responsável pela execução de serviços de cadastramento ambiental rural com adesão de 500 a 1.000 propriedades ou posses em um mesmo contrato, ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou mapeamento/georreferenciamento, ou atividades correlatas, na escala 1:25.000 ou maior conforme Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespacias Digitais Vetoriais (ET-EDGV), em área entre 118.500 km² a 237.000 km² com atestado acervado, **o valor da pontuação será 04** **pontos**.

c) A experiência profissional do Especialista em Base Cartográfica comprovada por meio de Atestado de Capacidade técnica como responsável pela execução de serviços de cadastramento ambiental rural com adesão de até 500 propriedades ou posses em um mesmo contrato, ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou de mapeamento/georreferenciamento, ou atividades correlatas, na escala 1:25.000 ou maior conforme Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespacias Digitais Vetoriais (ET-EDGV), em áreas inferior a 118.500 km² em atestado acervado, **o valor da pontuação será 02 pontos.**

25.5.3.3. Especialista em Coordenação de Equipes de Campo

25.5.3.3.1. A experiência mínima do profissional Especialista em Coordenação de Equipes de Campo se dará por meio de Atestado de Capacidade técnica comprovando sua atuação como responsável pela coordenação de serviços de cadastramento ambiental rural ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou de mapeamento/georreferenciamento, ou atividades correlatas, ao objeto do presente Projeto.

25.5.3.3.2. Para experiência profissional comprovada superior a 3 (três) anos com a apresentação de atestados de capacidade técnica em projetos de CAR e/ou mapeamento**/**georreferenciamentoou atividades correlatas, **o valor da pontuação será 06 pontos.**

28.4.3.3.3. Para experiência profissional comprovada entre 2 (dois) a 3 (três) anos com a apresentação de atestados de capacidade técnica em projetos de CAR e/ou mapeamento**/**georreferenciamentoou atividades correlatas, **o valor da pontuação será de 04 pontos.**

28.4.3.3.4. Para experiência profissional comprovada de até 01 (um) ano com a apresentação de atestados de capacidade técnica em projetos de CAR e/ou mapeamento**/**georreferenciamentoou atividades correlatas, **o valor da pontuação será de 02 pontos.**

28.4.3.3.5. A pontuação máxima deste item será de 20 (vinte) pontos conforme a apresentada no **quadro 10**, com as respectivas pontuações a serem adotadas na avaliação da equipe técnica principal, comprovadas por meio da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica.

Quadro 10 – Pontuação da Equipe Técnica Principal por Atestados (PETA)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **PROFISSIONAL DA EQUIPE TÉCNICA PRINCIPAL** | **CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO** | **PONTUAÇÃO MÍNIMA** | **PONTUAÇÃO MÉDIA** | **PONTUAÇÃO MÁXIMA** |
| Coordenador Geral do Projeto | -A experiência profissional do Coordenador Geral do Projeto comprovada por meio de Atestados de Capacidade Técnica como responsável pela gestão de projetos de cadastramento ambiental rural com adesão de mais de 1.000 propriedades ou posses em um mesmo contrato ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou geoprocessamento em escala igual ou maior que 1:25.000 para área superior 237.000 km² (equivalente a área do território do Estado de Rondônia), em atestado acervado, **o valor da pontuação será 08 pontos.**  -A experiência profissional do Coordenador Geral do Projeto comprovada por meio de Atestados de Capacidade Técnica como responsável pela gestão de projetos de cadastramento ambiental rural com adesão de 500 a 1.000 propriedades ou posses para um mesmo contrato ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou geoprocessamento em escala igual ou maior que 1:25.000 para área entre 118.500 km² a 237.000 km², em atestado acervado, **o valor da pontuação será 6 pontos.**  -A experiência profissional do Coordenador Geral do Projeto comprovada por meio de Atestados de Capacidade Técnica como responsável pela gestão de projetos de cadastramento ambiental rural com adesão de até 500 propriedades ou posses para um mesmo contrato ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou geoprocessamento em escala igual ou maior que 1:25.000 para área inferior à 118.500 km² (metade da superfície do território do Estado de Rondônia) em atestado acervado, **o valor da pontuação será 3 pontos.** | 03 | 06 | 08 |
| Especialista em Base Cartográfica | - A experiência profissional do Especialista em Base Cartográfica comprovada por meio de Atestado de Capacidade técnica como responsável pela execução de serviços de cadastramento ambiental rural com adesão de mais de 1.000 propriedades ou posses em um mesmo contrato, ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou mapeamento/ georreferenciamento, ou atividades correlatas, na escala 1:25.000 ou maior conforme Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespacias Digitais Vetoriais (ET-EDGV), em áreas superior a 237.000 km² com atestado acervado, **o valor da pontuação será 06** **(seis) pontos**.  - A experiência profissional do Especialista em Base Cartográfica comprovada por meio de Atestado de Capacidade técnica como responsável pela execução de serviços de cadastramento ambiental rural com adesão de 500 a 1.000 propriedades ou posses em um mesmo contrato, ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou mapeamento/ georreferenciamento, ou atividades correlatas, na escala 1:25.000 ou maior conforme Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespacias Digitais Vetoriais (ET-EDGV), em área entre 118.500 km² a 237.000 km² com atestado acervado, **o valor da pontuação será 04** **pontos**.  - A experiência profissional do Especialista em Base Cartográfica comprovada por meio de Atestado de Capacidade técnica como responsável pela execução de serviços de cadastramento ambiental rural com adesão de até 500 propriedades ou posses em um mesmo contrato, ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou de mapeamento/ georreferenciamento, ou atividades correlatas, na escala 1:25.000 ou maior conforme Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespacias Digitais Vetoriais (ET-EDGV), em áreas inferior a 118.500 km² em atestado acervado , **o valor da pontuação será 02 pontos.** | 02 | 04 | 06 |
| Especialista em Coordenação de Equipes de Campo | -A experiência mínima do profissional Especialista em Coordenação de Equipes de Campo se dará por meio de Atestado de Capacidade técnica comprovando sua atuação como responsável pela coordenação de serviços de cadastramento ambiental rural ou pela gestão de projetos de meio ambiente ou de mapeamento/georreferenciamento, ou atividades correlatas, ao objeto do presente Projeto Básico.  -Para experiência profissional comprovada superior a 3 (três) anos com a apresentação de atestados de capacidade técnica em projetos de CAR e/ou mapeamento**/**georreferenciamentoou atividades correlatas, **o valor da pontuação será 06 pontos.**  -Para experiência profissional comprovada entre 2 (dois) a 3 (três) anos com a apresentação de atestados de capacidade técnica em projetos de CAR e/ou mapeamento**/**georreferenciamentoou atividades correlatas, **o valor da pontuação será de 04 pontos.**  -Para experiência profissional comprovada de até 1 (um) ano com a apresentação de atestados de capacidade técnica em projetos de CAR e/ou mapeamento **/** georreferenciamentoou atividades correlatas, **o valor da pontuação será de 02 pontos.** | 02 | 04 | 06 |
| **Total máximo da PETC** | | | | **20** |

.

25.5.4. A pontuação da Equipe Técnica Principal (ETP) corresponde a soma total dos pontos obtidos com a apresentação dos currículos (PTEC), do total de pontos obtidos pela formação profissional comprovada por meio de Certificados e Diplomas (PETF) e da soma total dos pontos obtidos com a comprovação da experiência por meio da apresentação dos Atestados de Capacidade Técnica da Equipe Principal (PETA) conforme especificado **no subitem 25.5**, que corresponde ao total máximo de **40 (quarenta) pontos**, conforme segue:

**Equipe Técnica Principal (ETP) = PETC (06) + PETF (14) + PETA (20) = 40 pontos.**

26. ANÁLISE DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

26.1. As Propostas Técnicas das Proponentes serão examinadas com base nos critérios definidos no **item 25,** apresentados para: **Proposta Técnica Detalhada (PTD)**, **Experiência da Proponente Através de Atestados (EPA)** e **Equipe Técnica Principal (ETP).**

26.2. Aos resultados obtidos com a análise da documentação apresentada pela proponente, serão atribuídas como **Nota da Proposta Técnica** (NPT), de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando: **Proposta Técnica Detalhada (PTD)**, **Experiência da Proponente através de Atestados (EPA)** e **Experiência da Equipe Técnica Principal (ETP)**, conforme abaixo

Quadro 11 – Itens de Avaliação da Pontuação Máxima da Nota da Proposta Técnica (NPT)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM DE AVALIAÇÃO** | | **PONTUAÇÃO MÁXIMA (NPT)** |
| 1 | PROPOSTA TÉCNICA DETALHADA (PTD) | **20** |
| 2 | EXPERIÊNCIA DA PROPONENTE ATRAVÉS DE ATESTADOS (EPA) | **40** |
| 3 | EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA PRINCIPAL (ETP) | **40** |
| **PONTUAÇÃO MÁXIMA DA PROPOSTA TÉCNICA** | | **100** |

26.3. A Pontuação da Proposta Técnica da Proponente (NPT) será obtida com o somatório dos pontos alcançados na Proposta Técnica Detalhada (PTD), Experiência da Proponente através de Atestados (EPA) e Experiência da Equipe Técnica Principal (ETP).

**NPT = PTD + EPA + ETP = 100 pontos**

**26.4. Serão desclassificadas as propostas técnicas que:**

a) não alcançar 50% (cinquenta por cento) da nota máxima da Proposta Técnica;

b) zerar qualquer um dos quesitos nos critérios exigidos para as Avaliações das Propostas Técnicas;

c) Deixar de atender qualquer exigência estipulada neste Projeto Básico;

d) Incluir a indicação de um mesmo profissional para duas ou mais funções na Equipe Técnica;

e) Incluir como Coordenador ou Especialista da equipe técnica principal profissional indicado como Coordenador ou Especialista por outra Licitante, ainda que em funções distintas;

f) Incluir profissional na equipe técnica que não comprove a existência ou área de atuação não definida no Projeto Básico.

26.5. A Comissão de Avaliação procederá ao cálculo da Nota Final da Proposta Técnica (NFPT) de cada Proponente, conforme definido na seguinte fórmula: **NFPT = (NPT/NPTMax) x100.**

**Onde: NFPT =** Nota Final da Proposta Técnica

**NPT =** Nota da Proposta Técnica (NPT=PTD+EPA+ETP)

**NPTMax =** Maior Nota de Proposta Técnica entre as propostas classificadas.

27. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

27.1. A Proposta de Preços deverá ser elaborada em estrita conformidade com relação aos serviços constantes neste Projeto Básico; devendo:

a) ser redigida em língua portuguesa, em papel formato A4, fonte Times New Roman ou Arial tamanho 12 (doze) para facilitar a sua leitura e avaliação.

b) estar datada, assinada e identificada (nome e cargo) em sua parte final pelo representante legal da **LICITANTE** e numeradas em ordem crescente, bem como, rubricada em todas as folhas, com o carimbo padronizado do CNPJ, excetuando-se as folhas timbradas que já contenham impressas tais informações;

c) conter preços unitários em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais e preço total expresso em algarismos arábicos e por extenso, em moeda corrente Nacional;

d) indicação dos dados bancários (Banco, Agência e Conta Corrente), onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso seja vencedora do certame;

e) indicação do prazo de validade, não podendo ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da entrega das propostas, conforme disposto no Art. 64, § 3º da Lei 8.666/93;

f) nos preços propostos deverão estar computadas todas as despesas necessárias, inclusive custo de materiais, de transportes, de instalações, depreciações, mão-de-obra, impostos, encargos sociais e trabalhistas, remunerações, etc., que constituirão a única, exclusiva e completa remuneração dos serviços;

27.2. Serão desconsideradas as propostas que deixarem de atender no todo, ou em parte, as disposições dos subitens acima;

27.3. Quando convocada pela administração, as empresas deverão apresentar Planilha de Custos e Formação de Preços contemplando a decomposição de todos os custos envolvidos na proposta, inclusive demonstrando preços unitários conforme as etapas do serviço.

28. ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

28.1. As análises das propostas de preços somente serão realizadas para as proponentes classificadas na Análise da Proposta Técnica.

28.2. Para estas proponentes, será atribuída uma nota de preço, coma seguinte formulação:

**NPre = 100 x PMin / Pi**

**Onde: NPre =** Nota de Preço da Proponente

**PMin =** Menor Preço apresentado dentre as propostas válidas

**Pi =** Preço da empresa em avaliação

28.3. Serão considerados para cálculo 02 (duas) casas decimais

29. NOTA FINAL E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPONENTES

29.1. A classificação das empresas proponentes será feita de acordo com a Nota Total obtida pela empresa, pelas eguinte fórmula:

**Nota Final = (0,60 x NFPT) + (0,40 x NPre)**

**Onde: NF =** Nota Final

**NFPT =** Nota Final da Proposta Técnica

**NPre =** Nota de Preço da Proponente

29.2. Será considerada vencedora a empresa que obtivera maior NF (Nota Final),conforme os critérios apresentados neste Projeto Básico.

29.3. Caso ocorra o empate entre duas ou mais propostas, após observado o disposto no art. 3º., parágrafo 2º, incisos I a III da Lei Federal nº. 8.666/93 – respectivamente (I) produtos e serviços produzidos no Brasil, (II) produzidos ou prestados por empresas brasileiras, (III) produtos e serviços produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; Persistindo o empate, o desempate será procedido por meio de) sorteio em sessão pública, procedendo à lavratura de ata circunstanciada, conforme exposto no artigo 45, parágrafo 2º, da lei Federal nº 8.666/93.

29.4. Visando evitar que a referida licitação que é do tipo melhor combinação de técnica e preço seja desconfigurada para uma licitação de melhor técnica ou de menor preço, não foram utilizados fatores de ponderação com pesos muito discrepantes para um ou outro tipo, ou seja, 60% para fator técnica e 40% para o fator preço.

29.5. Vale ressaltar ainda, que os fatores de ponderação adotados estão em conformidade com o Art. 29, § 1º do Decreto 7.581/2011, ou seja, menor que 70% para o fator de ponderação mais relevante, uma vez que, o objeto a ser licitado é de natureza eminentemente técnica e científica.

30. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

30.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, será firmado com a empresa adjudicatária, instrumento contratual com vigência **de 6 (seis) meses,** contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Contratante, e havendo interesse da Contratante o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de acordo com a legislação vigente, devidamente autorizado pela Contratante, se fundado em caso fortuito ou por motivo de força maior, ou por justificativa plausível, desde que devidamente avaliada pelo setor competente. O término do contrato se dará com a entrega final dos produtos, ou com sua rescisão, que poderá ser administrativa consensual, ou judicial.

30.1.1. Caso o prazo de execução paralise por alguma justificativa de ambas as partes e acatada pelos fiscais, automaticamente o prazo de vigência do contrato também irá parar, voltando a contar conforme o prazo de execução.

30.2. A empresa adjudicatária deverá comparecer para firmar o Instrumento Contratual no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da data da convocação.

30.3. Na hipótese de a empresa adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar/retirar o Instrumento Contratual e não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação.

30.4. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações;

30.5. A execução do Instrumento Contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor da **SEDAM,** designado como Gestor do Contrato, que anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas de serviço, para fins de pagamento.

30.6. Como condição para celebração do Instrumento Contratual, a empresa adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Órgão Contratante, imediatamente a alteração que possa comprometer a execução do objeto contratado.

31. GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL:

31.1. Para fiel execução do contrato poderá ser exigida a prestação de garantia pela Adjudicatária, como condição a assinatura do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n° 8.666/93: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública; seguro – garantia; ou fiança bancária.

31.2. Se a opção de garantia recair em título da dívida pública, este deve ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

31.3. Se a opção de garantia se fizer em seguro-garantia ou fiança bancária, esta deverá conter expressamente a cláusula de prazo de validade igual ou superior ao prazo de execução do contrato;

31.4. A fiança bancária deverá ser emitida por estabelecimento sediado ou legalmente representado no Brasil, para ser cumprida e exeqüível na cidade de Porto Velho/RO.

31.5. No caso de posterior alteração ou reajuste no valor do contrato, a Contratada ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia, conforme a modalidade que tenha escolhido, devendo fazê-lo no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da notificação expedida pela CONTRATADA.

31.6. Se a garantia apresentada, conforme o caso, deixar de ser hábil para o fim a que se destina, a Administração notificará a Contratada, para que a substitua no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

31.7. A garantia e seus reforços responderão pelo inadimplemento das condições contratuais, pela entrega incompleta da obra ou dos serviços e por eventuais multas ou penalidades, independentemente de outras cominações legais.

31.8. Uma vez aplicada a multa á Contratada, e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, a Administração poderá convocá-la para que complemente aquele valor inicialmente oferecido.

31.9. Após o recebimento definitivo da obra ou dos serviços a garantia prestada será liberada ou restituída á Contratada, de acordo com a forma de prestação;

31.10. O valor da caução feita em dinheiro será atualizado monetariamente e restituído mediante crédito na mesma conta corrente utilizada para liquidação da despesa decorre da execução do contrato;

31.11. Os documentos que constituem o seguro-garantia e/ou a fiança bancária serão devolvidos ou baixados na mesma forma como foram prestados.

32. DO PAGAMENTO

O pagamento à Contratada pela realização do objeto realizar-se-á, mediante apresentação dos relatórios e Cadastros realizados conforme descritos **no item 13**, que comprove a quantidade e qualidade dos serviços executados.

32.1. O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente certificada pela Comissão de Recebimento designada por Portaria, nos termos dos artigos 67 e 73 “I, b” da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, que deverão ser apresentadas juntamente com a entrega dos produtos/serviços, devendo conter no corpo da referida Nota Fiscal, a descrição do objeto, o número do contrato e o numero da Conta Bancária da futura CONTRATADA.

32.2. A CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da nota fiscal e relatórios, para efetuar análise e o pagamento.

32.3. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das certidões que comprovem a regularidade fiscal nas esferas: Federal, Estadual e Municipal, bem como, previdenciária e trabalhista (INSS, FGTS e CNDT) em plena validade.

32.4. A apresentação de certidões positivas com efeito de negativa, serão aceitas nas mesmas condições, quanto a sua validade e efeitos;

32.5. A certidão apresentada que por ventura venha a vencer dentro do prazo determinado anteriormente (30 dias) para análise e pagamento poderá ser revalidada pelo setor onde se encontrar o processo administrativo e sido verificado o vencimento da mesma, com a competente juntada aos autos.

32.6. Em caso de impossibilidade de renovação da referida certidão, seja por qualquer motivo que implique obrigatoriedade por parte do contratado (inadimplência), o prazo estabelecido ficará paralisado até que sejam sanadas as pendências apontadas.

33. DO REAJUSTE, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO.

Os valores contratados serão fixos e irreajustáveis pelo período de sua vigência, de acordo com a Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

**33.1.** Em obediência ao princípio da anualidade da proposta (art. 2°, §1° c/c art. 3°, §1° da Lei n° 10.192/2001), em caso de eventual reajuste de preços solicitado pela contratada dentro da vigência contratual e desde que transcorrido o prazo de 12 meses da data da apresentação da proposta, aplicar-se-á ao cálculo o IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado).

**33.2.** O contratado fica obrigado a aceitar nas mesmo condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até a 25% do valor inicial atualizado do contratado, conforme estabelece o art. 65, §1° da Lei 8.666/93.

34. DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedado subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da presente contratação.

35. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

35.1. Da Contratada

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos, nas obrigações da Contratada também se incluem os dispositivos a seguir:

1. Assinar o contrato quando convocada a fazê-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias;
2. Adotar todas as providências necessárias à proteção do meio ambiente, no âmbito interno e externo dos locais de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da fiscalização e em consonância com a legislação pertinente;
3. Comunicar à Contratante, verbalmente, no prazo de até 12 (doze) horas e, por escrito, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações, ou acontecimentos, que impeçam, mesmo que temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do Contrato, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior;
4. Cumprir com o estabelecido neste Projeto Básico e conduzir a execução dos serviços pactuados em estreita conformidade com o especificado no mesmo, guardadas as normas técnicas pertinentes à natureza e a finalidade dos serviços, sob pena de inscrição no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, nos moldes da Lei nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011;
5. Cumprir fielmente o prazo estabelecido no cronograma de execução;
6. Assumir todos os ônus decorrentes da execução dos serviços e responsabilizar-se por integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições (inclusive parafiscais), que direta ou indiretamente, incidam ou vierem a incidir sobre a contratação;
7. Responsabilizar-se e indenizar danos decorrentes de acidentes de trabalho ocorridos com seus empregados e prestadores de serviço durante a execução dos serviços contratados, respondendo por si e por seus sucessores;
8. Responsabilizar-se e indenizar todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços contratados;
9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, conforme o caso, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução, no prazo previsto no **Subitem 15.3.5**, observado o período de garantia previsto **no item 16** deste Projeto;
10. Efetuar novo levantamento das coordenadas geográficas dos imóveis rurais até 240 ha, quando processadas e apresentarem sobreposição com diferença superior a 5 (cinco) metros;
11. Realizar e apresentar os relatórios parciais mensais de acordo com as fases do plano de trabalho devidamente especificado neste Projeto;
12. Exercer o controle de qualidade sobre as informações, serviços, produtos e relatórios apresentados;
13. Permitir e facilitar o acompanhamento, pela Comissão de Acompanhamento do Contrato, de quaisquer procedimentos atinentes a execução dos serviços, conforme detalhado neste Projeto Básico e, inclusive, prestar informações e esclarecimentos quando solicitados;
14. Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência do Contrato, possibilitando aos técnicos da SEDAM e aos consultores do Fundo Amazônia ou BNDES acesso a dados e documentos, reuniões, oficinas, seminários e outras atividades relevantes para a execução dos trabalhos e atendendo às informações e exigências apresentadas pela fiscalização;
15. Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisação parcial ou total na execução dos serviços, salvo motivo de força maior ou caso fortuito;
16. Afixar o brasão do Estado de Rondônia e logomarca do PDSEAI em todos os produtos e materiais impressos apresentados;
17. Transferir os direitos autorais dos bens produzidos por força do presente Projeto Básico, nos moldes estabelecidos na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998;
18. Por ocasião do preenchimento da ficha de informações cadastrais complementares deve ser observado o modelo constante no Anexo deste Projeto Básico;
19. As informações disponibilizadas pela Contratante, a que se refere o **item 6** - Insumos, não poderão ser utilizadas para finalidade diversa da estabelecida neste Projeto Básico;
20. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação.

35.2. Da Contratante

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATANTE se obrigará a:

1. Fornecer à CONTRATADA os dados e os elementos necessários à fiel execução dos serviços, conforme disposto neste Projeto Básico;
2. Rejeitar o recebimento dos serviços e produtos que estiverem em desacordo com o especificado no presente Projeto Básico;
3. Supervisionar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços, objeto deste Projeto Básico;
4. Efetuar regularmente o pagamento dos serviços executados;
5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da eventual aplicação de multas previstas no Contrato;
6. A preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado.

35.2.1.Os trabalhos serão fiscalizados pela Comissão de Recebimento da SEDAM e por consultores designados pelo Fundo Amazônia ou pelo BNDES. A Comissão de Recebimento poderá, a qualquer tempo, solicitar à Contratada correções nos trabalhos elaborados caso os mesmos não atendam às especificações contratadas. Outrossim, a fiscalização pelos técnicos da SEDAM ou a ausência de comunicação, por parte destes, das irregularidades ou falhas, não desobriga a Contratada de suas responsabilidades inerentes à perfeita execução do objeto indicado neste instrumento e, bem assim, não a exime das responsabilidades determinadas no Contrato.

36. DAS SANÇÕES E CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES

36.1. Das sanções

Além das sanções cominadas no artigo 87, incisos I, III e IV, da Lei Federal nº 8.666/1993, na hipótese de inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante, adjudicatária ou contratada, as seguintes penalidades:

36.1.1.Multa em quantia equivalente ao percentual de até 10% (dez por cento) do valor inadimplido do contrato, na hipótese de descumprimento de alguma cláusula ou obrigação pactuada;

36.1.2.Multa de mora em quantia equivalente ao percentual de até 10% (dez por cento) do valor inadimplido do contrato caso haja atraso injustificado na sua execução, retardamento imotivado do início dos trabalhos por mais de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço autorizando o início das atividades, interrupção da prestação dos serviços por mais de 10 (dez) dias consecutivos sem justo motivo, ou atraso de mais de 30 (trinta) dias na entrega dos serviços ou parcela correspondente, salvo se a continuidade da contratação for conveniente ao Contratante, quando, então, aplicar-se-ão as penalidades pertinentes;

36.1.3. Multa em quantia equivalente ao percentual de até 10% (dez por cento) do valor inadimplido do contrato no caso de não recolhimento ou integralização das cauções ou demais garantias, ou de não pagamento das multas nos prazos fixados, nos moldes do artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/1993;

36.1.4. Multa em quantia equivalente ao percentual de até 10% (dez por cento) do valor inadimplido do contrato na hipótese de contrair obrigações para com terceiros que possam, de qualquer forma, prejudicar a execução do objeto contratado;

36.1.5. Multa em quantia equivalente ao percentual de até 10% (dez por cento) do valor adjudicado caso a adjudicatária se recuse a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa;

36.1.6**.** Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, descredenciamento no Cadastro de Fornecedores dos Órgãos da Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, inclusão da penalidade no **SICAFI - Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização,** e no CAGEFOR - Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar, sem prejuízo das multas previstas no Edital e demais cominações legais, caso a licitante, adjudicatária ou contratada, convocada no prazo de validade da proposta, não firme o contrato, deixe de entregar ou apresente documentação falsa exigida para o certame, ocasione o atraso da execução do objeto contratual, não mantenha a proposta, falhe ou fraude a execução do contrato, mostre-se inidônea ou cometa fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa.

36.2. Dos critérios para aplicação das penalidades

Na aplicação das sanções, a autoridade competente deverá considerar a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade, e o seguinte:

a) As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo e no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

b) Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual;

c) A sanção denominada advertência será imposta por escrito e será cabível somente quando se tratar de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto da contratação. Na hipótese de não se verificar a adequação da conduta por parte da Contratada, serão aplicadas sanções de grau mais significativo;

d) O valor da multa eventualmente imposta à licitante, adjudicatária ou contratada será automaticamente descontado de créditos a que fizer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dia úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, os valores correspondentes serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, as informações da licitante, adjudicatária ou contratada serão encaminhadas ao órgão competente para que o débito seja inscrito em dívida ativa, podendo a Administração, ainda, proceder à cobrança judicial;

e) As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal da licitante, contratada ou adjudicatária, não as eximindo do dever de reparar eventuais danos que seu ato punível venha ocasionar à Administração ou a terceiros;

f) De acordo com a gravidade do descumprimento, a licitante, adjudicatária ou contratada, também estará sujeita à declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a infratora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente;

g) As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo se comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito, formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido;

h) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que se verificarem, conforme o caso:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO** | **GRAU** | **MULTA\*** |
|  | Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais. Por ocorrência. | **05** | **4,0% por dia** |
|  | Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso. Por ocorrência. | **06** | **4,0% por dia** |
|  | Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a execução dos serviços contratuais por período superior a 15 (quinze) dias. | **06** | **3,2% por dia** |
|  | Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes. Por ocorrência. | **05** | **3,2% por dia** |
|  | Recusar-se a executar correções ou substituições nos serviços contratos que se encontrem com vícios, quando notificado, sem motivo justificado. Por ocorrência. | **04** | **1,6% por dia** |
|  | Por comportamento inidôneo da contratada, seus funcionários ou representantes. Por ocorrência. | **03** | **1,0% por dia** |
| **Para os Items a seguir, deixar de:** | | | |
|  | Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato. Por dia e por ocorrência. | **05** | **3,2% por dia** |
|  | Cumprir quaisquer dos Itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização. Por ocorrência. | **03** | **0,8% por dia** |
|  | Cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização. Por ocorrência. | **03** | **0,8% por dia** |
|  | Iniciar a execução de serviço nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos previstos no Contrato. Por serviço e por ocorrência. | **02** | **0,4% por dia** |
|  | Manter a documentação de habilitação atualizada. Por item e por ocorrência. | **01** | **0,2% por dia** |
|  | Substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do Órgão. Por funcionário e por dia. | **01** | **0,2% por dia** |

*\* Incidente sobre a parte inadimplida do contrato.*

37. DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para aquisição do objeto do Projeto Básico.

37.1. A CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que da consecução do objeto não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;

37.2. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação;

37.3. A CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, assim como Decreto Estadual n.º 21.264 de 20 de setembro de 2016 que "*Dispõe sobre a aplicação do Princípio do Desenvolvimento Estadual Sustentável no âmbito do Estado de Rondônia*...".

38. DO FORO

O foro da Comarca de Porto Velho-RO é o competente para resolução de questões, dirimir dúvidas e/ou omissões eventualmente decorrentes da presente contratação, renunciando expressamente, as partes contratantes, a todos os demais por mais privilegiados que possa ser.

39. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a administração pública.

O presente Projeto Básico foi elaborado em consonância com o previsto no Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental Integrado – PDSEAI apresentado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM e aprovado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

O referido projeto será custeado com recursos do Fundo Amazônia, nos moldes do Contrato de Concessão de Colaboração Financeira não reembolsável firmado entre o BNDES e o Estado de Rondônia.

40. DOSANEXOS:

* Anexo I – Mapa do Lote 01;
* Anexo II – Mapa do Lote 02;
* Anexo III – Mapa do Lote 03;
* Anexo IV – Mapa do Lote 04;
* Anexo V – Ficha Cadastral;
* Anexo VI – SAMS.

Porto Velho – RO, 24 de abril de 2018.

Elaboração:

|  |  |
| --- | --- |
| **Irving Borges Vitorino**  Técnico – GOT/PDSEAI  Matrícula n° 300123292 | **Carlos Roberto Coelho**  Técnico – GOT/PDSEAI  Matrícula n° 300118818 |

Especificações Técnicas:

**Arquimedes Ernesto Longo**

Coordenador - COMRAR

Matrícula n° 300016039

Revisão Técnica e Coordenação Geral:

**Marco Antônio Garcia de Souza**

Coordenador Geral - GOT/PDSEAI

Matrícula n° 300112441

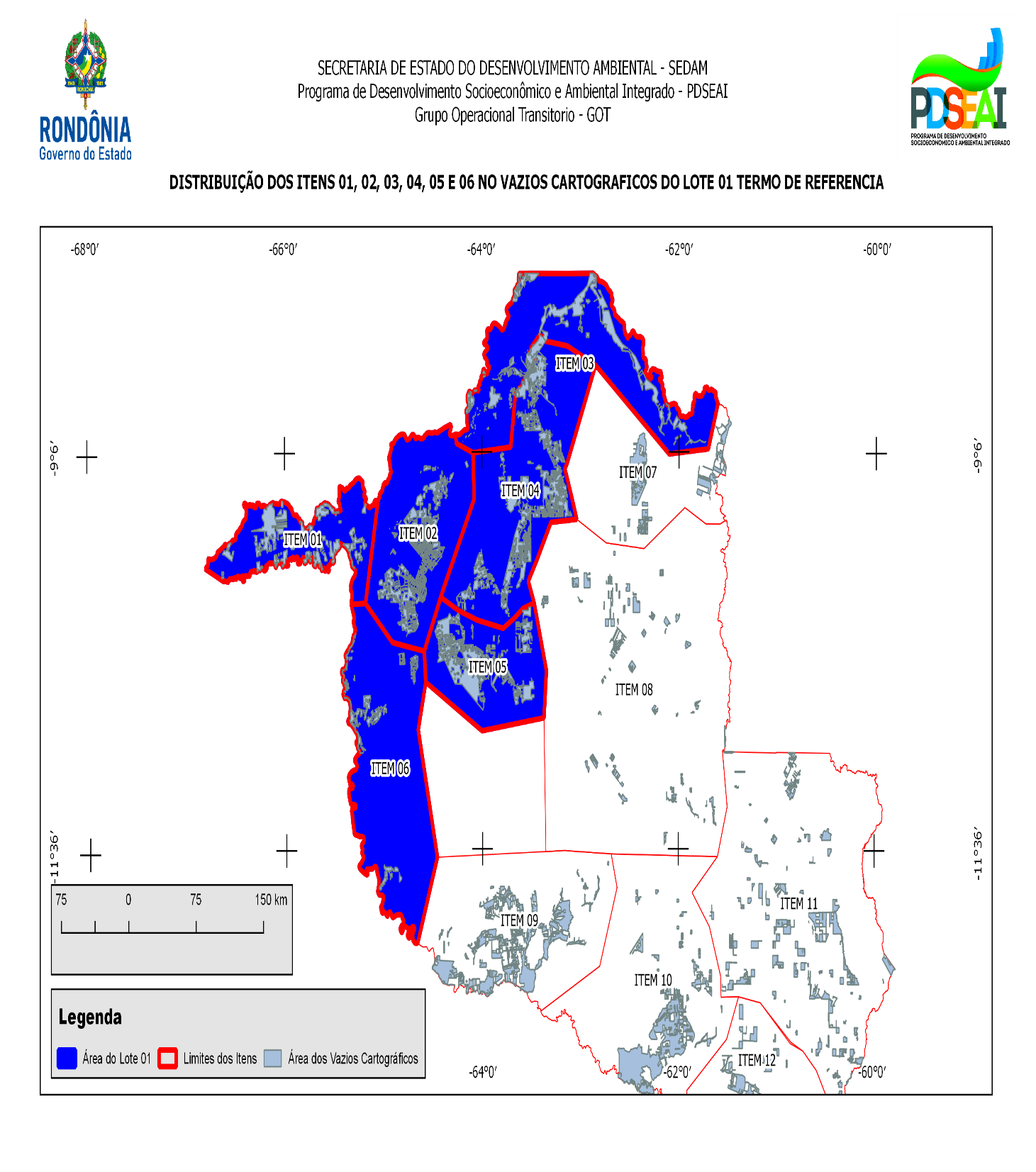
Conforme dispõem os Incisos I, II e III do parágrafo 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93,

**APROVO o presente Projeto Básico.**

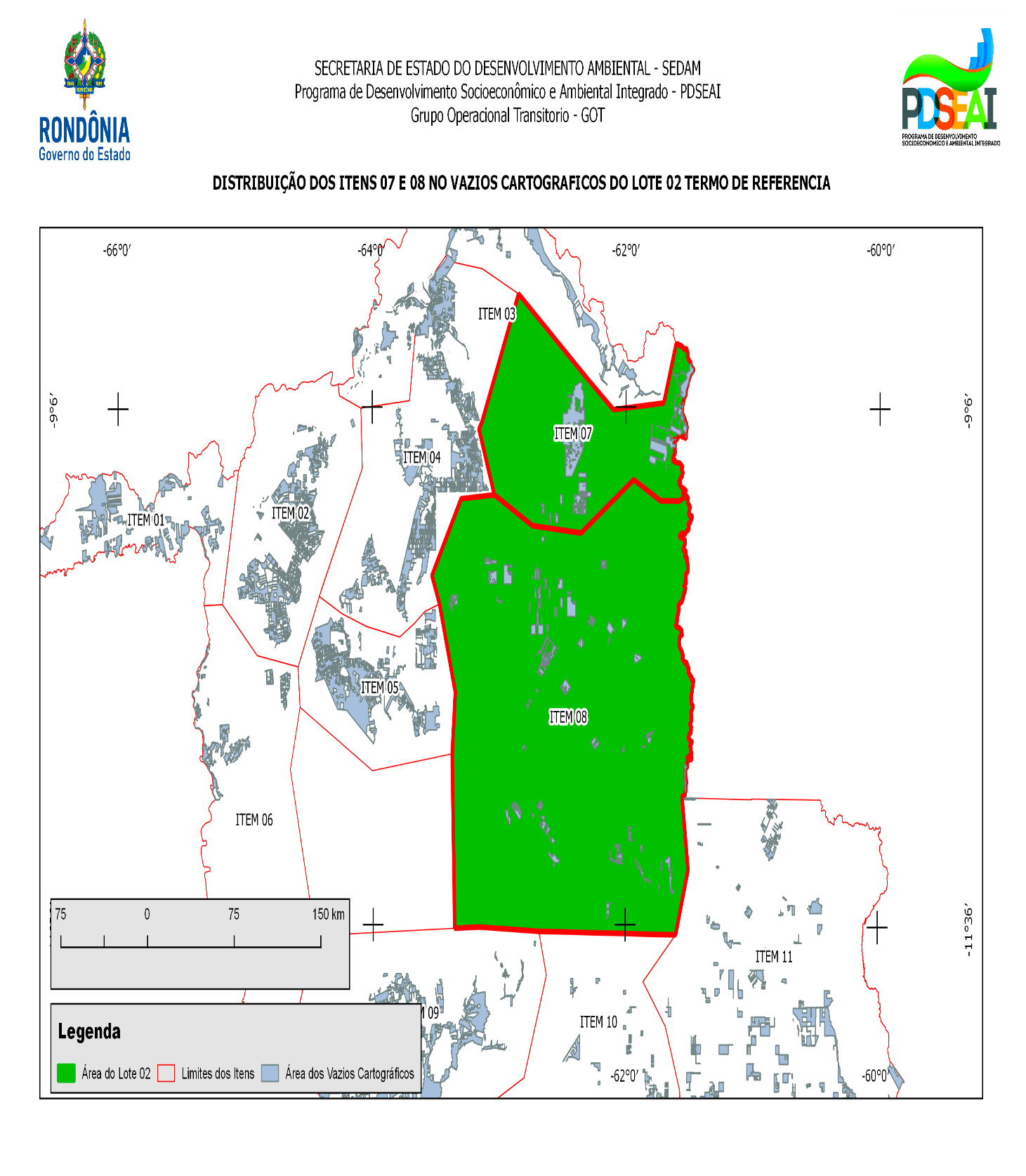
**Hamilton Santiago Pereira**

Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

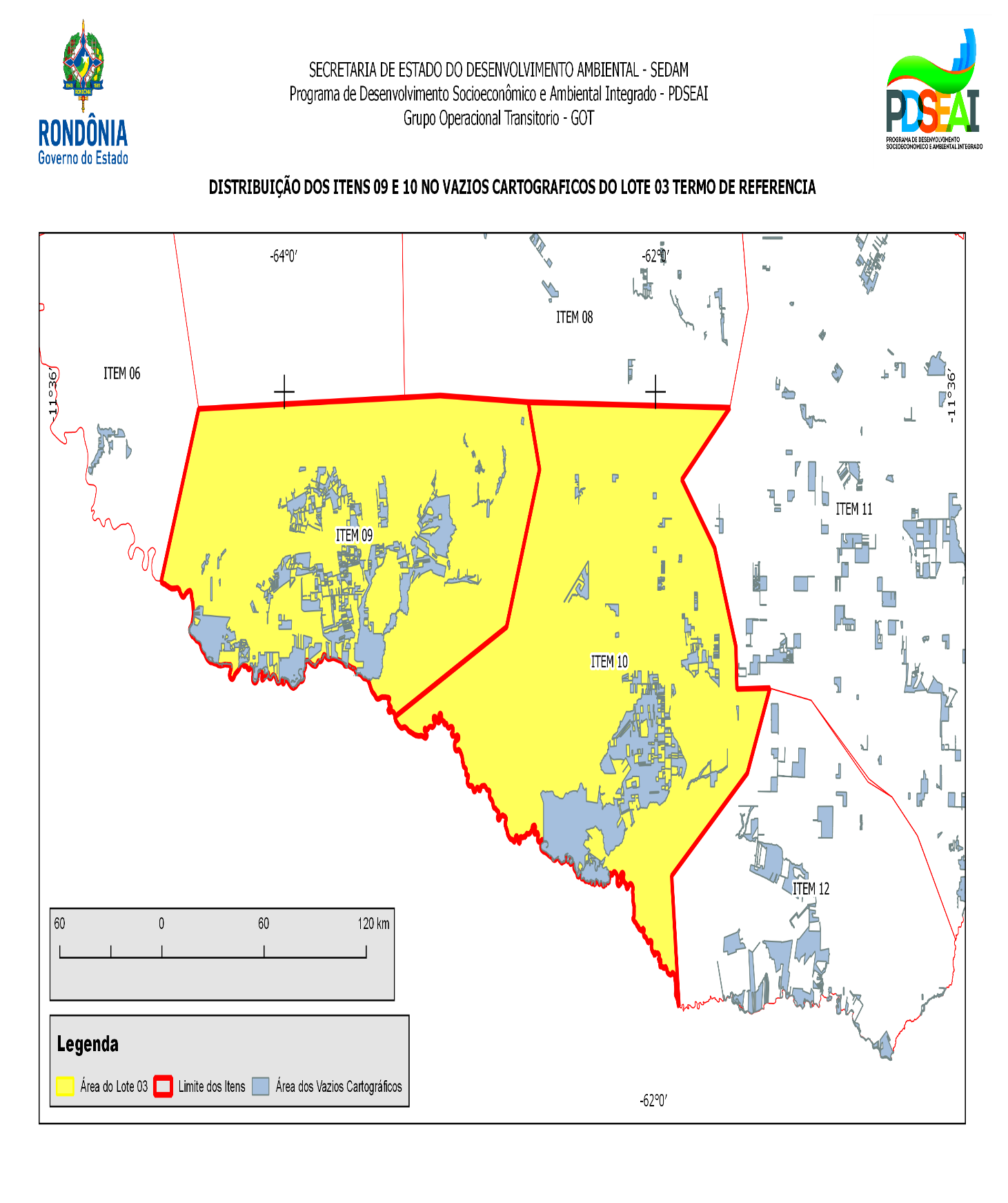
Anexo I do TERMO DE REFERÊNCIA: Mapa do Lote 01



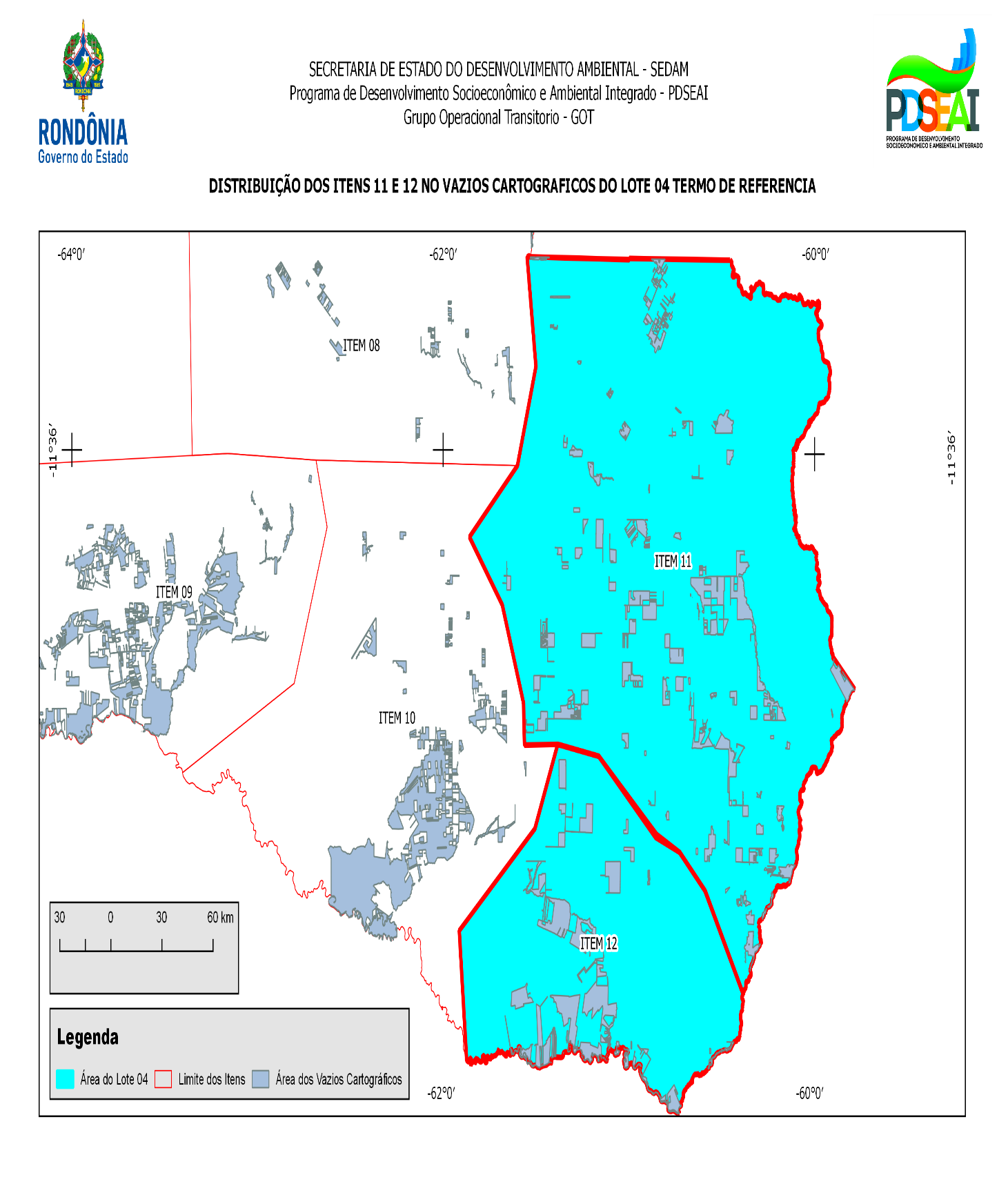
Anexo II do TERMO DE REFERÊNCIA: Mapa do Lote 02



Anexo III do TERMO DE REFERÊNCIA: Mapa do Lote 03



Anexo IV do TERMO DE REFERÊNCIA: Mapa do Lote 04



Anexo V do TERMO DE REFERÊNCIA: Ficha de informações cadastrais complementares

**Módulo de cadastro – Rondônia**

**Nome do Imóvel\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Quais as atividades desenvolvidas no imóvel rural?**

( ) Agricultura ( )Pecuária

( ) Manejo Florestal ( ) Reflorestamento

( ) Aquicultura ( ) Transformação de produtos agrícolas ou pecuários

( ) Produção de carvão Vegetal ( ) Turismo

( ) Mineração ( ) Não desenvolvem nenhuma atividades

Outras:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Quais as atividades que pretende desenvolver no imóvel rural?**

( ) Agricultura ( )Pecuária

( ) Manejo Florestal ( ) Reflorestamento

( ) Aquicultura ( ) Transformação de produtos agrícolas ou pecuários

( ) Produção de carvão Vegetal ( ) Turismo

( ) Mineração ( ) Não desenvolvem nenhuma atividades

Outras:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Descrição de Acesso ao Imóvel:**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**O imóvel é objeto de ação civil pública?**( ) Não ( ) Sim Descrição da ação\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Endereço/Logradouro:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Número:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Complemento:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Bairro:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CEP:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_UF:\_\_\_\_\_\_ Município:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Telefone: (69) \_\_\_\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_\_\_\_

**Proprietário ou Possuidor:**( ) Pessoa Física ( ) Pessoa Jurídica

CPF:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Data de Nascimento: \_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome da Mãe:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Estado Civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Divorciado ( ) Viúvo

CPF do Cônjuge: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Nome do Cônjuge: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**O Proprietário (a) ou Possuidor (a) é produtor familiar?**( ) Sim ( ) não

Propriedade ou Posse: ( ) Propriedade ( ) Posse

Nome da Propriedade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Área (ha): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Tipo de Documento:( ) Escritura Nº de Matrícula do Documento:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Data do Documento: \_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Livro:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Folha: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

UF do Cartório: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Município do Cartório:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **( )** Contrato de Compra e VendaNome vendedor\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CPF do Vendedor \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Observações:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Possui Reserva Legal Averbada e/ou Reserva Legal Aprovada e não Averbada?**( ) não ( ) Sim

Número da Averbação: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Data da Averbação/Aprovação: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Área (ha): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_A Reserva Legal esta dentro do imóvel? ( ) Sim ( ) não

Adicionar informações da Reserva \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_­­­­­­­­\_

**Deseja aderir ao Programa de Regularização Ambiental – PRA, caso o imóvel rural possua (uma das situações a seguir, ocorrida até 22 de julho de 2008): necessidade de reposição de áreas de APP e de uso restrito; déficit referente aReseva Legal; autuação?**

( ) Não ( ) Sim Esta opção assegura o cumprimento do prazo de requerimento de adesão do PRA, previsto na Lei 12.651/12. Deseja confirmar? ( ) Sim ( ) não

**O imóvel rural possui área com déficit de vegetação nativa para fins de cumprimento da Reserva Legal?**

( ) Não ( ) **Sim Qual alternativa você pretende adotar, isolada ou conjuntamente, para regularizar o déficit?**( ) Compensar a Reserva Legal ( ) Permitir a regeneração natural ( ) Recompor a Reserva Legal

**Caso realize compensação, como deseja compensar a área com déficit?**( ) Cadastrar área equivalente de mesma titularidade, com vegetação nativa em regeneração ou recomposição, desde que localizada no mesmo bioma ( ) Doar ao poder público a área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio Público pendente de regularização fundiária ( ) Não irei realizar compensação

**Existe Termo de Ajuste de Conduta (TAC) aprovado referente à regularização de Área de Preservação Permanente – APP, Reserva Legal ou Área e Uso Restrito?**

( ) Não ( ) Sim Qual o órgão emitente?\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Qual a data de assinatura? \_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_ Qual a data de encerramento? \_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_

Existe Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) ou outro documento aprovado referente à regularização de APP, Reserva Legal ou Área de Uso Restrito?

( ) Não ( ) Sim Qual o órgão emitente? \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Qual a data de assinatura? \_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_ Qual a data de encerramento? \_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_

Existem infrações cometidas até 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação em APP, Reserva legal ou Área de Uso Restrito do imóvel, objetivo de autuação? ( ) Sim ( ) Não

Existem infrações cometidas após 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação em APP, Reserva legal ou Área de Uso Restrito do imóvel, objetivo de autuação? ( ) Sim ( ) Não

O imóvel Rural possui área remanescente de vegetação nativa excedente ao mínimo exigido para Reserva Legal?

( ) Não ( ) Sim ( ) Constituir Servidão Ambiental ( ) Disponibilizar para compensação de Reserva Legal mediante arrendamento ( ) Emitir Cota de Reserva Ambiental – CRA ( ) Utilizar em outro imóvel de mesma titularidade que possua déficit de remanescente de vegetação nativa, desde que localizada no mesmo bioma ( ) Utilizar para outros fins

Existe Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – no interior do imóvel? ( ) Não ( ) Sim Qual a área (ha) a RPPN? \_\_\_\_\_\_\_Qual a data de publicação de reconhecimento da RPPN\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_Qual o número de decreto/portaria de reconhecimento da RPPN?\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Possui Cota de Reserva Florestal – CRF? ( ) Sim ( ) Não**

**Assinale a(s) resposta(s) correspondente(s) ao(s) período(s) em que ocorreu a supressão (desmate) da vegetação nativa para uso alternativo do solo:**

( ) A parti de 22/07/2008 – Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012

( ) 21/01/2001 a 21/07/2008 – MP nº 2.166-67, de 21 de janeiro de 2001

( ) 27/12/2000 a 20/01/2001 – MP nº 2.080, de 21 de janeiro de 2001

( ) 14/12/1998 a 14/12/2000 – MP nº 1.736-19/31, de 14 de dezembro de 1998, MP nº 1885-38/44, de 29 de junho de 1999 a MP nº 1.956 de 09 de dezembro de 1999.

( ) 11/12/1997 a 13/12/1998 – MP nº 1.605-18, de 11 de dezembro de 1997

( ) 25/07/1996 a 10/12/1997 – MP nº 1.511-1, 25 de julho de 1997

( ) 19/10/1994 a 24/07/1996 – Decreto nº 1.282, de 19 de outubro de 1994

( ) 18/07/1989 a 18/10/1994 – Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989

( ) 15/09/1965 a 17/07/1989 – Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965

( ) 23/01/1934 a 14/09/1965 – Decreto Lei nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934

( ) Anterior a 23/01/1934

**Ocorreu alteração no tamanho da área do imóvel após 22/07/2008? ( ) Não ( ) Sim Qual era a área (ha) do imóvel em 22/07/2008?** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Caso Tenha ocorrido supressão/exploração irregular de vegetação, houve pagamento da respectiva reposição florestal? ( ) não ( ) Sim Qual foi a área suprimida? \_\_\_\_\_\_\_\_Qual foi a volumetria paga? \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**A propriedade está em processo de recuperação, regeneração ou reposição vegetal?** ( ) Não ( ) Sim ( ) Dentro de RL? ( ) Dentro de APP? ( ) Dentro de Área de Uso Restrito?

**Coordenadas geográficas do imóvel, juntamente com o croqui e descrição em relatório fotográfico em caso de necessidade de coleta de ponto projetado:**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

DECLARO, sob as penas da lei civil e criminal que todas as declarações aqui apresentadas são verdadeiras e assumo toda e qualquer responsabilidade, por quaisquer informações inverídicas aqui fornecidas.

**Porto Velho, \_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_\_\_.**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Declarante**

### Anexo VI do TERMO DE REFERÊNCIA: SOLICITAÇÃO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS/SERVIÇOS – SAMS

**Órgão Requisitante:** SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENAL – SEDAM; **Nº Processo:**

**Fonte de Recurso:** 3212 **Programa Atividade: 1187 Elemento Despesas:** 3390-39

**Exposição de Motivo:** Levantamento das coordenadas geográficas com coleta de dados cadastrais e elaboração do Cadastro Ambiental Rural – CAR em imóveis de até 240ha (4 módulos fiscais) localizados nos vazios cartográficos do Estado de Rondônia.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Lote** | **Item** | **Descrição** | | **Região de Abrangência** | **Unidade** | | **Quantidade Estimada de Imóveis (und.)** | | **VALOR**  **UNITÁRIO** | **VALOR**  **TOTAL** |
| **01** | **Item 01** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **43 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 01. **(anexo 01)** | | Porto Velho (Região Oeste) | Imóvel Rural de até 240 Ha | | 2.085 | |  |  |
| **Item**  **02** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **12 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 01. **(anexo 01).** | | Porto Velho (Centro) e Região Norte de Nova Mamoré | Imóvel Rural de até 240 Ha | | 2.112 | |  |  |
| **Item**  **03** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **20 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 01. **(anexo 01)** | | Porto Velho (Comunidades do Baixo Madeira) e Rio Machado | Imóvel Rural de até 240 Ha | | 2.368 | |  |  |
| **Item**  **04** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **13 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 01. **(anexo 01).** | | Candeias do Jamari, Itapuã, Alto Paraíso, Região Norte de Buritis | Imóvel Rural de até 240 Ha | | 4.289 | |  |  |
| **Item 05** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **16 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 01. **(anexo 01)** | | Campo Novo de Rondônia, Leste de Nova Mamoré e Oeste de Monte Negro e Gov. Jorge Teixeira | Imóvel Rural de até 240 Ha | | 3.020 | |  |  |
| **Item 06** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **24 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 01. **(anexo 01).** | | Guajará Mirim e Região Sul de Nova Mamoré | Imóvel Rural de até 240 Ha | | 770 | |  |  |
| **Total do Lote 01** | | | | |  | | **14.644** | |  |  |
| **02** | **Item**  **07** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **10 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 02. **(anexo 02)** | | Machadinho, Cujubim, Região Leste de Ariquemes | Imóvel Rural de até 240 Há | | 1.534 | |  |  |
| **Item 08** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **65 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 02. **(anexo 02)** | | Ariquemes, Norte de Monte Negro, Vale do Anari, Jaru, Urupá, Cacoal, Ji-Paraná, Presidente Medici, Ouru Preto do Oeste, Theoboma, Alvorada, Mirante da Serra | Imóvel Rural de até 240 Ha | | 1.194 | |  |  |
| **Total do Lote 02** | | | | | | | **2.728** | |  |  |
| **03** | **Item 09** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **36 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 03. **(anexo 03).** | | Costa Marques, São Francisco do Guaporé e Seringueiras | Imóvel Rural de até 240 Ha | | 3.910 | |  |  |
| **Item 10** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **24 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 03. **(anexo 03).** | | Alta Floresta d'Oeste, Alto Alegre dos Parecis | Imóvel Rural de até 240 Ha | | 3.419 | |  |  |
| **Total do Lote 03** | | | | | | | **7.329** | |  |  |
| **04** | **Item 11** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **94 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 04. **(anexo 04).** | | Cacoal, Vilhena, Chupinguaia, Parecis, Espigão d'Oeste, Pimenta Bueno, Santa Luzia D'Oeste, Primavera de Rondônia. | Imóvel Rural de até 240 Há | | 2.994 | |  |  |
| **Item 12** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos **23 vazios** cartográficos representados pelas figuras do mapa 04. **(anexo 04).** | | Cabixi, Cerejeiras, Pimenteiras do Oeste, Corumbiara | Imóvel Rural de até 240 Ha | | 1.961 | |  |  |
| **Total do Lote 04** | | | | | | | **4.955** | |  |  |
|  | **TOTAL GERAL** | | | | | | **29.656** | |  | |
| **Local:** | | | **Responsável pela cotação da Empresa:** | | | **USO EXCLUSIVO DA SEDAM - SUPEL** | | **Valor da Proposta:** | | |
| **Responsável pela cotação** | |
| **Data:** | | | **Fone:** | | | **Validade Proposta:** | | |
| **Banco:**  **Agência:**  **C/C:** | | | **Assinatura** | | | **Prazo de Entrega:** | | |

**EDITAL** – **ANEXO II**

**CONCORRENCIA N°: 048/2017/SUPEL/RO**

#### QUADRO ESTIMATIVO DE PREÇOS

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **LOTE** | **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **REGIÃO DE ABRANGÊNCIA** | **UNID** | **QUANT** | **PREÇO MÉDIO** | **SUBTOTAL** |
|  |  | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imveis rurais de até 24 0 ha localizados nos 43 vazios cartográficos representados pelas figuras do mapa 01. (anexo 01) | PORTO VELHO ( REGIÃO OESTE) | Imóvel  Rural de até 2401-la³ |  |  |  |
|  | **1** | 2085 | **R$ 275,88** | **R$ 575.209,80** |
|  |  |  |  |  |
|  |  | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imveis rurais de até 24 0 ha localizados nos 12 vazios cartográfi cos representados pelas figuras do mapa 01. (anexo 01). | Porto Velho (Centro) e Região Norte de Nova Mamoré | Imóvel Rural de até 2401- la³ |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  | **2** | 2112 | **R$ 280,77** | **R$ 592.986,24** |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos 20 vazios cartográficos representados pelas figuras do mapa 01. (anexo 01) | Porto Velho (Comunidades do Baixo Madeira) e Rio Machado | Imóvel Rural de até 2401- la³ |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  | **3** | 2368 | **R$ 275,63** | **R$ 652.691,84** |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **1** |  |  |  |  |
|  |  | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos 13 vazios cartográficos representados pelas | Candeias do Jamari, Itapuã, Alto Paraíso, Região Norte de Buritis |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | Imóvel |  |  |  |
|  | **4** | Rural de até 2401- | 4289 | **R$ 271,07** | **R$ 1.162.619,23** |
|  |  | la³ |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos 16 vazios cartográficos representados pelas figuras do mapa 01. (anexo 01) | Campo Novo de Rondônia, Leste de Nova Mamore e Oeste de Monte Negro e Gov. Jorge Teixeira | Imóvel Rural de até 2401- la³ |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  | **5** | 3020 | **R$ 276,55** | **R$ 835.181,00** |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos 24 vazios cartográficos representados pelas figuras do mapa 01. (anexo 01). | Guajará Mirim e Região Sul de Nova Mamore | Imóvel Rural de até 2401- la³ |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  | **6** | 770 | **R$ 280,17** | **R$ 215.730,90** |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **TOTAL DO LOTE 1** | | | | | | | **R$ 4.034.419,01** |
| **2** | **7** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos 10 vazios cartográficos representados pelas figuras do mapa 02. (anexo 02) | Machadinho, Cujubim, Região Leste de Ariquemes | Imóvel Rural de até 2401- la³ | 1534 | **R$ 280,44** | **R$ 430.194,96** |
| **8** | levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos 65 vazios cartográficos representados pelas figuras do mapa 02. (anexo 02) | Ariquemes, Norte de Monte Negro, Vale do Anari, Jaru, Urupa, Cacoal, Ji-Paraná, Presidente Mediei, Ouru Preto do Oeste, Theoboma, Alvorada, Mirante da Serra | Imóvel Rural de até 2401- la³ | 1194 | **R$ 280,40** | **R$ 334.797,60** |
| **TOTAL DO LOTE 2** | | | | | | | **R$ 764.992,56** |
| **3** | **9** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos 36 vazios cartográficos representados pelas figuras do mapa 03. (anexo 03). | Costa Marques, São Francisco do Guapore e Seringueiras | Imóvel Rural de até 2401- la³ | 3.910 | **R$ 272,19** | **R$ 1.064.262,90** |
| **10** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos 24 vazios cartográficos representados pelas figuras do mapa 03. (anexo 03). | Alta Floresta d'Oeste, Alto Alegre dos Parecis | Imóvel Rural de até 2401- la³ | 3419 | **R$ 277,70** | **R$ 949.456,30** |
| **TOTAL DE LOTE 3** | | | | | | | **R$ 2.013.719,20** |
| **4** | **11** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos 94 vazios cartográficos representados pelas figuras do mapa 04. (anexo 04). | Cacoal, Vilhena, Chupinguaia, Parcelo, Espigão d'Oeste, Pimenta Buem), Santa Luzia D'Oeste, Primavera de Rondônia | Imóvel Rural de até 2401- la³ | 2994 | **R$ 280,92** | **841.074,48** |
|  | **12** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e Inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos 23 vazios cartográficos representados pelas figuras do mapa 04 (anexo 04). | Cabixi, Cerejeiras, Pimenteiras do Oeste, Corumbiara | Imóvel Rural de até 2401- la³ | 1961 | **R$ 281,19** | **551.413,59** |
| **TOTAL DE LOTE 4** | | | | | | | **R$ 1.392.488,07** |
|  | | | | | | **VALOR TOTAL:** | **R$ 8.205.618,84** |

**ATENÇÃO: VALOR MÁXIMO A SER PAGO PELA ADMINISTRAÇÃO = R$ 7.985.907,75** (sete milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, novecentos e sete reais e setenta e cinco centavos), conforme disponibilidade prevista no Programa de Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental Integrado – PDSEAI para custear a ação pretendida nos autos, bem como a **Nota de Crédito de ID n°**[**0398005**](http://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=456120&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000767&infra_hash=4d8c64539ff64aa625b370561b1f14e84923b285c348961c72d6833d47dd7947)**e Declaração de Adequação Financeira de ID n°**[**0400650**](http://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=459232&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000767&infra_hash=0c25f37e9b1f6505ece5707e0c2524ebcc79ed47db759f1e254b28915f9c67e7) emitidas conforme o referido recurso.

Temos a informar que os valores disponibilizados para cada lote são os abaixo indicados, conforme despacho da SEDAM ID nº 0452295:

**Lote 01 -** Total de imóveis a serem cadastrados: 14.644 ao preço unitário de R$ 268,15 (duzentos e sessenta e oito reais e quinze centavos), perfazendo o total para o lote em R$ 3.926.670,84 (três milhões, novecentos e vinte e seis mil seiscentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos);

**Lote 02 -** Total de imóveis a serem cadastrados: 2.728 ao preço unitário de R$ 272,83 (duzentos e setenta e dois reais e oitenta e três centavos), perfazendo o total para o lote em R$ 744.286,60 (setecentos e quarenta e quatro mil duzentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos);

**Lote 03 -** Total de imóveis a serem cadastrados: 7.329 ao preço unitário de R$ 267,39 (duzentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos), perfazendo o total para o lote em R$ 1.959.741,76 (um milhão, novecentos e cinquenta e nove mil setecentos e quarenta e um reais e setenta e seis centavos); e,

**Lote 04** - Total de imóveis a serem cadastrados: 4.955 ao preço unitário de R$ 273,50 (duzentos e setenta e três reais e cinquenta centavos), perfazendo o total para o lote em R$ 1.355.208,55 (um milhão, trezentos e cinquenta e cinco mil duzentos e oito reais e cinquenta e cinco centavos).

Desta forma, o total dos lotes 01 a 04 totalizam o montante de R$  7.985.907,75 (sete milhões, novecentos e oitenta e cinco mil novecentos e sete reais e setenta e cinco centavos), valor este devidamente aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES conforme Quadro de Usos e Fontes, e disponível para a presente contratação.

**EDITAL** – **ANEXO III**

**CONCORRENCIA N°: 048/2017/SUPEL/RO**

**TERMO DE COMPROMISSO**

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - PDSEAI – CEL/SUPEL.**

**PORTO VELHO - RO.**

Pelo presente Termo de Compromisso, propomo-nos a executar os serviços de que trata o Edital da **CONCORRÊNCIA Nº ......../............/CEL/SUPEL/RO** pelos preços constantes da nossa **PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE “2”**, e de acordo com o especificado no Edital e seus Anexos e ainda:

1. Declaramos sob as penas da lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
2. Declaramos sob as penas da lei, que não utilizamos em nosso funcional a mão-de-obra de menores, nas idades e condições elencadas no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal, em conformidade com a Lei nº 9.854, de 27/10/99 e com o artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358, de 2002.
3. Declaração da própria empresa atestando que buscou junto a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental-SEDAM/RO, conhecimento necessário da região, objeto do PERS, bem comode que tem ciência das condições locais, suas características e dificuldades,para a elaboração das propostas e fiel cumprimento dos serviços objeto de que trata este certame, declinando o nome do Coordenador Técnico da empresa licitante, responsável pela execução do objeto de que trata esta licitação.
4. Declaramos plena submissão às condições e exigências deste Edital, em todas as fases da licitação.
5. Declaramos a assunção de responsabilidade pela execução dos serviços e sujeição às condições estabelecidas no presente Edital.
6. Reconhecemos o direito da Administração Pública de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços mediante o pagamento único e exclusivo dos trabalhos já executados, na forma da Lei.
7. Concordamos em firmar o contrato para execução dos serviços relacionados na presente proposta pelos respectivos preços se para isso formos notificados pela Administração

Art. 12, inciso I e VI, da Lei 8.666/93.

Porto Velho, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_de 2018.

NOME DA EMPRESA LICITANTE

ASSINATURA (S) DO (S) REPRESENTANTE (S) LEGAL (IS) DA EMPRESA

Endereço, telefax e telefone para contato

#### EDITAL – ANEXO IV

**CONCORRENCIA N°: 048/2017/SUPEL/RO**

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Local e data:

À

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - PDSEAI – CEL/SUPEL

Rua Rio Madeira, N°. 3056, BAIRRO Flodoaldo Pontes Pinto - CEP: 76.820-408

PORTO VELHO - RO.

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº. **048/2017/SUPEL/RO**.

Prezados Senhores:

Em cumprimento aos ditames Editalícios, utilizamo-nos da presente, para submeter à apreciação de V.S.as os documentos abaixo relacionados, necessários para a licitação referenciada:

-

-

- (DESCREVER OS DOCUMENTOS)

-

Na oportunidade, credenciamos junto a CEL, o Sr. .........................................., Carteira de Identidade nº. ......................., Órgão Expedidor................, ao qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis, transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus anexos.

Atenciosamente,

NOME DA EMPRESA LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

**EDITAL** – **ANEXO V**

**CONCORRENCIA N°: 048/2017/SUPEL/RO**

**(apresentar em papel timbrado da empresa licitante)**

**CARTA DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Local e data:

À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - PDSEAI/SUPEL/RO

Porto Velho - RO.

**Ref.: CONCORRÊNCIA Nº:048/2017/SUPEL/RO.**

Prezados Senhores:

Apresentamos a V.Sª., nossa proposta de preços para fornecimento de serviços \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, pelo preço total por \_\_\_\_ no valor de R$\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_), nos termos do Edital e seus Anexos.

**O prazo de validade da proposta de preços é de\_\_\_\_\_\_\_ dias corridos, contados da data da abertura da licitação (conforme subitem 8.3 do Edital).**

**O Local e forma de execução dos serviços, conforme subitem 3.4do Edital, descrito a seguir: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.**

**O prazo de execução dos serviços é de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_meses (conforme subitem 3 do Edital);**

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no PROJETO BÁSICO.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado/homologado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

**Objeto:** Contratação de empresa/instituição para a realização de levantamento de coordenadas geográficas com GPS (*Global Position System*) de navegação nas propriedades de até 240 hectares (04 módulos fiscais), localizadas nos vazios fundiários (vazios cartográficos), com coleta de dados cadastrais, tendo como produto final o Cadastro Ambiental Rural – CAR, para atender às necessidades da SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM/RO.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **LOTE** | **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **REGIÃO DE ABRANGÊNCIA** | **UNID** | **QUANT** | **PREÇO MÉDIO** | **SUBTOTAL** |
|  |  | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imveis rurais de até 24 0 ha localizados nos 43 vazios cartográficos representados pelas figuras do mapa 01. (anexo 01) | PORTO VELHO ( REGIÃO OESTE) | Imóvel  Rural de até 2401-la³ |  |  |  |
|  | **1** | 2085 |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imveis rurais de até 24 0 ha localizados nos 12 vazios cartográfi cos representados pelas figuras do mapa 01. (anexo 01). | Porto Velho (Centro) e Região Norte de Nova Mamoré | Imóvel Rural de até 2401- la³ |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  | **2** | 2112 |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos 20 vazios cartográficos representados pelas figuras do mapa 01. (anexo 01) | Porto Velho (Comunidades do Baixo Madeira) e Rio Machado | Imóvel Rural de até 2401- la³ |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  | **3** | 2368 |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **1** |  |  |  |  |
|  |  | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos 13 vazios cartográficos representados pelas | Candeias do Jamari, Itapuã, Alto Paraíso, Região Norte de Buritis |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | Imóvel |  |  |  |
|  | **4** | Rural de até 2401- | 4289 |  |  |
|  |  | la³ |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos 16 vazios cartográficos representados pelas figuras do mapa 01. (anexo 01) | Campo Novo de Rondônia, Leste de Nova Mamore e Oeste de Monte Negro e Gov. Jorge Teixeira | Imóvel Rural de até 2401- la³ |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  | **5** | 3020 |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos 24 vazios cartográficos representados pelas figuras do mapa 01. (anexo 01). | Guajará Mirim e Região Sul de Nova Mamore | Imóvel Rural de até 2401- la³ |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  | **6** | 770 |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **TOTAL DO LOTE 1** | | | | | | |  |
| **2** | **7** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos 10 vazios cartográficos representados pelas figuras do mapa 02. (anexo 02) | Machadinho, Cujubim, Região Leste de Ariquemes | Imóvel Rural de até 2401- la³ | 1534 |  |  |
| **8** | levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos 65 vazios cartográficos representados pelas figuras do mapa 02. (anexo 02) | Ariquemes, Norte de Monte Negro, Vale do Anari, Jaru, Urupa, Cacoal, Ji-Paraná, Presidente Mediei, Ouru Preto do Oeste, Theoboma, Alvorada, Mirante da Serra | Imóvel Rural de até 2401- la³ | 1194 |  |  |
| **TOTAL DO LOTE 2** | | | | | | |  |
| **3** | **9** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos 36 vazios cartográficos representados pelas figuras do mapa 03. (anexo 03). | Costa Marques, São Francisco do Guapore e Seringueiras | Imóvel Rural de até 2401- la³ | 3.910 |  |  |
| **10** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos 24 vazios cartográficos representados pelas figuras do mapa 03. (anexo 03). | Alta Floresta d'Oeste, Alto Alegre dos Parecis | Imóvel Rural de até 2401- la³ | 3419 |  |  |
| **TOTAL DE LOTE 3** | | | | | | |  |
| **4** | **11** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos 94 vazios cartográficos representados pelas figuras do mapa 04. (anexo 04). | Cacoal, Vilhena, Chupinguaia, Parcelo, Espigão d'Oeste, Pimenta Buem), Santa Luzia D'Oeste, Primavera de Rondônia | Imóvel Rural de até 2401- la³ | 2994 |  |  |
|  | **12** | Levantamento de coordenadas geográficas com coleta de dados e Inscrição no cadastro ambiental rural de imóveis rurais de até 240 ha localizados nos 23 vazios cartográficos representados pelas figuras do mapa 04 (anexo 04). | Cabixi, Cerejeiras, Pimenteiras do Oeste, Corumbiara | Imóvel Rural de até 2401- la³ | 1961 |  |  |
| **TOTAL DE LOTE 4** | | | | | | |  |

Razão Social: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CNPJ/MF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Tel./Fax: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ c/c: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Endereço:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CEP:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Cidade:\_\_\_\_­\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_UF:\_\_\_\_\_\_\_

CPF/MF:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Cargo/Função:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

RG nº.:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Expedido por: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Nacionalidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

OBSERVAÇÕES:

1. Apresentar este documento em papel timbrado da empresa licitante e/ou com carimbo de CNPJ.
2. Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais.
3. Apresentar este documento dentro Envelope 3.
4. Observar fielmente o descrito no Edital para fins de elaboração deste documento, especialmente o preconizado no item **10 - ENVELOPE 03 - DA PROPOSTA DE PREÇOS.**
5. A falta deste documento causa a DESCLASSIFICAÇÃO da licitante.

Atenciosamente,

...............................................................

NOME DA EMPRESA

...................................................................................................

ASSINATURA (S) DO (S) REPRESENTANTE (S) LEGAL (IS) DA EMPRESA

Pessoas, endereço, telefax e telefone para contato

**EDITAL** – **ANEXO VI**

**CONCORRENCIA N°: 048/2017/SUPEL/RO**

**(apresentar em papel timbrado da empresa que atestou a capacidade técnica)**

**ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA**

Atestamos para os devidos fins que a empresa **[Razão Social da Empresa Licitante]**, inscrita no CNPJ sob o Nº. **[da Empresa Licitante]**, estabelecida na **[endereço da Empresa Licitante]**, prestou para esta empresa/Entidade **[Razão Social da Empresa Emitente do atestado]**, inscrita no CNPJ sob o Nº. **[CNPJ da Empresa Emitente do atestado]**, situada no **[endereço da Empresa Emitente do atestado]**, os serviços cotado(s), abaixo especificado(s), no período de (\_\_/\_\_/\_\_ a \_\_/\_\_/\_\_):

* **SERVIÇO EXECUTADO**: (descrever a prestação dos serviços)
* **VALOR TOTAL POR \_\_\_\_\_\_\_\_**(R$):.................................. (se possível).

Atestamos ainda, que tal(is) prestação (ões) está (ão) sendo / foi (ram) executado(s) satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Local e Data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[Nome do Representante da Empresa Emitente]

Cargo / Telefone

**EDITAL** – **ANEXO VII**

**CONCORRENCIA N°: 048/2017/SUPEL/RO**

MODELO DE MINUTA DE CONTRATO

Contrato N° \_\_\_\_\_\_\_/18

CONTRATO QUE CELEBRAM O GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA, ATRAVES DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL – SEDAM E \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Aos \_\_\_\_\_\_dias do mês de \_\_\_\_\_\_\_\_\_ do ano de dois mil e dezessete, o **GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**, de um lado inscrito no CNPJ/MF sob o N° 04.280.889/0001-69, com sede no Palácio Presidente Vargas, sito à Praça Getúlio Vargas, s/n°, representado por seu Governador **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 63.752.604/0001-04, sediada na Estrada do Santo Antonio, Nº. 5323, Bairro Triângulo, CEP: 76.805-810 - Porto Velho – RO, doravante designado **CONTRATANTE**, neste ato representada pela(o) sua/seu Secretária (o)\_\_\_\_\_\_\_\_ e de outro lado a Empresa\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , inscrita no CNPJ/MF sob o n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ com sede à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CPF n°\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, na Elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos – PERS do Estado de Rondônia, autorizados pelo **Processo Administrativo n°0028.023647/2017-58/SEDAM,** licitado através da Superintendência Estadual de Compras e Licitações **/SUPEL/RO**, em **\_\_** de \_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2018 e submetendo-se os mesmos, aos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, e das seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - DO OBJETO:

Contratação de empresa/instituição para a realização de levantamento de coordenadas geográficas com GPS (*Global Position System*) de navegação nas propriedades de até 240 hectares (04 módulos fiscais), localizadas nos vazios fundiários (vazios cartográficos), com coleta de dados cadastrais, tendo como produto final o Cadastro Ambiental Rural – CAR, para atender às necessidades da SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM/RO.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Fica vinculado o presente termo contratual ao Edital de Licitação, guardada a necessária conformidade entre eles, devidamente assinados e rubricados, e também:

a) A proposta apresentada às fls. \_\_\_\_ a \_\_\_\_\_, e os documentos que a integrarem e acompanharem.

b) As normas, as especificações gerais, as instruções em uso, os cadernos de encargos, as disposições regulamentares do **ESTADO** e demais elementos existentes, que sirvam à definição do objeto das prestações contratuais, bem como o cronograma físico-financeiro, independentemente de suas transcrições.

**CLÁUSULA SEGUNDA –** DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

O prazo para execução de todas as atividades e entrega dos produtos contratados com base neste Instrumento é de 06 (seis) meses de acordo com a quantidade contratada por item, contados a partir da Ordem de Serviço.

Quadro 3 – Cronograma de execução

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **FASES/ETAPAS** | **PERÍODO DE EXECUÇÃO/MÊS** | | | | | | |
| 1 | | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 1. Plano de Trabalho |  |  |  |  |  |  |  |
| 2. Levantamento de Coordenadas. |  |  |  |  |  |  |  |
| 3. Coleta de Dados Cadastrais |  |  |  |  |  |  |  |
| 4. Recebimento dos documentos para cadastro |  |  |  |  |  |  |  |
| 5. Análise de Dados de Campo |  |  |  |  |  |  |  |
| 6. Elaboração do Cadastro Ambiental Rural – CAR |  |  |  |  |  |  |  |
| 7. Relatório parcial com no mínimo 25% dos imóveis cadastrados em cada vazio cartográfico. |  |  |  |  |  |  |  |
| 8. Relatório parcial com no mínimo 50% dos imóveis cadastrados em cada vazio cartográfico. |  |  |  |  |  |  |  |
| 9. Relatório final com a totalidade dos imóveis cadastrados em cada vazio cartográfico. |  |  |  |  |  |  |  |
| 10. Consolidação do Projeto |  |  |  |  |  |  |  |

O cronograma de execução será considerado de forma individualizada por Lote conforme **quadro 1 do subitem 4.2.**

Conforme especificado, o prazo máximo para a realização do contrato será de 06 (seis) meses, independentemente da quantidade de lotes que a Contratada terá que executar, podendo, de acordo com a disponibilidade da contratada, ser realizado em menor tempo.

Não se admitirá aditivo contratual em relação a aumento de prazo caso os serviços constantes em cada lote não tenha atingido no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do número estimado dos imóveis rurais cadastráveis em cada item.

### CLÁUSULA TERCEIRA - SISTEMA ORÇAMENTÁRIO:

As despesas decorrentes para acobertar a contratação, objeto do presente instrumento, correrão por conta dos recursos consignados no orçamento da SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM, Unidade Gestora **1801,** Fonte **3212**, Programa ou Projeto Atividade 1187**,** Elemento de Despesas **33.90.39**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A **CONTRATADA**, fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, decorrentes de modificações de quantitativos ou especificações, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado no contrato, sendo os mesmos, objeto de exame pela Procuradoria Geral do Estado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO -** Somente será permitido ter aditivo, até o valor da modalidade licitada, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O preço contratado dos serviços permanecerá irreajustável durante doze meses, após o que poderá ser revisto com base na legislação atinente ao caso.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Em caso de paralisação ou aditamento de prazo, devidamente justificado pelas partes, que venha a ultrapassar a um ano de execução dos serviços, ter-se-á que, as parcelas contratuais excedentes ao prazo de um ano, reajustadas pelos índices apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, tomando por base a data da abertura da proposta, através da seguinte fórmula:

R = (Ii – Io) x V

Io

R = Valor da parcela de reajustamento procurado

Io = Índice de preço verificado no mês de abertura da proposta que deu origem ao contrato.

Ii = Índice de preço referente ao mês de reajustamento.

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato dos serviços a ser reajustado.

# *PARÁGRAFO QUINTO - Os serviços que forem entregues com atraso imputável à CONTRATADA, não gerarão direito a reajuste ou atualização monetária*.

**CLÁUSULA QUARTA** - DOS RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS

Às despesas decorrentes do presente **CONTRATO**, são provenientes de recursos consignados no orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, cuja despesa correrá à conta da programação citada na Clausula terceira do presente Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA** - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento à Contratada pela realização do objeto realizar-se-á, mediante apresentação dos relatórios e Cadastros realizados, que comprove a quantidade e qualidade dos serviços executados.

O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente certificada pela Comissão de Recebimento designada por Portaria, nos termos dos artigos 67 e 73 “I, b” da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, que deverão ser apresentadas juntamente com a entrega dos produtos/serviços, devendo conter no corpo da referida Nota Fiscal, a descrição do objeto, o número do contrato e o numero da Conta Bancária da futura CONTRATADA.

A CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da nota fiscal e relatórios, para efetuar análise e o pagamento.

As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das certidões que comprovem a regularidade fiscal nas esferas: Federal, Estadual e Municipal, bem como, previdenciária e trabalhista (INSS, FGTS e CNDT) em plena validade.

A apresentação de certidões positivas com efeito de negativa, serão aceitas nas mesmas condições, quanto a sua validade e efeitos;

A certidão apresentada que por ventura venha a vencer dentro do prazo determinado anteriormente (30 dias) para análise e pagamento poderá ser revalidada pelo setor onde se encontrar o processo administrativo e sido verificado o vencimento da mesma, com a competente juntada aos autos.

Em caso de impossibilidade de renovação da referida certidão, seja por qualquer motivo que implique obrigatoriedade por parte do contratado (inadimplência), o prazo estabelecido ficará paralisado até que sejam sanadas as pendências apontadas.

**CLÁUSULA SEXTA –** PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.

Prazo de entrega

A entrega dos produtos referente ao objeto do presente Projeto Básico poderá ser de forma parcial, devendo ser apresentado os subprodutos e produtos referentes aos imóveis cadastrados conforme definido no item relativo à forma e entrega.

Os recebimentos parciais dos serviços somente serão procedidos quando forem realizados o cadastro conforme especificado no Cronograma Físico-Financeiro, de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) dos imóveis cadastrados dentro de cada vazio cartográfico, conforme Produto 02, e 50% (cinquenta por cento) dos imóveis cadastrados dentro de cada vazio cartográfico, conforme Produto 03, e assim sucessivamente.

A entrega total dos serviços contratados deverá ocorrer no prazo máximo de 06 (seis) meses, contados a partir da emissão da ordem de serviço.

Se por algum motivo fortuito ou de força maior não for possível a realização do cadastramento da totalidade dos imóveis estimados e localizados dentro de cada vazios cartográficos contratado para cada Lote, após devidamente justificado e comprovado pela contratada, poderá esta requerer o pagamento dos cadastros realizados, que somente será autorizado após análise e parecer da comissão de acompanhamento e recebimento dos serviços. O número mínimo de imóveis a ser cadastrado dentro de cada vazio para que a Proponente considere como concluído os trabalhos e requeira o pagamento final das propriedades/posses já cadastrados, não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do número de imóveis estimados estabelecidos no **Quadro 1 do Subitem 4.2.**

Do local de entrega

Os produtos e subprodutos oriundos da presente contratação deverão ser entregues na Coordenadoria de Monitoramento e Regularização Ambiental Rural – COMRAR, na sede da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, sito a Av. Farquar nº 2986 – complexo Rio Madeira – Ed. Rio Cautário – 2º Andar, Bairro Pedrinhas – Porto Velho – RO – Cep. 76.805.810.

Do Recebimento dos Produtos

Os produtos/serviços acompanhados da Nota Fiscal/Fatura serão recebidos e analisados por comissão designada pelo titular da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, na proporção dos relatórios apresentados pertinentes ao número de imóveis rurais levantados e cadastrados no período, obedecendo ao disposto no **Quadro 1 do item 4.2** – Quadro indicativo de imóveis por vazios e municípios.

Os Termos de Recebimentos Provisórios e Definitivos de cada parcela serão lavrados conforme estabelecido nas alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93, respectivamente.

Serão os produtos/serviços recebidos **PROVISORIAMENTE**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinados pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

Serão os produtos/serviços deste Termo de Referencia recebidos em **DEFINITIVO,** por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto ao termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei, em até 15 (quinze) dias.

O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil pela qualidade, correção, solidez e segurança do objeto contratual, nem ético profissional, pela perfeita execução do contrato, de modo a refletir seu padrão de qualidade.

Se após o recebimento provisório constatar-se que os produtos/serviços foram entregues em desacordo com o especificado, será a contratada notificada a fazer a sua correção no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de lhe serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Os produtos/serviços serão inteiramente recusados pela Comissão de Recebimento quando tenha sido entregue com as especificações técnicas diferentes das contidas neste Projeto Básico.

**CLÁUSULA SÉTIMA -**DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

A contratada deverá oferecer garantia mínima de 3 meses (três mês) sobre o produto contratado, contados a partir do encerramento do prazo contratual.

Na vigência do contrato ou no período da garantia prevista anteriormente, quando verificadas inconsistências nos cadastros ambientais rurais (CAR) que prejudiquem ou inviabilizem a validação pelo órgão ambiental competente, a contratada deverá refazer os serviços contratados, correndo por sua conta todas as responsabilidades e custos.

**CLÁUSULA OITAVA** - GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL:

Para fiel execução do contrato poderá ser exigida a prestação de garantia pela Adjudicatária, como condição a assinatura do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n° 8.666/93: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública; seguro – garantia; ou fiança bancária.

Se a opção de garantia recair em título da dívida pública, este deve ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

Se a opção de garantia se fizer em seguro-garantia ou fiança bancária, esta deverá conter expressamente a cláusula de prazo de validade igual ou superior ao prazo de execução do contrato;

A fiança bancária deverá ser emitida por estabelecimento sediado ou legalmente representado no Brasil, para ser cumprida e exeqüível na cidade de Porto Velho/RO.

No caso de posterior alteração ou reajuste no valor do contrato, a Contratada ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia, conforme a modalidade que tenha escolhido, devendo fazê-lo no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da notificação expedida pela CONTRATADA.

Se a garantia apresentada, conforme o caso, deixar de ser hábil para o fim a que se destina, a Administração notificará a Contratada, para que a substitua no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

A garantia e seus reforços responderão pelo inadimplemento das condições contratuais, pela entrega incompleta da obra ou dos serviços e por eventuais multas ou penalidades, independentemente de outras cominações legais.

Uma vez aplicada a multa á Contratada, e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, a Administração poderá convocá-la para que complemente aquele valor inicialmente oferecido.

Após o recebimento definitivo da obra ou dos serviços a garantia prestada será liberada ou restituída á Contratada, de acordo com a forma de prestação;

O valor da caução feita em dinheiro será atualizado monetariamente e restituído mediante crédito na mesma conta corrente utilizada para liquidação da despesa decorre da execução do contrato;

Os documentos que constituem o seguro-garantia e/ou a fiança bancária serão devolvidos ou baixados na mesma forma como foram prestados.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos, nas obrigações da Contratada também se incluem os dispositivos a seguir:

a) Assinar o contrato quando convocada a fazê-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias;

b) Adotar todas as providências necessárias à proteção do meio ambiente, no âmbito interno e externo dos locais de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da fiscalização e em consonância com a legislação pertinente;

c) Comunicar à Contratante, verbalmente, no prazo de até 12 (doze) horas e, por escrito, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações, ou acontecimentos, que impeçam, mesmo que temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do Contrato, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior;

d) Cumprir com o estabelecido neste Projeto Básico e conduzir a execução dos serviços pactuados em estreita conformidade com o especificado no mesmo, guardadas as normas técnicas pertinentes à natureza e a finalidade dos serviços, sob pena de inscrição no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, nos moldes da Lei nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011;

e) Cumprir fielmente o prazo estabelecido no cronograma de execução;

f) Assumir todos os ônus decorrentes da execução dos serviços e responsabilizar-se por integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições (inclusive parafiscais), que direta ou indiretamente, incidam ou vierem a incidir sobre a contratação;

g) Responsabilizar-se e indenizar danos decorrentes de acidentes de trabalho ocorridos com seus empregados e prestadores de serviço durante a execução dos serviços contratados, respondendo por si e por seus sucessores;

h) Responsabilizar-se e indenizar todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços contratados;

i) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, conforme o caso, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução, no prazo previsto no **Subitem 15.3.5**, observado o período de garantia previsto **no item 16** deste Projeto;

j) Efetuar novo levantamento das coordenadas geográficas dos imóveis rurais até 240 ha, quando processadas e apresentarem sobreposição com diferença superior a 5 (cinco) metros;

l) Realizar e apresentar os relatórios parciais mensais de acordo com as fases do plano de trabalho devidamente especificado neste Projeto;

m) Exercer o controle de qualidade sobre as informações, serviços, produtos e relatórios apresentados;

n) Permitir e facilitar o acompanhamento, pela Comissão de Acompanhamento do Contrato, de quaisquer procedimentos atinentes a execução dos serviços, conforme detalhado neste Projeto Básico e, inclusive, prestar informações e esclarecimentos quando solicitados;

o) Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência do Contrato, possibilitando aos técnicos da SEDAM e aos consultores do Fundo Amazônia ou BNDES acesso a dados e documentos, reuniões, oficinas, seminários e outras atividades relevantes para a execução dos trabalhos e atendendo às informações e exigências apresentadas pela fiscalização;

p) Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisação parcial ou total na execução dos serviços, salvo motivo de força maior ou caso fortuito;

q) Afixar o brasão do Estado de Rondônia e logomarca do PDSEAI em todos os produtos e materiais impressos apresentados;

r) Transferir os direitos autorais dos bens produzidos por força do presente Projeto Básico, nos moldes estabelecidos na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998;

s) Por ocasião do preenchimento da ficha de informações cadastrais complementares deve ser observado o modelo constante no Anexo deste Projeto Básico;

t) As informações disponibilizadas pela Contratante, a que se refere o **item 6** - Insumos, não poderão ser utilizadas para finalidade diversa da estabelecida neste Projeto Básico;

u) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATANTE se obrigará a:

a) Fornecer à CONTRATADA os dados e os elementos necessários à fiel execução dos serviços, conforme disposto neste Projeto Básico;

b) Rejeitar o recebimento dos serviços e produtos que estiverem em desacordo com o especificado no presente Projeto Básico;

c) Supervisionar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços, objeto deste Projeto Básico;

d) Efetuar regularmente o pagamento dos serviços executados;

e) Notificar a CONTRATADA, por escrito, da eventual aplicação de multas previstas no Contrato;

f) A preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado.

g) Os trabalhos serão fiscalizados pela Comissão de Recebimento da SEDAM e por consultores designados pelo Fundo Amazônia ou pelo BNDES. A Comissão de Recebimento poderá, a qualquer tempo, solicitar à Contratada correções nos trabalhos elaborados caso os mesmos não atendam às especificações contratadas. Outrossim, a fiscalização pelos técnicos da SEDAM ou a ausência de comunicação, por parte destes, das irregularidades ou falhas, não desobriga a Contratada de suas responsabilidades inerentes à perfeita execução do objeto indicado neste instrumento e, bem assim, não a exime das responsabilidades determinadas no Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – DAS SANÇÕES E CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES

Além das sanções cominadas no artigo 87, incisos I, III e IV, da Lei Federal nº 8.666/1993, na hipótese de inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante, adjudicatária ou contratada, as seguintes penalidades:

a) Multa em quantia equivalente ao percentual de até 10% (dez por cento) do valor inadimplido do contrato, na hipótese de descumprimento de alguma cláusula ou obrigação pactuada;

b) Multa de mora em quantia equivalente ao percentual de até 10% (dez por cento) do valor inadimplido do contrato caso haja atraso injustificado na sua execução, retardamento imotivado do início dos trabalhos por mais de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço autorizando o início das atividades, interrupção da prestação dos serviços por mais de 10 (dez) dias consecutivos sem justo motivo, ou atraso de mais de 30 (trinta) dias na entrega dos serviços ou parcela correspondente, salvo se a continuidade da contratação for conveniente ao Contratante, quando, então, aplicar-se-ão as penalidades pertinentes;

c) Multa em quantia equivalente ao percentual de até 10% (dez por cento) do valor inadimplido do contrato no caso de não recolhimento ou integralização das cauções ou demais garantias, ou de não pagamento das multas nos prazos fixados, nos moldes do artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/1993;

d) Multa em quantia equivalente ao percentual de até 10% (dez por cento) do valor inadimplido do contrato na hipótese de contrair obrigações para com terceiros que possam, de qualquer forma, prejudicar a execução do objeto contratado;

e) Multa em quantia equivalente ao percentual de até 10% (dez por cento) do valor adjudicado caso a adjudicatária se recuse a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa;

f) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, descredenciamento no Cadastro de Fornecedores dos Órgãos da Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, inclusão da penalidade no **SICAFI - Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização,** e no CAGEFOR - Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar, sem prejuízo das multas previstas no Edital e demais cominações legais, caso a licitante, adjudicatária ou contratada, convocada no prazo de validade da proposta, não firme o contrato, deixe de entregar ou apresente documentação falsa exigida para o certame, ocasione o atraso da execução do objeto contratual, não mantenha a proposta, falhe ou fraude a execução do contrato, mostre-se inidônea ou cometa fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa.

Dos critérios para aplicação das penalidades

Na aplicação das sanções, a autoridade competente deverá considerar a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade, e o seguinte:

a) As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo e no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

b) Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual;

c) A sanção denominada advertência será imposta por escrito e será cabível somente quando se tratar de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto da contratação. Na hipótese de não se verificar a adequação da conduta por parte da Contratada, serão aplicadas sanções de grau mais significativo;

d) O valor da multa eventualmente imposta à licitante, adjudicatária ou contratada será automaticamente descontado de créditos a que fizer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dia úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, os valores correspondentes serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, as informações da licitante, adjudicatária ou contratada serão encaminhadas ao órgão competente para que o débito seja inscrito em dívida ativa, podendo a Administração, ainda, proceder à cobrança judicial;

e) As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal da licitante, contratada ou adjudicatária, não as eximindo do dever de reparar eventuais danos que seu ato punível venha ocasionar à Administração ou a terceiros;

f) De acordo com a gravidade do descumprimento, a licitante, adjudicatária ou contratada, também estará sujeita à declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a infratora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente;

g) As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo se comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito, formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido;

h) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que se verificarem, conforme o caso:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO** | **GRAU** | **MULTA\*** |
|  | Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais. Por ocorrência. | **05** | **4,0% por dia** |
|  | Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso. Por ocorrência. | **06** | **4,0% por dia** |
|  | Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a execução dos serviços contratuais por período superior a 15 (quinze) dias. | **06** | **3,2% por dia** |
|  | Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes. Por ocorrência. | **05** | **3,2% por dia** |
|  | Recusar-se a executar correções ou substituições nos serviços contratos que se encontrem com vícios, quando notificado, sem motivo justificado. Por ocorrência. | **04** | **1,6% por dia** |
|  | Por comportamento inidôneo da contratada, seus funcionários ou representantes. Por ocorrência. | **03** | **1,0% por dia** |
| **Para os Items a seguir, deixar de:** | | | |
|  | Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato. Por dia e por ocorrência. | **05** | **3,2% por dia** |
|  | Cumprir quaisquer dos Itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização. Por ocorrência. | **03** | **0,8% por dia** |
|  | Cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização. Por ocorrência. | **03** | **0,8% por dia** |
|  | Iniciar a execução de serviço nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos previstos no Contrato. Por serviço e por ocorrência. | **02** | **0,4% por dia** |
|  | Manter a documentação de habilitação atualizada. Por item e por ocorrência. | **01** | **0,2% por dia** |
|  | Substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do Órgão. Por funcionário e por dia. | **01** | **0,2% por dia** |

*\* Incidente sobre a parte inadimplida do contrato.*

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**– DA INEXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Pela inexecução total ou parcial dos serviços, a **CONTRATADA**, alémda perda das cauções e demais garantias prestadas, estará sujeita a multa compensatória de 10 % (dez por cento) do PREÇO POR LOTE ora ajustado. As multas moratórias e compensatórias serão autônomas, a aplicação de uma não excluindo a da outra, ambas independentes e cumulativas.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE

São prerrogativas do **CONTRATANTE** as previstas no art. 58, da Lei 8.666/93, que as exercerá nos termos das normas referidas no preâmbulo deste **CONTRATO**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O valor caucionado reverterá integralmente para o **CONTRATANTE** em caso de rescisão do **CONTRATO** por culpa da **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação do disposto no art. 80, da Lei n.º 8.666/93 e de apurar-se e cobrar-se pela via própria a diferença que houver em favor do **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O **CONTRATANTE** descontará do valor caucionado o numerário que bastar à reparação de danos a que a **CONTRATADA** der causa na execução dos serviços contratados, hipótese em que a **CONTRATADA** deverá em 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação administrativa, recompor o valor abatido para restaurar a integridade da garantia.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA -DA RESCISÃO:**

O presente **CONTRATO** poderá ser rescindido de conformidade com os arts. 78, 79 e 80, da Lei n.º 8.666/93 e pelo Decreto Estadual n.º 1.394, assegurados os direitos adquiridos da **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA –** DOS ENCARGOS DECORRENTES DO CONTRATO

Constituirá encargo exclusivo da **CONTRATADA** o pagamento de tributos, tarifas e emolumentos decorrentes deste **CONTRATO** e da execução de seu objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA -DO FORO**

O foro da Comarca de Porto Velho-RO é o competente para resolução de questões, dirimir dúvidas e/ou omissões eventualmente decorrentes da presente contratação, renunciando expressamente, as partes contratantes, a todos os demais por mais privilegiados que possa ser.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA -CONDIÇÕES GERIAS**

A execução do presente instrumento, bem como os casos omisso, serão observados em conformidade pela Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais legislação correlata.

As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a administração pública.

O presente Projeto Básico foi elaborado em consonância com o previsto no Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental Integrado – PDSEAI apresentado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM e aprovado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

O referido projeto será custeado com recursos do Fundo Amazônia, nos moldes do Contrato de Concessão de Colaboração Financeira não reembolsável firmado entre o BNDES e o Estado de Rondônia.

Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente **CONTRATO** às fls. \_\_\_ do Livro n°\_\_\_\_\_ de Contratos, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificado pela Procuradoria Geral do Estado – **PGE**.

Porto Velho/RO, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2018.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Governador do Estado de Rondônia** |  | **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Procuradoria Geral do Estado-PGE** |  | **Empresa** |

*OBS: Este formulário é uma MINUTA e não deve ser preenchido e só será utilizado quando da assinatura do Contrato, não havendo necessidade de ser apresentado juntamente com a proposta.*

**EDITAL** – **ANEXO VIII**

**MODELO DE CURRICULUM VITAE**

**CONCORRENCIA N°: 048/2017/SUPEL/RO**

Cargo Proposto:

Nome da Empresa:

Nome do Membro da Equipe:

Profissão:

Data de Nascimento:

Tempo de Serviço na Empresa: Nacionalidade:

Participação em Organizações Profissionais:

Pormenores dos Serviços atribuídos:

**Qualificação chave:**

[Fornecer um esboço da experiência do membro da equipe e do treinamento relevante para os Serviços a serem atribuídos. Descrever o grau de responsabilidade assumida pelo membro da equipe em Serviços relevantes anteriores, fornecendo datas e local. Utilizar cerca de meia página]

**Formação:**

[Resumir formação superior e outra especialização do membro da equipe, fornecendo nomes das escolas, datas e diplomas obtidos. Utilize cerca de um quarto da página]

**Registro de Emprego:**

[Iniciando com o cargo atual, relacionar em ordem inversa todos os empregos anteriores. Relacionar cargos ocupados pelo membro da equipe desde sua formatura, com os nomes das organizações para os quais trabalhou, cargos desempenhados e locais de trabalho. Relativamente aos últimos dez anos, informar, também, os tipos de atividades desempenhadas e referências a respeito do Cliente, quando apropriado. Utilizar três quartos de página]

**Idiomas:**

[Para cada idioma, indicar o nível de proficiência: excelente, bom, satisfatório ou insatisfatório, para falar, ler e escrever]

**Declaração:**

Eu, abaixo-assinado, declaro que as informações fornecidas constituem a verdade a respeito de minhas qualificações e experiências.

Local e Data

Nome completo e assinatura do membro da equipe

Nome completo e assinatura do representante autorizado

**EDITAL** – **ANEXO IX**

**MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**CONCORRENCIA N°: 048/2017/SUPEL/RO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | N~~º~~ Processo |  |
|  | Licitação N~~º~~ |  |

Dia \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_ às \_\_\_:\_\_\_ horas

**Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) |  |
| B | Município/UF |  |
| C | Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo |  |
| D | N~~º~~ de meses de execução contratual |  |

**Identificação do Serviço**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Tipo de Serviço | Unidade de Medida | Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) | VALOR TOTAL DO SERVIÇO |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

**Obs: Preencher este quadro detalhando o valor POR CADA TIPO DE SERVIÇO A SER EXECUTADO NO CONTRATO, CONFORME PREVISTO NO PROJETO BÁSICO.**

**MÃO-DE-OBRA**

**Mão-de-obra vinculada à execução contratual**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra** |  |  |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) |  |
| 2 | Salário Normativo da Categoria Profissional |  |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) |  |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) |  |

Nota: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **1** | **Composição da Remuneração** | **Valor (R$)** |
| A | Salário Base |  |
| B | Adicional de periculosidade |  |
| C | Adicional de insalubridade |  |
| D | Adicionalnoturno |  |
| E | Horanoturnaadicional |  |
| F | Adicional de Hora Extra |  |
| G | IntervaloIntrajornada |  |
| H | Outros (especificar) |  |
|  | **Total da Remuneração** |  |

**MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **2** | **BenefíciosMensais e Diários** | **Valor (R$)** |
| A | Transporte |  |
| B | Auxílio alimentação (Vales, cesta básica etc.) |  |
| C | Assistênciamédica e familiar |  |
| D | Auxíliocreche |  |
| E | Seguro de vida, invalidez e funeral |  |
| F | Outros (especificar) |  |
|  | **Total de Benefícios mensais e diários** |  |

Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **3** | **InsumosDiversos** | **Valor (R$)** |
| A | Uniformes |  |
| B | Materiais |  |
| C | Equipamentos |  |
| D | Outros (especificar) |  |
|  | **Total de Insumosdiversos** |  |

Nota: Valores mensais por empregado.

**MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS**

**Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS:**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **4.1** | **Encargosprevidenciários e FGTS** | **%** | **Valor (R$)** |
| A | INSS |  |  |
| B | SESI ou SESC |  |  |
| C | SENAI ou SENAC |  |  |
| D | INCRA |  |  |
| E | SalárioEducação |  |  |
| F | FGTS |  |  |
| G | Seguroacidente do trabalho |  |  |
| H | SEBRAE |  |  |
| **TOTAL** |  |  |  |

Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração.

**Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **4.2** | **13º Salário e Adicional de Férias** | **Valor (R$)** |
| A | 13 º Salário |  |
| B | Adicional de Férias |  |
| **Subtotal** |  |  |
| C | Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias |  |
| **TOTAL** |  |  |

**Submódulo 4.3 - AfastamentoMaternidade**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **4.3** | **AfastamentoMaternidade:** | **Valor (R$)** |
| A | Afastamentomaternidade |  |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade |  |
| **TOTAL** |  |  |

**Submódulo 4.4 - ProvisãoparaRescisão**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **4.4** | **ProvisãoparaRescisão** | **Valor (R$)** |
| A | Avisoprévioindenizado |  |
| B | Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado |  |
| C | Multa do FGTS do aviso prévio indenizado |  |
| D | Avisopréviotrabalhado |  |
| E | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado |  |
| F | Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado |  |
| **TOTAL** |  |  |

**Obs: Retificado o item “B” do Submódulo  4.4 -  provisão para rescisão publicado no Diário Oficial da União n° 63, Seção I, página 92, em 1° de abril de 2011.**

**Submódulo 4.5 – Custo de Reposição do Profissional Ausente**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **4.5** | **Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente** | **Valor (R$)** |
| A | Férias |  |
| B | Ausênciapordoença |  |
| C | Licençapaternidade |  |
| D | Ausênciaslegais |  |
| E | Ausência por Acidente de trabalho |  |
| F | Outros (especificar) |  |
| **Subtotal** |  |  |
| G | Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição |  |
| **TOTAL** |  |  |

**Quadro - resumo – Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 4 | **Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas** | **Valor (R$)** |
| 4.1 | 13 º salário + Adicional de férias |  |
| 4.2 | Encargosprevidenciários e FGTS |  |
| 4.3 | Afastamentomaternidade |  |
| 4.4 | Custo de rescisão |  |
| 4.5 | Custo de reposição do profissional ausente |  |
| 4.6 | Outros (especificar) |  |
| **TOTAL** |  |  |

**MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **5** | **Custos Indiretos, Tributos e Lucro** | **%** | **Valor (R$)** |
| A | CustosIndiretos |  |  |
| B | Tributos |  |  |
|  | B1. TributosFederais (especificar) |  |  |
|  | B.2 TributosEstaduais (especificar) |  |  |
|  | B.3 TributosMunicipais (especificar) |  |  |
|  | B.4 Outros tributos (especificar) |  |  |
| C | Lucro |  |  |
|  | **Total** |  |  |

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

**QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)** | **(R$)** |
| A | Módulo 1 – Composição da Remuneração |  |
| B | Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários |  |
| C | Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros) |  |
| D | Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas |  |
| **Subtotal (A + B +C+ D)** |  |  |
| E | Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro |  |
| Valor total porempregado |  |  |

**QUADRO-RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tipo de serviço**  **(A)** | **Valor proposto por empregado (B)** | **Qtde de empregados por posto**  **(C)** | **Valor proposto por posto**  **(D) = (B x C)** | **Qtde**  **de postos**  **(E)** | **Valor total do serviço**  **(F) = (D x E)** |  |
| **I** | **Serviço 1 (indicar)** | R$ |  | R$ |  | R$ |
| **II** | **Serviço 2 (indicar)** | R$ |  | R$ |  | R$ |
| **...** | **Serviço .. (indicar)** | R$ |  | R$ |  | R$ |
| **VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I + II + III + ...)** |  |  |  |  |  |  |

**QUADRO - DEMONSTRATIVO - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **Valor Global da Proposta** |  |
|  | **Descrição** | **Valor (R$)** |
| A | Valor proposto por unidade de medida \* |  |
| B | Valor mensal do serviço |  |
| C | Valor global da proposta  (valor mensal do serviço X n~~º~~ meses do contrato). |  |

Nota (1): Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.